

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Educação – FaE

Fernanda Menezes Santos

**FLORES QUE BROTAM NO ASFALTO: A ética da sobrevivência na narrativa de  
mulheres jovens que participaram do tráfico de drogas**

Belo Horizonte

2020

Fernanda Menezes Santos

**FLORES QUE BROTAM NO ASFALTO: A ética da sobrevivência na narrativa de  
mulheres jovens que participaram do tráfico de drogas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, cultura, movimentos sociais e ações coletivas.

Orientadora: Profa. Dra. Shirley Aparecida de Miranda

Belo Horizonte

2020

S237f  
T Santos, Fernanda Menezes, 1990-  
Flores que brotam no asfalto [manuscrito] : a ética da sobrevivência na narrativa de mulheres jovens que participaram do tráfico de drogas / Fernanda Menezes Santos. - Belo Horizonte, 2020.  
123 f. : enc, il.  
Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.  
Orientadora: Shirley Aparecida de Miranda.  
Bibliografia: f. 116-123.

1. Educação. 2. Educação feminina. 3. Tráfico de drogas -- Mulheres -- Aspectos sociais. 4. Tráfico de drogas -- Moças -- Reabilitação. 5. Tráfico de drogas -- Mulheres -- Narrativas pessoais. 6. Mulheres -- Condições sociais. 7. Criminosas -- Educação. 8. Delinquentes juvenis -- Educação. 9. Jovens -- Mulheres -- Condições sociais.  
I. Título. II. Miranda, Shirley Aparecida de, 1967-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 376.981

**Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)**

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E**  
**INCLUSÃO SOCIAL**



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Flores que brotam no asfalto: a ética da sobrevivência na narrativa de mulheres jovens que participaram do tráfico de drogas.**

**FERNANDA MENEZES SANTOS**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 28 de agosto de 2020, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Shirley Aparecida de Miranda - Orientador  
UFMG

Prof(a). Paula Rita Bacellar Gonzaga  
UFSB

Prof(a). Anna Paula Vencato - Orientador  
UFMG

Prof(a). Carmem Regina Teixeira Gonçalves  
Membro Externo

**Professora Dra. Andrea Moreno**

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação:  
Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG

Belo Horizonte, 21 de outubro de 2020.

*Dedico este trabalho à memória  
de todas/xs/os jovens que  
morreram na “guerra às drogas”.  
Que o luto por suas vidas nos faça **estranhar**  
a normalidade de suas perdas.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer as flores que colhi na caminhada que só foram possíveis pela sorte de encontrar boas pessoas.

Especialmente ao meu pai Júlio e a minha mãe Maria Ângela que apostaram em mim e fizeram o possível e o impossível para que eu chegasse até aqui e continuam apostando nos meus sonhos. As minhas irmãs Bia e Renée por serem suporte, lugar de amparo e acalanto, por acreditarem em mim mesmo quando eu não acreditava tanto. Aos meus sobrinhos Bento e Antônio que me cobrem de amor sempre quando chego cansada de tudo e não tenho quase nada pra dar em troca. A dindinha Rosana por ser colo de amor e cuidado. Esse trabalho é fruto da luta da nossa família.

Como não vislumbro em minhas palavras significados suficientes para expressar os efeitos do nosso encontro, uso as de bell hooks ao falar de seu encontro com Paulo Freire, pois a boniteza e a coragem são muito semelhantes. “Somente que as palavras parecem não ser boas o suficiente para evocar tudo o que aprendi [...]. Nosso encontro teve aquela qualidade de doçura que continua, que perdura por toda vida; mesmo que você nunca mais fale com a pessoa, nunca mais lhe veja o rosto, sempre pode voltar, em seu coração, àquele momento em que vocês estiveram juntas e ser renovada – é uma solidariedade profunda.<sup>1</sup>” A Shirley Miranda pela coragem em topar dividir comigo a produção desta pesquisa. Por me instigar a ir além, por provocar meu pensamento, e por construí-lo comigo. Muito obrigada pelo acolhimento, pela troca sincera e pela oportunidade de realizar esse trabalho.

Ao Afirmação na Pós que me oportunizou recursos para acessar a universidade pública, a me educar para as relações étnico raciais e a compreender pela experiência que não há educação sem luta. A todas/os as/os estudantes/formadoras/es e professores envolvidas/os meu reconhecimento e profundo agradecimento.

As/os colegas que ingressaram comigo no mestrado e doutorado em 2018. Obrigada pelo apoio, pelas trocas, por operacionalizarem durante essa caminhada a expressão “ninguém solta a mão de ninguém”, sou muito feliz em ter feito parte dessa entrada cheia de pessoas tão incríveis.

---

<sup>1</sup> hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2º ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017. p. 82

As amigas queridas por dividirem a vida, os textos, as cervejas, as angústias e as alegrias. Este percurso só foi possível pelo apoio atento e amoroso de Thati, Tauana, Marcinha, Renata, Mari, Clarissa e Flávia. Agradeço a Lorayne por trazer suavidade e apoio que foram indispensáveis na reta final de conclusão desse trabalho. Agradeço também ao querido Hernane que na divisão da vida regou em mim a semente do desejo de estudar, me deu ideias e apoio que foram fundamentais ao longo deste processo.

As amigas mais que especiais que chegaram pelo percurso acadêmico e fizeram raízes na minha existência. Nada disso seria realizado sem o apoio, as trocas de leitura, os incentivos acadêmicos, culturais, sociais e o amor que vocês me proporcionam: Débora, Ana, Letícia, Miriam, Guiomar, Trinidad, Danilo, Lisa, Silvia, Bruno e Sebastian. E a Andrea que nos deixou cedo demais.

Ao coletivo de orientação Marielle's: Márcia, Carmen, Andreia, Paula, Débora, Jacque, Bruno, Gabi, Camila e Shirley pelos agradáveis encontros que tivemos, por me incentivarem, compreenderem meus anseios e caminharem juntas comigo na produção de pesquisas muito importantes que se fazem compartilhadas em nossas trocas. Certamente minha pesquisa é melhor pela fertilidade desse espaço.

A minha terapeuta Jéssica Monique por tornar o consultório um lugar em que eu pude enxergar a viabilidade e a conclusão dessa pesquisa.

A professora Shirlei Salles pelo acolhimento afetuoso no primeiro ano de mestrado e pela oportunidade da realização do estágio docente. A professora Ana Galvão e ao professor Juarez Dayrell pelas contribuições e apoio durante o desenvolvimento da pesquisa.

A todas/os estudantes do Curso de Formação Intercultural para Estudantes Indígenas da FaE/UFMG pela experiência mais bonita e transformadora do meu percurso de mestrado, certamente foi ter sido bolsista do FIEI que atribuiu sentido em me tornar educadora.

As mulheres e professoras que aceitaram o convite de ler e participar da avaliação deste trabalho Anna, Paula, Valéria e Carmen, a boniteza do gesto e as contribuições no momento da banca certamente sempre ecoarão em mim. Meu sincero agradecimento e reconhecimento.

Ao querido Wellington por cuidar do Jardim Mandala que se estendeu enquanto cuidado comigo. Toda generosidade, bons conselhos, trocas, ou mesmo o simples ato de contemplação da natureza viva nesse espaço foram indispensáveis para o cuidado com minha saúde mental e espiritual.

A artista Dri Santanna por ilustrar as flores dessa pesquisa e conseguir transmitir para sua arte os desejos do meu coração.

As/aos trabalhadoras/es da Faculdade de Educação por oportunizarem uma educação de qualidade e fazer com que essa instituição aconteça. Desde os porteiros, as meninas dos serviços gerais, auxiliares educacionais e professoras/es o meu muito obrigada.

A CAPES por permitir que eu estivesse integralmente dedicada à realização dessa pesquisa dentro de uma instituição de ensino pública através da concessão de bolsa.

A todas/os jovens com quem eu pude trabalhar e que contribuem na minha formação profissional, acadêmica e humana. Sei que o saldo de dores e horrores ao olhar para o mundo que é ofertado a vocês é cruel e desanimador. Obrigada por me fazerem acreditar nas possibilidades da vida.

As/aos oficinas/os do Programa Fica Vivo! (Veneza e Ribeiro de Abreu) que me educaram a estar na periferia de Belo Horizonte e Região Metropolitana, por acreditarem no meu trabalho, por viabilizarem o encontro com a juventude e especialmente com as jovens que participaram dessa pesquisa.

As meninas da pesquisa: Ipê, Sempre-Viva, Perpétua e Lobeira. Obrigada por concederem as entrevistas, me oportunizarem a realizar esse trabalho e a colocar nele uma narrativa indignada, mas que conjuga em mim o verbo esperar. Obrigada por resistirem e oferecerem cores e flores neste caminho.

*Eu sei que não morrer, nem sempre é viver. Deve haver outros caminhos, saídas mais amenas. Meu filho dorme. Lá fora a sonata seca continua explodindo balas. Neste momento, corpos caídos no chão, devem estar esvaindo em sangue. Eu aqui escrevo e relembro um verso que li um dia. “Escrever é uma maneira de sangrar”.*

*Acrescento: e de muito sangrar, muito e muito...*

*(Olhos d'água - Conceição Evaristo, 2014)*

*Acrescento: escrever também é uma maneira de curar!*



Figura 1: Ilustração botânica – representação das flores do cerrado Ipê, Perpétua, Lobeira e Sempre-Viva. (SANTANNA, 2020)

## RESUMO

As relações de poder que sustentam a atividade do tráfico de drogas no Brasil podem trazer as/xs/os suas/xs/eus participantes consequências variadas tais como a sociabilidade dentro de um grupo, o sustento financeiro, o encarceramento, a morte e outras expressões das violências. A participação de mulheres no tráfico de drogas não é um fenômeno recente, porém ganhou destaque com o aumento exponencial do encarceramento por essa atividade no Brasil desde 2006, após a promulgação da Nova Lei de Drogas. Flagrantemente a maioria das mulheres encarceradas no país são: pobres, negras/xs/os, jovens, mães e com baixo percurso escolar. Nesta pesquisa apresentamos as narrativas de quatro mulheres jovens que estiveram em algum momento de suas vidas envolvidas com o tráfico de drogas, e nos propomos a analisar como elas construíram através de suportes institucionais e pessoais novas possibilidades de vida que acontecem desvinculadas dessa atividade. Apoiaram-nos nas elaborações teóricas as perspectivas pós-estruturalistas sustentadas por Michel Foucault e Judith Butler. Também buscamos subsídios nas teóricas feministas negras (CREWNSHAL, 2002), (DAVIS, 2009, 2016), (COLLINS, 2016), (GONZALES, 2011), (CARNEIRO, 2005). Contribuem com nossa pesquisa também autoras/xs/es do campo da geografia (SANTOS, 2011), (SOUZA, 2013), da criminologia crítica (KARAM, 2013, 2015), (FILHO, 2007), (RODRIGUES, 2016) e da educação (GOMES, 2002), (ARROYO, 2018) e (DAYRELL, JESUS, 2013). Em nossos procedimentos metodológicos e analíticos utilizamos o recurso do relato de si (BUTLER, 2017) que se propõe a compreender através de uma cena de interpelação a ética produzida pelas sujeitas dentro das relações de poder que as circundam. Compareceram como principais suportes para a desvinculação das jovens com o tráfico de drogas o trabalho, a educação e, sobretudo os afetos construídos por elas com suas famílias: mães, filhos, sobrinha e irmã. A centralidade desta pesquisa é a viabilidade da vida, portanto investigamos dando ênfase à maneira como a agência e a resistência dessas jovens operam para fazer com que suas vidas sejam vivíveis, fazendo aparecer nesse contexto a ética da sobrevivência.

Palavras-chave: Mulheres jovens. Tráfico de drogas. Relato de si. Ética da sobrevivência.

## ABSTRACT

The power relations that support the activity of drug trafficking in Brazil can bring different consequences to its participants, such as sociability within a group, financial support, incarceration, death and other expressions of violence. The participation of women in drug trafficking is not a recent phenomenon, but it has gained prominence with the exponential increase in incarceration for this activity in Brazil since 2006, after the promulgation of the New Drug Law. Flagrantly the majority of women incarcerated in the country are: poor, black, young, mothers and with low schooling. In this research we present the narratives of four young women who have been involved in drug trafficking at some point in their lives, and we propose to analyze how they built new institutional possibilities of life through institutional and personal supports that happen unrelated to this activity. The post-structuralist perspectives supported by Michel Foucault and Judith Butler supported us in theoretical elaborations. We also seek subsidies from black feminist theorists (CREWNSHAL, 2002), (DAVIS, 2009, 2016), (COLLINS, 2016), (GONZALES, 2011), (CARNEIRO, 2005). Also contributing to our research are authors from the field of geography (SANTOS, 2011), (SOUZA, 2013), critical criminology (KARAM, 2013, 2015), (FILHO, 2007), (RODRIGUES, 2016) and education (GOMES, 2002), (ARROYO, 2018) and (DAYRELL, JESUS, 2013). In our methodological and analytical procedures, we use the resource of self-report (BUTLER, 2017), which proposes to understand through a scene of interpellation the ethics produced by the subjects within the power relations that surround them. Work, education and, above all, the affections built by them with their families: mothers, children, niece and sister, appeared as the main supports for the disconnection of young women with drug trafficking. The centrality of this research is the viability of life, so we investigate by emphasizing the way in which the agency and resistance of these young people operate to make their lives livable, making the ethics of survival appear in this context.

Keywords: Young women. Drug trafficking. Self-report. Survival ethics.

## **LISTA DE SIGLAS**

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CUFA – Central Única das Favelas

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

INFOPEN – Sistema de Informações estatísticas do sistema penal brasileiro

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LEP – Lei de Execução Penal

PRESP – Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional

PROUNI – Programa Universidade para Todos

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SciELO – Scientific Electronic Libray Online – Biblioteca Eletrônica Científica Online

SDH – Secretaria de Direitos humanos

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Ilustração botânica – representação das flores do cerrado Ipê, Perpétua, Lobeira e Sempre-Viva. Autoria de Adriana Santanna, 2020

## SUMÁRIO

1 SEMEANDO - Introdução e percurso metodológico.....	16
1.1 Perspectivas gerais sobre o trabalho.....	21
1.2 As sujeitas da pesquisa: a resistência das flores do cerrado/asfalto .....	24
1.3 Caminhos metodológicos: impasses e percurso .....	29
1.4 O tempo das jovens: fazendo contato e marcando as entrevistas .....	31
2 APROFUNDANDO AS RAÍZES - Concepções teóricas que guiam a análise do texto .....	38
2.1 A narrativa de si.....	40
2.2 Um olhar interseccional e as contribuições das feministas negras.....	45
2.3 Agência e resistência na produção de vidas vivíveis.....	50
2.4 Território como chão da pesquisa e da vida .....	52
3 A PAISAGEM EM QUE SE FAZ CRESCER - O tráfico de drogas no Brasil: enquadramentos e perspectivas .....	57
3.1 O enfrentamento ao tráfico de drogas no Brasil: a guerra às drogas como guerra às pessoas e o encarceramento em massa .....	58
3.2 Alguns apontamentos sobre as pesquisas sobre mulheres e o tráfico de drogas no Brasil .....	65
3.3 Os movimentos sociais abolicionistas e a produção de outro enquadramento: Cárcere não é lugar de gente .....	70
4 FLORESCER - Caminhos possíveis: a reflexão sobre si, políticas públicas e redes de afeto .....	77
4.1 Desafios e perspectivas: significados sobre sair.....	79
4.2 Contrariando as estatísticas: os pontos de apoio que fortalecem o caminho.....	87
4.2.1 Os atravessamentos do trabalho .....	88
4.2.2 Escola: impasses e manutenção da vida .....	92
4.2.3 As redes de afeto: mulher filha, irmã, mãe e tia .....	101
4.3 No presente a construção de um futuro mais ameno: desejos e sonhos .....	105
5 NO CICLO DAS FLORES NÃO HÁ FIM MAS, RECOMEÇOS - Algumas considerações finais .....	110
6 REFERÊNCIAS .....	116

## 1 SEMEANDO - Introdução e percurso metodológico

### O solo em que semeamos, plantamos e colhemos: algumas considerações iniciais

O momento político que o Brasil vive nos últimos anos coincidiu com a produção da pesquisa e escrita dessa dissertação e impactou de maneira decisiva esse trabalho, desde sua condução metodológica, considerando a formulação do projeto de pesquisa, até seu desenvolvimento, realização das entrevistas, procedimentos analíticos e entrega do trabalho final. Consideramos que contextualizar esse percurso no texto contribui para o registro histórico e político desse cenário, e também para que a análise empreendida por nós seja lida dentro desse enquadramento. Lembramos que, toda análise, e toda história narrada, vem assinada por um lugar de enunciação<sup>2</sup>, ou seja, o enquadramento a partir do qual a diferença emerge e um discurso marcado pela diferença é possível. Esse ponto é resultado de múltiplas operações e de modo algum prescindem de mim, enquanto pesquisadora. Então essa história narrada assume a perspectiva pelas quais pude ver e viver esses fatos. É preciso evidenciar que eu não sou uma historiadora, mas venho de uma trajetória de trabalho em políticas públicas e militância política ancoradas nas possibilidades de viver e promover uma sociedade justa, equânime e livre de todas as opressões. Cabe também fazer o registro do meu pertencimento racial, e enquanto mulher branca eu compreendo e coloco-me para a diferença, buscando entender tanto minhas possibilidades como limitações em pesquisar em um campo onde a raça e o racismo configuram como fator da produção de violências que se expressam em corpos que não se parecem com o meu.

Quando o projeto de pesquisa foi elaborado, em meados de 2017, nosso país já havia sofrido um golpe parlamentar que depôs, através de um processo de impeachment de caráter golpista, tramado pelo parlamento e judiciário a presidenta Dilma Rousseff do governo, em 2016, quando em seu lugar assumiu seu vice Michel Temer. No entanto, é importante voltar

---

<sup>2</sup> “A razão pela qual um texto ou um sistema de significados culturais não pode ser auto-suficiente é que o ato de enunciação cultural – *o lugar do enunciado* – é atravessado pela *differance* da escrita. Isto tem menos a ver com o que os antropólogos poderiam descrever como atitudes variáveis diante de sistemas simbólicos no interior de diferentes culturas do que com a estrutura mesma da representação simbólica – não o conteúdo do símbolo ou sua função social, mas a estrutura da simbolização. É essa diferença no processo da linguagem que é crucial para a produção do sentido e que, ao mesmo tempo, assegura que o sentido nunca é simplesmente mimético e transparente.” (BHABHA, 1998, p.65, grifos do autor)

um pouco atrás na história, para evidenciarmos de onde vêm os anseios que se traduziram nas questões dessa pesquisa, e que também nos ajudam a pensar na maneira pretendemos concluí-la. Desde 2003, quando o então presidente Lula da Silva assumiu o governo do país, houve uma tomada de rumo que colocava em pauta a vida das pessoas mais pobres desse país, assim as políticas de assistência social tiveram lugar para se expandir e qualificar, e com elas também se expandiram as políticas de educação, saúde, cultura, trabalho, dentre outras. Quando me formei no ensino médio, em 2007 havia para mim e para meus pares a possibilidade de acessar a educação superior através dessas expansões e qualificações das políticas públicas, pelo Programa Universidade Para Todos (PROUNI)<sup>3</sup>. Escolhi me tornar assistente social e atuar nessas políticas públicas.

No bojo da expansão dessas políticas os movimentos sociais também compareceram no campo de disputa pelas agendas públicas, colocando suas demandas e qualificando o debate de construção, implementação e monitoramento e controle dessas políticas. A atuação dos movimentos sociais sempre tensiona a agenda pública, e nos governos Lula/Dilma isso não foi diferente, pois, governando em um Estado neoliberal, ambos fizeram inúmeras concessões que também contribuíram para o aumento das desigualdades estruturais vividas no Brasil. Duas delas são mais evidentes<sup>4</sup> e uma delas impacta diretamente na vida das pessoas mais pobres e marginalizadas, que foi a aprovação da Nova Lei de Drogas em 2006, a qual impulsiona muitos destes anseios que trago aqui e que debatemos com mais profundidade no terceiro capítulo desta dissertação.

Entendemos, no entanto, que o período de 2003 até 2016 foi solo fértil para que as mais diversas pautas emergissem na disputa por direitos, e compreendemos que esse campo de disputas funciona com prioridades, como se na medida em que necessidades mais urgentes fossem sendo cuidadas, outras fossem emergindo e entrando em cena. Entretanto, não é possível determinar qual pauta seria mais urgente, e qual menos, pensando que determinados grupos, os que estão sendo exterminados, por exemplo, comparecem nesse cenário de disputa de forma desigual, ou sequer comparecem.

---

<sup>3</sup> O Programa Universidade para Todos (ProUni) do Ministério da Educação é um programa que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior. Para concorrer às bolsas integrais, o estudante deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até 1,5 salário mínimo. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até 3 salários mínimos por pessoa. Disponível em <http://prouniportal.mec.gov.br/>. Resgatado em 14/07/2020.

<sup>4</sup> A outra se trata da promulgação da Lei 13.260 de 16 de março de 2016. A Lei Antiterrorismo, que configura marco legal que tende a criminalização dos movimentos sociais.

Foi assim que em 2017 resolvi escrever um projeto de pesquisa que cuidasse de compreender a situação das mulheres jovens no tráfico de drogas. Mobilizada por questões do meu percurso de trabalho e ativismo, percebia que a presença das mulheres na criminalidade, e em específico delas no tráfico de drogas, era uma questão marginal. Percebia isso quando o debate sobre os homens no crime, que naquela época estava em evidência, configurava como pauta central nas demandas dos movimentos sociais que denunciavam o genocídio da juventude negra, e também estava presente em pesquisas acadêmicas e documentos oficiais estatísticos. Esse conjunto de atores sociais e institucionais fomentavam o debate a formulação e a qualificação de políticas públicas, especialmente a de segurança pública, que era a política que eu atuava naquele momento. E, no entanto, apesar das pesquisas estatísticas apontarem uma situação parecida para as mulheres, essa não era uma demanda evidente e, por vezes, aparecia subordinada à situação dos homens no crime. Se no campo da segurança pública, enquanto política, esse problema era incipiente, no campo da educação, que foi onde escolhi desenvolver esse trabalho, os debates eram ainda menos presentes, contando com poucas pesquisas, que tratavam em sua maioria da situação educacional das mulheres em privação de liberdade. Então, considerei naquele momento minha implicação com o tema, e também o cenário de desmonte que se apresentava no pós-golpe, para formular as questões iniciais dessa pesquisa. Sempre pensei que a demanda sobre compreender a situação das mulheres no tráfico de drogas, assim como tantas outras marginalizadas é urgente, porque tratar da vida é urgente, e cada um/x/a de nós faz isso da maneira que nos cabe e com os recursos que temos disponíveis. Parece-me que no fim de tudo, acabamos disputando entre nós qual falta vamos evidenciar e tratar primeiro, já que estamos em um campo em que falta quase tudo e dentro dessa estrutura de poder não há espaço para todas as faltas.

Durante o primeiro ano do mestrado, em 2018, a pesquisa foi se adensando, o ambiente acadêmico foi frutífero para que outras perguntas aparecessem, e algumas verdades que eu carregava fossem desestabilizadas para que pudéssemos chegar ao momento de realização das entrevistas com mais compreensão sobre os processos de raça, classe, gênero e geração que atravessam a vida dessas sujeitas. No segundo semestre de 2018, no entanto, mais uma vez o cenário político atravessou nosso percurso de forma violenta e desanimadora. Na disputa pelas eleições presidenciais, foi eleita a chapa que, na contramão daquela eleita em 2002, apresentava para o país um **não projeto de governo**, pois não constava nele o povo e suas necessidades, apenas propostas desconexas que não se adequavam ao país que vivemos. Muitas/xs/os de nós, implicadas/xs/os nas lutas para fazer da nossa sociedade um

lugar melhor para todas/xs/os nos vimos diante de um cenário nefasto, que certamente aprofundaria e já aprofunda os abismos gigantescos já existentes nesse país.

(silêncio)

No entanto, e agora, portanto, nós e nossa pesquisa seguimos, chegamos ao encontro com as jovens e continuamos implicadas em nossos propósitos. A realização das entrevistas é a parte do caminho que torna a pesquisa real – sair do texto, entrar no ônibus, sentar de frente e ouvir. Novamente me vi enquanto pesquisadora tendo minhas verdades desestabilizadas, dessa vez, pelas narrativas que as jovens me apresentavam.

O que queremos dizer com tudo isso é que estamos, atualmente em um cenário em que demandas que já tinham lugar nas agendas públicas, voltaram a ser urgentes: comer, ter escola para as crianças, ter emprego. E com isso demandas consideradas menos urgentes voltam pra margem. Se em algum momento nós pudemos pautar o encarceramento em massa e seus efeitos, as políticas de segurança pública centradas na garantia da vida e não na defesa do patrimônio, a legalização e descriminalização das drogas e do aborto, parece-me que no atual cenário essas questões se tornaram menos urgentes, pois nos tornamos defensoras/xs/es do óbvio. Enxergando o abismo se aprofundando e dentro de uma correlação de forças na qual quem tem mais poder pode falar mais, as demandas que antes se viam emergindo, voltam novamente para o não lugar, ou o lugar de fora.

Com o projeto político desenhado pelos atuais governantes, no qual as políticas do medo, do mérito individual, da disputa, do elitismo, do racismo, do machismo e da violência se colocam em evidência e são louvados, nós, enquanto sociedade somos educadas/xs/os a aderir cada vez mais ao discurso do “inimigo”. Expressões como “bandido bom é bandido morto”, ou a cena do governador do Rio de Janeiro vibrando em comemoração ao assassinato de um jovem que estava sequestrando um ônibus na ponte Rio/Niterói no ano de 2019<sup>5</sup>, tornam-se cada vez mais aceitos e aclamados. O cárcere intensifica-se então como a alternativa, já apontada por Ângela Davis (2009) na década de 1980, de dar sumiço nos

---

<sup>5</sup> Na notícia fornecida pelo Jornal Catraca Livre: “O governador do Rio de Janeiro, [...] foi flagrado em um vídeo comemorando, com socos no ar e punho cerrado, a operação policial que terminou com a morte do sequestrador de um ônibus na ponte Rio-Niterói na manhã desta terça-feira, 20”. A data do fato foi dia 20 de agosto de 2019. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/witzel-comemora-morte-de-sequestrador-na-ponte-rio-niteroi/#:~:text=O%20governador%20do%20Rio%20de,desta%20ter%C3%A7a%2Dfeira%2C%2020.> Resgatado em 14/07/2020

problemas sociais, e higienizar a sociedade das vidas consideradas inviáveis, e isso fortalece a ideia que ainda estamos longe de viver uma democracia para todas/xs/os.

O cenário que apresentamos aqui parece deveras muito caótico e desesperançoso, mas pra quem se forja na luta: todos os dias são dias de luta. A análise dos relatos apresentados pelas jovens - que fazemos aqui – situa-se nesse caos mesmo, nos parece que nem a utopia nos serve nesse momento. Porém, são elas que afirmam sobre si e sobre seus percursos, e nós daqui, com todas essas peças na mão, tentamos evidenciar novos enunciados, aqueles que foram, e estão submersos para fazer jus às vidas potentes com as quais dialogamos. Dizemos isso também, porque precisamos reconhecer a nossa insuficiência em dar conta da magnitude da profundidade das narrativas que temos em mãos. Essas angústias comparecem desde o início da pesquisa, até a realização das análises e entrega do texto final. Penso que elas não terminarão, e que também não são apenas minhas, pois as compartilho com muitas/xs/os que também se veem cansadas/xs/os e desesperançosas/xs/os, mas firmes na luta diante desse cenário ético e político do Brasil.

(silêncio)

Entregar esse texto também acarreta uma série de sentimentos, que de início são muito confusos, mas que no caminho foram se organizando. A entrega do texto é a despedida das meninas, não se trata de uma despedida física, pois eu e elas ainda nos contactamos periodicamente, ou sabemos uma da vida das outras pelas redes sociais. É a entrega da narrativa que foi produzida com os relatos que elas nos deram e que durante esse percurso foi compartilhada com poucas pessoas, mas que de certa maneira me pertenciam, ou estavam comigo. Agora, essa narrativa torna-se pública e é de todas/xs/os, estará disponível ao alcance de quem desejar. O significado da entrega sinaliza, no entanto, um dos muitos desejos carregados por nós na produção dessa pesquisa, o de tornar pública essa narrativa, de registrar a potência dessas existências. Parece bastante contraditório, e na verdade é mesmo.

Entregar a pesquisa, finalizar ciclos. Esperançar nesse caos político e ético que enfrentamos não é tarefa fácil. Enxergar perspectivas para viabilidade da sociedade que queremos acontece com pouca nitidez, de forma tensa e nada nesse cenário colabora. São as notícias, as estatísticas, os discursos. Apegamo-nos ao que podemos tocar, estamos vivas, estamos em movimento, na luta, cada uma em seu campo de batalha, todas caminhando, e a boniteza dessa luta é poder olhar ao redor e ver quem caminha ao nosso lado. Então nos encontramos na luta!

## 1.1 Perspectivas gerais sobre o trabalho

A presente pesquisa é o resultado do meu percurso de mestrado acadêmico que envolveu vários deslocamentos, aprofundamentos e tensionamentos teóricos e políticos. Esta dissertação é o produto final, porém não é o único, foram inúmeras sementes plantadas que deram flores e ainda darão. Nessa dissertação entrevistamos quatro mulheres jovens que vivem em Belo Horizonte e na Região Metropolitana (RMBH), e que tiveram em suas vidas a experiência de participação no tráfico de drogas. Em seus relatos buscamos evidenciar um enquadramento que nos permitisse visualizar as mobilizações e recursos agenciados para o rompimento com essa atividade. Assim, chegamos àquilo que denominamos “ética da sobrevivência”.

O texto dessa dissertação pretende alocar as reflexões, tensionamentos, produção empírica e teórica, desenvolvidas a partir do projeto de pesquisa elaborado durante nosso processo de pesquisa. Partimos do objetivo geral de analisar como se deu o desligamento de mulheres jovens do tráfico de drogas e os suportes mobilizados por elas nesse percurso. Para chegar a esse objetivo seguimos as etapas de identificar e analisar os recursos mobilizados pelas jovens que ocasionaram a desvinculação do tráfico de drogas; entender como se dá o processo de agência e resistência dessas jovens frente ao cenário estabelecido pelo tráfico de drogas; perceber, em que medida o racismo e o sexismo compareceram em suas trajetórias e seus efeitos na construção de seus projetos de vida; identificar e analisar em que medida os processos formativos formais e informais dos quais elas participaram, colaboraram ou não, com a desvinculação delas com o tráfico de drogas. Em seus depoimentos, que foram diversos, as jovens evidenciaram estes aspectos de forma não linear e com mais ou menos intensidade entre um ou outro, o que nos fez perceber o comparecimento de *modos de subjetividade*<sup>6</sup> em relatos de suas experiências individuais. Esses relatos foram compartilhados conosco através de entrevistas narrativas. A compreensão geral sobre o rompimento delas com a atividade do tráfico de drogas nos permitiu a reflexão sobre as

---

<sup>6</sup> Reconhecemos que sujeito e subjetividade são conceitos cruciais para a modernidade ocidental e atravessam muitos campos de conhecimento. Não temos aqui a pretensão de discutir esses conceitos além da perspectiva pós-crítica, a qual nos permite interrogar não a definição de sujeito, mas sim os mecanismos a partir dos quais um sujeito válido emerge, sem desconsiderar os lugares de ambivalência, conforme Foucault (1997) e Butler (2001).

possibilidades de superação desse envolvimento, assim como ficaram evidentes em suas narrativas as influências formativas institucionais e pessoais que marcaram uma transição.

No sentido de contribuir com nossa capacidade analítica, dialogamos com autoras/xs/es da corrente pós-crítica, especialmente Judith Butler e Michel Foucault que nos apoiam na compreensão das relações de poder, práticas discursivas, elaboração de enquadramentos e conseqüentemente a possibilidade de rompimento com eles. Foi com a interrogação sobre as possibilidades de dar um relato de si mesma (BUTLER, 2017) que estruturamos nosso trabalho e produzimos essa dissertação, a qual compreendemos como uma narrativa que emerge das práticas discursivas que referenciam os relatos das participantes da pesquisa. Também buscamos subsídios nas teóricas feministas negras que nos fornecem uma lente para ler este enquadramento através da interseccionalidade (CREWNSHAL, 2002), (DAVIS, 2009, 2016), (COLLINS, 2016), (CARNEIRO, 2005), (GONZALES, 2011). Contribuem com nossa pesquisa também autoras/xs/es do campo da geografia (SANTOS, 2011), (SOUZA, 2013), da criminologia crítica (KARAM, 2013, 2015), (FILHO, 2007), (RODRIGUES, 2016) e da educação (GOMES, 2002), (ARROYO, 2018) e (DAYRELL, JESUS, 2013).

A dissertação está organizada da seguinte maneira: No primeiro capítulo introduzimos as perspectivas gerais sobre o trabalho e o percurso metodológico, apresentando as jovens participantes da pesquisa e fornecendo subsídios para que o enquadramento que queremos fazer aparecer seja elucidado. No segundo capítulo trabalhamos com os conceitos que norteiam nossa análise e suas/xs/eus respectivas/xs/os autoras/xs/os. Assim de forma breve, mas fundamentalmente importante para compreensão analítica, discutimos sobre narrativa e relato de si, a interseccionalidade a partir das contribuições do feminismo negro, a agência e resistência na produção da viabilidade da vida e a noção de território. Dando seqüência, no terceiro capítulo apresentamos o enquadramento do tráfico de drogas no Brasil e problematizamos a guerra às drogas e as possibilidades de rompimento com essa situação, bem como o que os movimentos sociais antiprisionais nos dizem. No quarto capítulo trazemos os relatos das jovens participantes da pesquisa e nossa análise sobre eles. Por fim tecemos algumas considerações e apontamentos finais.

Análise do discurso que empreendemos aqui como ferramenta analítica tem Michel Foucault e sua obra como principal referência, que fundamenta a compreensão de que o discurso é um conjunto de enunciados produzidos dentro de regimes de verdade, sempre

engendrados em estruturas de poder (FOUCAULT, 1986). A noção de poder em Michel Foucault compreende que:

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E 'o' poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de autorreprodutor, é apenas efeito de um conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixa-las. Sem dúvida, devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada" (FOUCAULT, 2018a, p. 101).

Nesta pesquisa problematizamos inúmeros enunciados que são produzidos a respeito a respeito da mulher jovem criminoso, nos descritores mulheres, jovens, tráfico de drogas e raça, considerando de maneira separada cada um desses significantes (ou estereótipos), e também os discursos que produzidos a partir das interconexões entre eles. Esses discursos foram acessados em pesquisas anteriores que nos ajudaram a formular e elaborar questões durante o desenvolvimento dessa pesquisa. Contudo, nosso objeto foi o relato das próprias jovens a respeito de si e de suas experiências, fazendo um contraponto à discursividade existente que elabora futuros de violências e morte para essa juventude. Não pretendemos, no entanto, inaugurar uma nova discursividade a respeito dessas jovens e suas experiências, mas traçar possibilidades de emergência de outros enunciados, confiantes na potência da agência dessas jovens em traçar vidas possíveis e vivíveis. Então, o que buscamos fazer aqui foi "um esforço de interrogar a linguagem - o que efetivamente foi dito - sem a intencionalidade de procurar referentes ou de fazer interpretações reveladoras de verdades e sentidos reprimidos" (FISCHER, 2001, p. 205), e que tem sido feito de forma coletivizada durante todo o percurso de mestrado que deságua nesse texto.

Compreendemos que as práticas discursivas fazem funcionar este conjunto de enunciados e estabelecem jogos de verdade, que atravessam as relações de poder e constituem as/xs/os sujeitas/xs/os. Esses jogos de verdade "ganham corpo em conjuntos técnicos, instituições, esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e de difusão, em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo as impõe e mantêm" (FOUCAULT, 1997, p.11). Portanto, foi sobre as práticas discursivas que compõe esse enquadramento que nos debruçamos em nossa análise.

Na escrita desse texto optamos por utilizar a linguagem não sexista. Compreendemos que por vezes o uso dessa forma de escrita suscita críticas em relação à fluidez de leitura do texto, no entanto, nos alinhamos as elaborações de Grada Kilomba (2019) de que o uso da

linguagem da maneira que a gramática opera na língua portuguesa, em muitos momentos suscita uma violência colonial que simplesmente apaga a existência de determinadas/xs/os sujeitas/xs/os. A autora nos subsidia a pensar que “a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade” (KILOMBA, 2019, p. 14). Ela reflete ainda sobre a urgência de criarmos novas linguagens, um vocabulário em que possamos todas/xs/os nos encontrar na condição humana. Sabemos que o uso da linguagem não sexista ainda representa muito pouco na luta pela equidade de gênero e pela eliminação de todas as formas de opressão, ainda assim entendemos que esse gesto contribui para visibilizar a situação e colocar em pauta a reflexão sobre como superar essas violências. Como esse é um texto escrito por mulheres, onde as sujeitas da pesquisa são também mulheres, optamos por sempre escrever os adjetivos e pronomes no feminino acompanhados de suas flexões para agênero, não binário, masculino e demais representações de gênero. Permanecerão sem essa composição as citações diretas retiradas dos originais produzidos pelas/xs/os autoras/xs/es. Utilizaremos também, dentro dessa perspectiva, o chamamento das/xs/os autoras/xs/os por nome e sobrenome, com o objetivo de fazer aparecer as produções teóricas e as pesquisas realizadas por mulheres.

Este trabalho trata-se de uma autoria colaborativa, em que várias vozes dialogam no sentido de guiar e compreender as elaborações que aqui fazemos. Assim, escrito em primeira pessoa do singular, demonstra as construções que fiz de maneira individual, quando escrito na primeira pessoa do plural, o nós, significa que as reflexões foram realizadas junto à orientação, ao coletivo de orientandas, as/xs/aos autoras/xs/es consultados e às jovens participantes da pesquisa.

## **1.2 As sujeitas da pesquisa: a resistência das flores do cerrado/asfalto**

As quatro jovens participantes dessa pesquisa partilham características em comum, que as torna um grupo que esteve situado no enquadramento de um fenômeno social: o tráfico de drogas. Entendemos que esse enquadramento não se refere apenas a uma moldura pela qual podemos recortar e focalizar determinada situação vivenciada por elas, mas entendemos essas molduras enquanto relações de poder que operam sobre a vida (BUTLER, 2018a). Suas trajetórias desvelam um cenário de pobreza, violência e exclusão, questionado

por umas/xs/ns, naturalizados por outras/xs/os, exterminável para tantas/xs/os outras/xs/os. Para Judith Butler (2018a), o enquadramento define – emoldura - tanto a cena de aparição de uma vida, como organiza a forma como vamos visualiza-la, incidindo na geração de ontologias específicas das/xs/os sujeitas/xs/os (BUTLER, 2018a). A aparição dessas jovens e os relatos apresentados por elas sobre suas experiências de vida causam perturbação num enquadramento dado a elas à priori, porque subvertem o que é construído socialmente e apontado nas estatísticas para o presente e futuro deste grupo específico de jovens no Brasil.

Quando escolhi que iria em campo conversar com elas, entrevistá-las, pensei no território, nos caminhos, e nas vivências que me fizeram chegar a elas. O cenário da periferia no Brasil, e especialmente na RMBH, onde essa pesquisa acontece, mostra-se construído por ruas estreitas e becos, por vezes uma rua mais larga, que é por onde o ônibus que atende a comunidade passa. As casas, bem próximas “amontoadas” pequenas, muitas ainda sem o reboco, com tijolos cor de laranja aparentes, as portas dão para rua. A vida acontece, e por vezes ela é interrompida pelas mais diversas violências que ali coabitam. O cenário da periferia, longe de ser reduzido a um estereótipo romanceado, é o lugar onde a coletividade se apresenta e faz com que a vida se torne mais possível, desafiando a precariedade que ali se instala. Durante minha trajetória de trabalho como assistente social e durante essa pesquisa, encontrar com as pessoas na rua sempre foi um momento de estabelecer e fortalecer laços. Aos poucos a minha vida vai se misturando à vida das pessoas que vivem ali e esses laços fortalecidos se tornam vínculos.

Com a intenção de tornar compreensível minhas opções para nomear as participantes da nossa pesquisa, recorro um pouco à minha história vivida. Sou do interior de Minas Gerais, e como eu e minha família morávamos na última rua do último bairro, atrás de nós estava a cidade, e a frente um “campo” de possibilidades. Meu pai, pescador, sempre nos levava em suas jornadas, e assim fomos conhecendo e aprendendo a caminhar no mato, conhecendo a diversidade de plantas, flores, animais. Dali do mato foi que vieram muito dos aprendizados que nos formaram, não fomos ao cinema, museus, teatro, não circulamos pela cidade. Aprendemos a sobreviver, aquele lugar era tanto nosso espaço de lazer como de preparação para encarar a vida cotidiana com coragem. Enquanto eu e minha irmã descascávamos pequi debaixo de uma árvore vendo o dia passar pensávamos em sonhos quase impossíveis à espera do retorno de meu pai, muitos desses sonhos foram abandonados pelo caminho em virtude da ausência de oportunidades, outros foram fecundados pela aposta de meus pais em nossa trajetória educacional e de trabalho, tornando-se reais também pelo

advento das políticas públicas de acesso ao ensino superior, que já foram citadas no início dessa dissertação. Hoje nós, as três filhas, somos graduadas pelo PROUNI.

Essa construção, da vida e da pesquisa, que parecem ser tão distintas, se entrecruzam quando nos afastamos, misturamos as realidades e novamente nos aproximamos. Assim, escolhi aqui, devido à necessidade de manter o sigilo da identidade, tanto por questões éticas, como políticas, nomear as jovens participantes de nossa pesquisa com nomes de flores do cerrado. Tanto em minhas andanças pela mata, quanto em meus “corres” pela periferia da RMBH e de outros estados do país, encontrar flores pelo caminho sempre foi um momento de respiro, contemplação e renovação das esperanças. É assim que eu as vejo: as flores do cerrado têm em si particularidades como a resistência às intempéries, cores vivas, adaptabilidade ao clima, são férteis e vivem bem na maioria do ano (BIOMA MEIO AMBIENTE, 2018). Opto por chamá-las de flores pela semelhança do encontro e por acreditar na beleza de suas trajetórias e possibilidades.

**Lobeira** tem 37 anos é educadora social e considera-se uma jovem adulta. Foi indicada por um colega da pós-graduação para que pudéssemos realizar a entrevista piloto. Mesmo estando numa faixa etária em que não é mais considerada jovem de acordo com a legislação e literatura disponíveis, resolvemos escutá-la, pensando inclusive nas reflexões que a mesma poderia trazer para a pergunta geradora que estávamos pensando em desenvolver para a produção dos dados. Lobeira mora numa periferia na Região Metropolitana de Belo Horizonte, nossa entrevista aconteceu em uma praça na comunidade dela. Em nosso encontro, Lobeira nos apontou três importantes marcadores de sua identidade, seu percurso pelo tráfico de drogas, o envolvimento com o movimento Hip-hop e também a maternidade. Ao chegar ao território e perguntar por ela, pelo nome com o qual ela se apresentou a mim, pude perceber que ninguém a conhecia, assim pude perceber que seu “apelido” era a maneira pela qual ela é reconhecida na sua comunidade. Em seu relato Lobeira me descreve um pouco de sua memória na participação do tráfico de drogas, que teve início aos 12 anos de idade, ela afirma-se, naquele contexto, como uma pessoa violenta com pouca reflexão sobre suas atitudes em momentos de crise, que essa personalidade a fez alcançar lugar de destaque na gangue que compunha, no entanto com o tempo essa raiva, que ela carregava foi se modificando influenciada por fatores como a perda de amigos e pessoas próximas ligadas ao crime, e especificamente pelo encontro com uma mãe com uma criança em situação de rua e fazendo uso de drogas. Assim Lobeira foi se distanciando e tendo novas possibilidades de vida. Segundo ela, o principal motivo para o distanciamento do tráfico foi seu envolvimento

com o movimento Hip-hop, afirmando que os processos formativos pelos quais ela passou a ajudaram a enxergar a vida de outra forma, fazendo do banking<sup>7</sup> inclusive uma profissão. Lobeira é uma mulher que têm três filhos, que segundo ela a transformaram em uma mulher melhor e que a luta dela pelos seus filhos e pelos filhos de outras mulheres para que não “se percam” no tráfico de drogas é sua principal luta. No momento que as entrevistas aconteceram ela convivia com a depressão e apresentava o sonho de tornar-se assistente social.

**Ipê** tem 19 anos é estudante e trabalhadora. Vive com sua família em Belo Horizonte. Ipê tem buscado reconstruir sua vida e após ser aprisionada por tráfico de drogas fez uso de tornozeleira eletrônica<sup>8</sup>, o que a constrangeu frente a sua mãe e filho. Busca ocupar seu tempo livre com atividades que a mantenham afastada das ruas e da possibilidade de retorno ao envolvimento com o crime, dentre elas o futebol. Entende que como filha caçula ela precisa dar o exemplo, e também ser exemplo para seu filho de quatro anos. Diz-nos que já foi “descabeceadinha”, mas que a vergonha do uso contínuo da tornozeleira a fez repensar em seu papel como mãe. Ipê no tempo em que a entrevista aconteceu, estava assinando mensalmente no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PRESP)<sup>9</sup> na condição de livramento condicional, essa penalidade se deu pelo fato dela ter descumprido ordem judicial e retirado a tornozeleira, segundo ela, assinará por mais um ano e também aguarda julgamento. Para o futuro Ipê diz que sonha alto ao pensar em cursar uma faculdade, mas para o momento quer terminar os estudos no ensino médio.

**Perpétua** tem 21 anos e viveu em Belo Horizonte até 2018, atualmente está no Rio de Janeiro, morando com a mãe. Estava no território passando um tempo, mas em breve voltaria para o Rio. Perpétua já concluiu o ensino médio e atualmente está desempregada. Diz que

---

<sup>7</sup> Conhecido no Brasil também como Dança de Rua, o Breaking é um estilo de dança que teve origem nos Estados Unidos, desenvolvido pela população negra e regido por ritmos como o jazz, soul e funk. O Breaking está dentro do movimento HipHop que engloba outras manifestações artísticas como o RAP, o graffiti, DJ e MC. Rose Colombero, 2011. Disponível em [http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda\\_2011\\_09.pdf](http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_09.pdf). Resgatado 08/07/2020.

<sup>8</sup> A monitoração só começa a partir do momento em que a tornozeleira é colocada na pessoa a ser monitorada. Ao ser ligado, o equipamento passa a captar um sinal via satélite que é transmitido 24 horas por dia pela rede de telefonia celular que retransmitirá as informações para o centro de dados interligado à Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica. A monitoração é realizada por uma equipe técnica responsável pela operação dos equipamentos e por uma equipe multidisciplinar composta por Psicólogos, Assistentes Sociais, Assistentes Técnicos Jurídicos e Gerentes de Produção responsáveis pelo acompanhamento e apoio à pessoa monitorada. Cartilha de Monitoração Eletrônica, Secretaria de Estado de Defesa Social, 2013, disponível em <http://www.seguranca.mg.gov.br/images/documentos/Cartilha%20Monitoracao%20Eletronica.pdf> acesso em 22/12/2019.

está sossegada, mas que já foi um “demoninho”, sentia muita adrenalina em sua participação no tráfico, mas que com o tempo foi vendo que aquilo não valia a pena. Sua paixão pelo futebol e também o fato de perceber o sofrimento da mãe pelo envolvimento dela com o crime foram determinantes para que ela se repensasse. Ainda preserva a paixão pelo futebol, mas não idealiza como uma boa perspectiva para o futuro por se considerar “velha” para o investimento no esporte. Pensa no trabalho como viabilizador do financiamento dos seus estudos, pois atualmente tem o sonho de se tornar bombeira civil. Não tem filhos e mora com a mãe. O brilho em seus olhos aparece quando ela diz que a mãe ama ouvir seus sonhos. Nossa entrevista não foi longa, segundo ela era a primeira vez que ela estava sendo entrevistada, e não imaginava que em algum momento alguém se importasse com elas: “não sei o que dizer, nunca fui entrevistada antes”, “mas tem gente que se importa com isso? Com a nossa vida? Na UFMG, sério?”<sup>10</sup> foram falas dela, após o gravador ser desligado.

**Sempre-viva** tem 15 anos e vive com sua mãe, irmã e sobrinha em Belo Horizonte. Diz que avançou no tempo da sua idade pelas condições que a vida lhe ofereceu. Narra as violências que sofreu e sofre como estruturadas pelo machismo e racismo, e que a escola teve papel fundamental para que ela tivesse esse entendimento, e que aos poucos vai resistindo e enfrentando essas condições. Sempre-viva divide seu relato entre a alegria de ser quem é e de ter percorrido todo esse caminho e também o medo de ver o ciclo se repetir com sua irmã mais nova e sua sobrinha, descartando de seu relato o padrasto e irmão. Diz ser cabeça aberta e afirma que se “todo adolescente de 15 anos pensasse igual eu, mais ou menos igual eu penso, eu acho que estaria muito diferente”. Apresenta uma crítica contundente ao sistema que mata as pessoas, e diz que ela também poderia ter morrido nesse percurso. Sempre-viva espera para seu futuro ser inteligente, fazer alguma coisa inteligente, ser médica para ajudar os outros sem cobrar, e reafirma que pode ser alguma outra coisa, desde que seja inteligente, e que viabilize colocar os dela no “topo”. O afeto pelos seus permeia constantemente sua fala, a convivência com o amor e a violência media suas relações familiares, e ela carrega consigo um senso de responsabilização pelas mulheres da sua família. Quer no presente oportunidades para todos, e compreende que isso é uma luta constante.

Apresentadas as jovens que contribuíram com a realização dessa pesquisa, passamos a refletir sobre como as narrativas sobre seu percurso no tráfico de drogas e na vida as fizeram

---

<sup>9</sup> O PRESP (Programa de egressos do sistema prisional) é um dos quatro programas que compõe a Política Estadual de Prevenção à Criminalidade do estado de Minas Gerais.

<sup>10</sup> Notas do caderno de campo.

chegar até o momento atual, e a reflexão delas sobre essa experiência numa perspectiva que compreende passado, presente e futuro e que também não é linear. Portanto, a pergunta de pesquisa direcionada a elas: “Conte-me como você está, depois de ter passado pelo envolvimento com o tráfico de drogas”, faz um recorte de suas histórias, mas também as faz acessar suas memórias. O que elucidamos aqui é o entendimento de que elas não são apenas mulheres jovens com percursos de envolvimento com o tráfico de drogas, mas sujeitas com inúmeras vivências e possibilidades, e que essa pesquisa usa esse recorte para refletir sobre seus processos formativos enquanto sujeitas jovens e como elas agem mobilizando recursos de resistência frente a esse enquadramento.

### **1.3 Caminhos metodológicos: impasses e percurso**

A metodologia que conduz essa pesquisa é a qualitativa, nela encontramos suportes para compreensão mais ampla dos fenômenos e como eles interagem com outras variáveis, assim adquirimos meios para analisar questões sociais, culturais e institucionais (GATTI e ANDRÉ, 2010) inerentes ao tipo de pesquisa que desenvolvemos aqui, em que privilegiamos análise dos materiais produzidos em campo a partir do olhar das sujeitas da pesquisa e como elas dão sentido às suas experiências numa narrativa de si. Ouvir a narrativa de mulheres jovens, para a produção de dados de pesquisa, de certa maneira nos convoca a também olhar para as nossas narrativas. O processo de escuta afetiva, compreendida aqui pela minha implicação como pesquisadora com o campo e com essas sujeitas, desemboca numa experiência que afeta as reflexões produzidas em todas as etapas dessa pesquisa.

Meu percurso enquanto pesquisadora envolve idas e vindas teóricas, metodológicas, afetivas e físicas. Desde a formulação da questão de pesquisa, mobilizada no processo de entrada para o mestrado, até a escrita desse texto, inúmeras questões foram vistas e revistas. A intenção em pesquisar mulheres a partir de uma mirada de gênero, raça e classe me implica enquanto mulher e feminista; a intenção em pesquisar com elas dentro do enquadramento do tráfico de drogas no contexto brasileiro, me implica enquanto assistente social, trabalhadora e ativista por uma sociedade em que o crime não seja a única opção viável para muitas vidas, e que essas vidas sejam reconhecidas e vivíveis. A questão inicial pensada para a pesquisa tratava de compreender como essas mulheres jovens se posicionavam dentro da estrutura do tráfico de drogas, no entanto, com os desdobramentos da revisão bibliográfica, que será

tratada no terceiro capítulo, bem como a perspectiva de encontro com algumas jovens já mapeadas anteriormente a partir do meu campo de trabalho, nos trouxeram a reflexão sobre como se dá o processo de passagem e quais recursos são mobilizados a partir da agência dessas jovens para a saída, ou afastamento do tráfico de drogas.

A escolha por entrevistá-las em seus respectivos territórios (onde vivem) sempre foi um ponto de tensão durante a pesquisa. A principal questão levantada sempre foi a segurança, tanto minha, quanto das jovens e também questões de como se daria a minha exposição e a delas; como o diálogo fluiria; como eu conseguiria manejar possíveis imprevistos. No entanto, optar pelos territórios como espaços privilegiados para o diálogo com essas jovens proporcionaria um cenário ainda não explorado nas pesquisas com mulheres e tráfico de drogas, majoritariamente realizadas dentro dos sistemas socioeducativos e prisionais. Assim sustentamos a posição de enfrentar os desafios éticos e físicos que pesquisar com as jovens no território nos traziam e também assumir uma postura receptiva das dificuldades que o campo nos colocava.

Minha aproximação com as jovens que foram entrevistadas se deu a princípio pelo meu local de trabalho. Sou assistente social e tenho uma carreira de trabalho em locais com altos índices de vulnerabilidade social, onde o comércio ilegal de drogas se faz presente. Trabalhando especificamente com a juventude, pude atender muitas/xs/os meninas/xs/os que tiveram envolvimento direto e indireto com o tráfico de drogas e que tiveram destinos bastante distintos. O recorte e a escolha por escrever o projeto de pesquisa que abordasse as sujeitas mulheres do tráfico se deram em decorrência do meu incômodo pessoal com os casos de jovens envolvidas que chegavam para atendimento, e também pelo aumento significativo nas estatísticas de mulheres presas por tráfico de drogas. Assim, após a entrada para o mestrado iniciei os meus trabalhos de reformulação do projeto de pesquisa muito voltada para as questões que envolviam as mulheres que ainda estavam diretamente envolvidas no crime. Com o amadurecimento do projeto no processo de orientação, e com as possibilidades que o campo nos oferecia, passamos a trabalhar com a possibilidade de saída dessas jovens do tráfico de drogas, tendo em vista que esta é uma alternativa pouco explorada academicamente e também não configura campo de interesse estatístico, entendendo inclusive a dificuldade de mensurar e trabalhar esse tipo de dado. O deslocamento estava dado, assim começamos a pensar “nas alternativas de saída construídas pelas jovens que participaram do tráfico de drogas” e como isso se dava na formação humana dessas sujeitas; como, tendo passado por

essa experiência, elas significavam seus sonhos e projetos de futuro, como elas produziam uma ética da sobrevivência alterando os caminhos estabelecidos discursivamente a elas.

Após esse trabalho intenso de idas e vindas na escrita, na teoria, nas estatísticas, em minhas vivências, decidimos entrevistar entre 2 e 5 jovens, algumas das quais eu já possuía vínculo anterior dado pelo meu campo de trabalho, deixando uma margem para caso aparecessem outras, ou ocorressem negativas. Começaram então minhas idas e vindas aos territórios.

Adotamos aqui o entendimento de narrativa não apenas como um procedimento metodológico, mas como uma abordagem que provoca um “olhar reflexivo sobre si”, neste caso em específico, um olhar para uma passagem da vida dessas jovens, que envolve riscos, violências, afetos, ou como é mais comum ouvir das próprias jovens a “correria”. Butler (2017) nos informa que a reflexão sobre si já está previamente enquadrada em um campo normativo, e que o relato sobre si acontece em forma de narrativa e implica em limites e potencialidades, conceitos que aprofundaremos no capítulo seguinte.

Revisitando minhas anotações de campo, no momento da escrita da dissertação, percebi que o frio na barriga me acompanha desde o início da escolha do tema dessa pesquisa. Está é uma pesquisa que atravessa diversas relações de poder, violências, sofrimentos e que tudo pode dar errado o tempo inteiro, inclusive agora. Lidar com histórias de vida de Lobeira, Ipê, Sempre-viva e Perpétua, para as quais a literatura, as estatísticas e a vida nos sinalizam o risco iminente, exige uma postura de retomada em todos os momentos. De perder a coragem e retomá-la e em todo momento, abandonar e voltar ao texto, acreditar nas potencialidades dessas existências e também sofrer frente ao cenário que está desenhado para elas, mas no qual elas não aceitam determinadamente.

#### **1.4 O tempo das jovens: fazendo contato e marcando as entrevistas**

Inicialmente, após ter a pergunta geradora para a narrativa formulada, decidimos que realizaríamos uma entrevista piloto, com o intuito de testar a pergunta e também ajustar possíveis intercorrências que o campo nos oferecesse. Assim fiz contato com algumas mulheres que eu já conhecia e aguardei resposta sem sucesso. Um colega da pós-graduação já havia me indicado duas mulheres conhecidas dele, uma delas inclusive ele já havia entrevistado em outro momento. A partir disso entrei em contato com as duas potenciais

participantes da pesquisa. Cabe destacar que os contatos foram realizados através das redes sociais pelos aplicativos de whatsapp e messenger<sup>11</sup>, o que consideramos ser uma das possibilidades de contato e diálogo entre as juventudes na atualidade. Outra questão importante, que também conduziu os contatos com as jovens durante a pesquisa foi o entendimento sobre as agendas e tempos das jovens, as entrevistas não foram marcadas com antecedência, ou para datas e horários previamente estipulados. O contato era feito e o dia era marcado, “- Pode ser depois de amanhã?; - Pode sim; - Então combinado às duas horas na pracinha.” A compreensão desses tempos foi de fundamental importância para a condução das entrevistas. As entrevistas foram marcadas de acordo com o desejo das jovens, os locais foram sugeridos por elas, para que estivessem mais confortáveis durante o diálogo, cada entrevista contou com impasses e surpresas, que serão tratados a seguir.

A entrevista piloto foi realizada com a Lobeira, que no primeiro contato apresentou timidez em participar da entrevista, mas considerou a proposta importante e se dispôs a conversar comigo. Marcamos para a semana seguinte, na pracinha do bairro onde ela vive, porém, no dia da entrevista, quando eu estava a caminho do local, recebi uma mensagem dela dizendo que seu filho teve uma intoxicação na escola e tivemos que adiar a entrevista. Lobeira apresentou constrangimento em ter que desmarcar, mas expliquei que estava tudo bem, que poderíamos remarcar quando ela se sentisse à vontade. Remarcamos para a próxima semana, no mesmo horário e local. Uma questão levantada em orientação era a possibilidade da realização da entrevista na Praça, tratando-se do tema e por ser um espaço aberto e com grande circulação de pessoas. Porém, Lobeira insistiu que fosse nesse local, mesmo depois de eu ter oferecido realizar a entrevista na escola, ou em algum outro equipamento público, e até mesmo em sua residência.

Chegando à praça, como eu não a conhecia pessoalmente, abordei algumas pessoas, porém ninguém também a conhecia, o que me causou estranhamento. A praça estava cheia, o sol bem quente, crianças corriam e brincavam nos brinquedos de cimento que existem nessa praça, havia uma feira e também estavam começando a montar brinquedos infláveis do outro lado, a movimentação era intensa. Continuei caminhando e abordando as pessoas até chegar a Lobeira já estava me esperando e me recebeu com alegria, novamente se desculpando por ter desmarcado o encontro anterior. Sentamo-nos em um banco, que segundo ela era “mais afastado” da movimentação da praça e poderíamos conversar sem muitas interrupções.

---

<sup>11</sup> Ambos são aplicativos de mensagens que podem ser utilizados através da internet por um smartphone ou por

Expliquei para Lobeira os objetivos da pesquisa, e o que eu gostaria com a entrevista, apresentei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), avisei que a pesquisa seria gravada, que os dados pessoais dela permaneceriam em sigilo, e da possibilidade de desistência em qualquer momento. Neste momento uma comadre dela chegou até nós e começou a conversar com ela, pelo tempo de aproximadamente 40 minutos, assim que ela se despediu iniciamos a entrevista. Estivemos juntas no território pelo período aproximado de três horas, dentre as quais Lobeira pode dividir conosco sua trajetória no tráfico de drogas e seu percurso de saída.

Dessa entrevista levei comigo, além do relato de Lobeira, que será devidamente analisado, dois aprendizados para a realização de pesquisa com sujeitos em vulnerabilidade e em seus territórios. Um deles é que nem sempre o local escolhido pelas sujeitas é o mais viável para a realização da entrevista, o tempo passado na praça nos causou alguns desconfortos, entre eles o sol forte, o barulho intenso e o trânsito de pessoas que nos desconcentrava em todo momento. O outro é que, por mais que uma entrevista seja bem planejada, e seu resultado seja satisfatório, algumas variáveis podem nos escapar. O exemplo nessa situação foi em relação ao gravador, que não fez o registro da entrevista, o que percebi só quando cheguei em casa. No entanto consideramos esse encontro como fundamental no percurso da pesquisa, tanto por ter sido inaugural do campo, como pela potência do relato de vida que Lobeira compartilhou conosco, e analisaremos os registros que conseguimos salvar desse encontro.

Também houve o momento de negativa. Uma das jovens indicadas para a realização da entrevista confirmou o encontro com local e horário propostos por mim, porém no dia da entrevista, disse que não poderia comparecer pois estava com problemas familiares. Novas tentativas foram realizadas, todas negadas, até que em um determinado momento a jovem deixou de responder minhas mensagens e então compreendi que o limite do acesso a ela havia chegado. Em nenhum momento essa jovem alegou que não queria participar da pesquisa e que não me concederia a entrevista, não sendo possível analisar a motivação para a negativa. No entanto, compreendemos que acessar o tempo vivido no tráfico de drogas para todas as jovens participantes dessa pesquisa, não foi uma tarefa simples, realizada com facilidade. Então, mesmo pressupondo vários motivos para essa negativa, não podemos deixar de observar que sinaliza um desejo em não compartilhar sua história, não registrá-la,

ou não ter confiança suficiente em mim enquanto pesquisadora para dividir esse momento. Sobre a negativa da narração, encontramos sentido no que foi elaborado por Butler (2017) ao dizer que “a recusa de narrar não deixa de ser uma relação com a narrativa e com a cena de interpelação. Como narrativa negada, ela recusa a relação pressuposta pelo interrogador ou a modifica, de modo que o questionado rechaça o questionador (BUTLER, 2017, p. 23)”. Para essa jovem estava posto o desejo da entrevistadora e o recorte pensado para a pesquisa; sua negativa sinaliza que o acesso e a possibilidade de realização de entrevistas com essas jovens demanda a construção de vínculo, confiança entre as partes e entendimento dos objetivos propostos com a produção desses dados, questões que não foram possíveis de serem elaboradas com essa jovem.

A terceira e quarta entrevistas foram realizadas, consecutivamente, com uma jovem já conhecida por mim, e com outra jovem indicada por ela. O contato inicial com as duas se deu através de uma liderança comunitária, que também era oficineira do Programa Fica Vivo!<sup>12</sup> com quem mantenho vínculo. A relação previamente estabelecida com essas lideranças comunitárias foi de fundamental importância para a realização das entrevistas no percurso da pesquisa. Tanto nas indicações das jovens, quanto no cálculo para a segurança na realização das entrevistas, essas lideranças foram as pessoas que mediarão o acesso e nos forneceram informações importantes sobre os territórios e as jovens sujeitas dessa pesquisa.

O local de realização dessas duas entrevistas já era da minha vivência, assim planejei encontrar com as jovens na casa dessa liderança comunitária que mediou nosso contato. Tendo em vista a experiência anterior em local aberto, optamos por estar em um local mais reservado. No caminho para o bairro, revisei minha experiência de circulação pelo território, das dificuldades que implicam chegar e permanecer ali. Sendo o bairro localizado à margem de uma rodovia onde não há passarela para travessia, eu naquele dia, e os habitantes daquele local cotidianamente, arriscamos nossas vidas atravessando a BR para acessar o ponto de ônibus que fica do outro lado. Não há nenhuma sinalização, tão pouco iluminação pública

---

<sup>12</sup> Instituído no ano de 2003, por meio do Decreto Nº 43.334/2003, o Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! atua na prevenção e na redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, em áreas que registram maior concentração desse fenômeno. O programa Fica Vivo! articula dois eixos de atuação: Proteção Social e Intervenção Estratégica. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/2020-05-12-22-29-51/programas-e-acoaes#:~:text=atua%20na%20preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20na,Prote%C3%A7%C3%A3o%20Social%20e%20Interven%C3%A7%C3%A3o%20Estrat%C3%A9gica>. Resgatado em 07/07/2020

durante a noite; tudo o que existe naquele local no que se refere à infraestrutura foi erguido pelas mãos dos moradores de lá. Chegando a casa dessa liderança comunitária as jovens já estavam me aguardando. Perguntei como estava o território, que segundo elas estava tranquilo, “os meninos tão suave, a polícia tá de boas também”. Perguntei às meninas se elas sabiam o porquê de estarem ali para uma entrevista e realizei os mesmos procedimentos adotados com a Lobeira. Diferente dela, Ipê e Perpétua nunca haviam sido entrevistadas antes, e ficaram bastante tímidas durante todo o processo. Mesmo que as entrevistas tenham sido feitas em local fechado e mais reservado, como a casa dessa liderança comunitária está localizada ao lado da BR, o trânsito intenso de carros e caminhões pesados também interferiu na atenção das jovens na entrevista. Foram entrevistas curtas com respostas diretas, sem, no entanto perderem sua profundidade. Cabe destacar que as entrevistas foram realizadas individualmente, porém num espaço onde estávamos presentes, eu, as duas jovens e a liderança comunitária.

A última entrevista realizada talvez fosse a que eu, enquanto pesquisadora, mais esperava, acredito que pelo vínculo de trabalho e pessoal desenvolvido com essa jovem, e por ela ter sido a primeira convidada a participar da pesquisa, ainda na fase de reformulação do projeto. O contato iniciado no final de 2018 permaneceu, e ao recontatá-la, ela disse que já esperava por essa entrevista e que estava muito animada. Ao pensar no local, ela me disse, “será que você pode me levar pra comer?”. Eu disse que tudo bem e onde ela gostaria de ir, “no shopping”, ela disse. Marcamos uma vez, o que não foi possível devido a compromissos meus e dela. Marcamos novamente para um sábado. Fui a sua casa buscá-la. Novamente retornei ao território. A principal rua da comunidade, agitada como de costume para um dia de sábado. Chegando a sua casa ela não estava, e sua mãe me disse que era para eu ligar que ela viria me encontrar - feito. Esperei um pouco, na rua, observando o “corre” dos meninos do tráfico, o vai e vem de pessoas indo e voltando do supermercado, que fica num ponto central do bairro, o açougue, com uma tenda e uma churrasqueira, onde várias pessoas tomavam cerveja. Sempre-Viva chegou acompanhada de sua irmã, empurrando um carrinho com um bebê. De quem é essa bebê? Pergunto. É a sobrinha de Sempre-Viva, filha de sua irmã, de 13 anos. Ela entra em casa, se arruma e saímos, vamos para o ponto ônibus e esperamos... Chegamos à estação para fazer baldeação e esperamos.

Quando chegamos ao shopping, Sempre-Viva me diz que conhecia bem aquele local. Sua família faz compra uma vez por mês num dos supermercados que havia ali. O shopping estava lotado, muita gente, confusão, barulho. Mais uma vez reflito se aquele seria o melhor

lugar para realizar essa entrevista e concluo que nesse percurso de pesquisa ainda não houve o melhor lugar, como esperado por mim (calmo, tranquilo, em silêncio, sala fechada). Reflito que pesquisar com a juventude seja assim: lugares não óbvios, cenários não esperados. A pesquisa se adapta ao contexto. Com essas jovens não seria possível de outra maneira, acredito. Enquanto ativista de movimentos sociais, sempre reivindiquei o encontro com a juventude na rua, no espaço público do território vivido. Sempre desenvolvi meu trabalho como assistente social apostando nesse espaço. Quis mudar isso na pesquisa, por achar que seria o melhor caminho. Mas as jovens, sujeitas ativas desse processo me mostram que não. A pesquisa acontece assim: no meio do barulho, confusão e gente.

Sempre-Viva me disse do porque quis ir ao shopping, e mostrou-se muito curiosa com as perguntas que eu iria fazer a ela mais tarde, “gostaria de me preparar”. “Porque então o shopping?” eu pergunto. Ela me diz “foi o primeiro lugar que eu provei pra minha mãe que o racismo existe”. E eu entendo.

Fomos até a praça de alimentação e fizemos um lanche. Comemos e conversamos. Iniciamos a entrevista, que me atravessou em cada palavra, em cada elaboração que ela fez a partir da pergunta disparadora da narrativa. Não houve nada de linear em seu discurso, me parece que ela ia refletindo sobre o que ia falando, reelaborando suas memórias, significando sua experiência. E assim, eu fui também, me repensando e repensando todo o processo desta pesquisa. Após essa entrevista concluímos que já havia material suficiente que subsidiasse nossa análise, e que poderia responder aos objetivos iniciais da pesquisa.

Estar diante de relatos tão complexos e profundos nos exige compromisso ético e dedicação para realização da análise. Assim optamos por realizar uma análise do discurso com suporte foucaultiano como método. Isto nos exigiu olhar para as narrativas em sua totalidade, compreender como certas situações operam de maneiras diferentes na experiência de cada jovem participante da pesquisa, assim como compreender os recursos disponíveis a elas para negociar com as opressões e violências vivenciadas. Para Michel Foucault (1999) a produção dos discursos em toda a sociedade é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada, temível materialidade” (FOUCAULT, 1999, p. 58). Torna-se então procedimental analisar as falas, os lugares a partir de onde se fala, os enunciados, os silêncios e as relações estabelecidas para a emergência das práticas discursivas.

Portanto, seguindo o raciocínio foucaultiano cuidamos para que os momentos de fala e momentos de silêncio estejam presentes, ainda que não seja possível dar ao silêncio escrito o efeito que ele tem no diálogo presencial. E esta dissertação é composta de muitos silêncios. Eles se apresentam não apenas no momento das entrevistas narrativas, expresso no silêncio das jovens diante da reflexão que elas fizeram sobre si, mas também está presente nas demandas sufocadas dos movimentos sociais, no baixo número de pesquisas realizadas que tratam da relação das mulheres e do tráfico de drogas, nos índices de violência contra as mulheres e a juventude negra, portanto “é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros” (FOUCAULT, 2014, p.31-32). O enquadramento que desejamos que apareça também causa um certo tipo de silêncio e traduz-se na ausência de respostas óbvias para lidar com esse cenário, que, no entanto, não são estagnantes. Buscamos tanto em nosso referencial teórico, quanto no desenho do cenário do tráfico de drogas que construímos nos capítulos seguintes, fornecer molduras para que nossa análise seja compreendida não apenas no capítulo dedicado à reflexão sobre os relatos das jovens, mas como um procedimento que rompe com o enquadramento dado nas práticas discursivas hegemônicas sobre o tráfico de drogas. Assim, esperamos que ao chegar ao capítulo analítico esteja evidente a ética presente na negociação que Ipê, Perpétua, Sempre-viva e Lobeira sustentam no cenário da vida.

## 2 APROFUNDANDO AS RAÍZES - Concepções teóricas que guiam a análise do texto

A composição desse texto apoia-se majoritariamente em conceitos elaborados na corrente pós-estruturalista. Também bebemos na fonte do feminismo negro, que trazemos para nossas reflexões considerando a importância de um olhar interseccional em nossas análises. Esse conjunto de autoras/xs/es nos acompanharam durante todo o período de produção da pesquisa, provocando deslocamentos, tensões, novas questões e fundamentando reflexões já feitas anteriormente, porém ainda não adensadas teoricamente. Comparecem no decorrer do texto autoras/xs/es que contribuíram conosco a elucidar outros conceitos, igualmente importantes, para definirmos o enquadramento que queremos fazer aparecer, como as/xs/os da geografia, da criminologia crítica e da educação. Partimos da definição de “enquadramento” como as relações de poder que cercam determinada situação de aparição fornecendo um regime de verdade e que operam através de normas disponíveis que podem ser interpretadas como as molduras que dão contorno a determinada prática discursiva<sup>13</sup> (BUTLER, 2018a).

O pano de fundo que conduz nossa pesquisa é a vida. Durante todas as nossas problematizações, discussões, idas e vindas teóricas nos deparamos sobre a questão de como a vida acontece dentro das relações de poder, e como a agência das jovens comparece para que suas vidas sejam vivíveis. Para isso é importante conceber que há para todas as vidas uma distribuição da condição precária e que ela se apresenta de forma desigual, acentuando-se conforme a incidência de opressões, e a falta de garantias para que ela se desenvolva. Seguindo o pensamento de Judith Butler, se pudermos falar de uma ontologia do ser, ela estará inscrita na condição precária da vida humana, que exige proteção para sobreviver, e depende de outrem para continuar existindo. A autora então define que a precariedade

[...] designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais

---

<sup>13</sup> Tomado em sua acepção mais ampla, aquela que ele tem precisamente na *análise do discurso*, esse termo designa menos um campo de investigação delimitado do que um certo modo de apreensão da linguagem: este último não é considerado aqui como uma estrutura arbitrária, mas como a atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados. Nesse emprego, *discurso* não é susceptível de plural: dizemos “o discurso”, “o domínio do discurso” etc. Por supor a articulação da linguagem sobre parâmetros de ordem não linguística, o *discurso* não pode ser o objeto de uma abordagem puramente linguística (MAINGUENEAU, 1998, p. 43).

do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte (BUTLER, 2018b, p. 40).

Dentro da problematização da ontologia do ser, a autora nos informa que “os sujeitos se constituem mediante exclusão, isto é, mediante a criação de um domínio de sujeitos desautorizados, pré-sujeitos, representações de degradação, populações apagadas da vista” (BUTLER 1998, p. 32). É a distribuição diferencial da condição precária que contribui para a inviabilidade de determinadas vidas, para as o enquadramento estabelecido *a priori* funciona cerceando essas vidas da possibilidade de existir, desconsiderando-as como uma vida válida. Judith Butler nos sugere então que “a vida humana não é a totalidade da vida, não pode nomear todos os processos da vida dos quais depende, e a vida não pode ser a característica definidora singular do humano” (BUTLER, 2018b, p. 50).

É dentro dessa perspectiva que indagamos as condições para que as vidas das jovens que participaram de nossa pesquisa aconteça, e essas condições advêm da coragem dessas jovens de ousarem radicalizar o sentido previamente definido para suas vidas. Ipê, Sempre-Viva, Perpétua e Lobeira que ainda são jovens, já carregam consigo os efeitos das violências às quais foram sujeitadas, ou praticaram enquanto participaram da rede do tráfico de drogas. Elas inscrevem em suas existências a afirmação do desejo da vida, da vida viável, da vida com e para as/os seus/suas. A performance que elas sustentam no percurso de suas vidas compreendem o ato político de querer viver. A performatividade, do modo como concebemos, ocorre como repetição das normas que constituem as/xs/os sujeitas/xs/os e que caracterizam como elas/es/xs são reconhecidas/xs/os (BUTLER, 2018a). É na ambivalência do discurso que não elegemos, mas que, paradoxalmente, inicia e sustenta a nossa potência que o transbordamento desses limites reguladores se torna possível.

Buscamos, então, um ponto de encontro entre essas elaborações e a noção de identidade negra, pensada aqui por Neusa Souza (1983) que afirma “ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.” (SOUZA, 1983, p.77). Para ela, tornar-se negro implica na tarefa política de construir uma identidade que conteste o modelo previamente atribuído ao povo negro, o de ser o outro, e o do desejo de “ser uma caricatura do branco” (SOUZA, 1983, p.77). É a partir do rompimento com esse modelo, que a/x/o negra/x/o constrói sua identidade.

Nestas condições também podemos ler gênero como uma performance. Para Judith Butler (2003) a concepção de uma binaridade de gênero amparada na diferença é o que fundamenta o que podemos reconhecer como mais ou menos humano, como inumano e como

humanamente impensável. Apoiada nessas concepções Shirley Miranda (2008) elabora que “o gênero não tem uma origem e depois uma forma definitiva, como defendem as teorias do patriarcado; o gênero é uma atividade original sem cessar” (MIRANDA, 2008, p. 90) e, portanto múltiplos, instáveis e fluidos. Assim como o gênero, a sexualidade também é uma performance, e por mais que existam características que diferenciem os corpos, não há como sustentar a determinação binária dos sexos, compreendendo nisso que essa fixação é produto de uma prática social e de valores culturais que o identificam apenas de forma binária (BUTLER, 2003). Para ela, as/xs/os sujeitas/xs/os são assujeitados e subjetivados pelas normas de gênero antes mesmo de tornarem-se humanos, no entanto isso não elimina completamente sua capacidade de agência (BUTLER, 2003). Em sua definição de gênero, a autora nos informa que:

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembléia que permita múltiplas convergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor (BUTLER, 2003, p. 29).

Neste sentido a autora propõe uma subversão da ideia de naturalidade impressa na sexualidade e nos corpos, e enseja a possibilidade da aparição da multiplicidade de maneiras de estar no mundo rompendo com a ideia binária.

Portanto, entendemos que a identidade política é um ato performativo, que não tem a ver estritamente com a negação ou afirmação de uma identidade enquanto sujeita/x/o, mas com uma luta política. A performance opera dentro das normas em busca de reconhecimento, e este por sua vez, determina o que pode ou não ser reconhecido como vida (BUTLER, 2018). Portanto elaboramos que o ato de buscar melhores condições para viver desempenhado/ performado por Lobeira, Ipê, Sempre-Viva e Perpétua e o posicionamento delas diante das interpelações que as atravessam cotidianamente, demonstra a prática do cuidado de si, ou cultura de si (Michel Foucault, 2018b), uma ética da sobrevivência.

## 2.1 A narrativa de si

O conceito de narrativa de si, elaborado nas concepções teóricas de Judith Butler, direciona nosso método e a maneira com que as entrevistas narrativas foram realizadas e

analisadas. A análise do discurso fundamenta-se na compreensão dos atos de linguagem que formam as práticas discursivas, sempre engendrados em estruturas de poder. O autor elabora em seu conceito de “microfísica do poder” que as relações de poder não estão dadas *a priori* como uma imposição sobre todo o corpo social, mas sim como os efeitos de dispositivos de poder. Nesse sentido “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2014, p. 10). No entendimento dos regimes de verdade, Michel Foucault recorre à Friedrich Nietzsche para elaborar que a verdade é uma fabricação que por um lado representa uma ruptura e por outro carrega algo fundado na obscuridade das relações de poder (FOUCAULT, 1999). Neste sentido os dispositivos de poder, inseridos nessa teia discursiva das micro relações de poder sustentam as práticas discursivas, que normativamente elaboram teorias e conceitos que “ganham corpo em conjuntos técnicos, instituições, esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e de difusão, em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo as impõe e as mantêm” (FOUCAULT, 1997, p. 11).

Nesta pesquisa consideramos que são inúmeras as práticas discursivas sobre as juventudes, sobre as mulheres, e sobre sua participação na criminalidade, e entendemos que esses produzem efeitos diversos em suas existências, tanto no campo simbólico quanto no material. Muitas dessas práticas discursivas serviram de escopo em pesquisas realizadas com essas sujeitas, no entanto, nossa análise recorre aos relatos das próprias jovens a respeito de si e de suas experiências, fazendo um contraponto à discursividade existente que elabora futuros de violências e morte para essa juventude.

A prática discursiva que as enquadra está presente, para além das pesquisas acadêmicas, em todo o tecido social, e nos faz elaborar sentidos para suas experiências. Estão presentes nas escolas, mídia, prisões, políticas públicas, templos religiosos, e formula sentidos que estão atravessados pelas opressões estruturais de nossa sociedade. A fabricação da/x/o sujeita/x/o criminosa/x/o, que podemos observar no decorrer desse trabalho, configura o que se quer fazer ver sobre essas pessoas, e dentro das estruturas de poder elaboram sentidos atravessados por opressões que são estruturais. Um indício desse aparecimento e seus atravessamentos são as manchetes de jornais que tratam sobre a prisão, condução ou flagrante de pessoas traficantes de drogas em nosso país. As expressões comumente encontradas nessas manchetes: “jovem” e “bandido”, mudam conforme a cor e a classe social da/x/o sujeita/x/o em questão, sobretudo a cor, e elabora um sentido na mensagem que se faz querer passar, pode ser um “jovem que errou cometendo um delito” ou “um marginal altamente perigoso que deve ser combatido, morto, exterminado”. Esses discursos amplamente difundidos recaem inclusive sobre o que as jovens participantes de nossa pesquisa elaboram sobre elas mesmas e suas experiências, o relato de si ocorre dentro desse enquadramento.

Não pretendemos, no entanto, inaugurar uma nova discursividade a respeito dessas jovens e suas experiências, mas traçar possibilidades de outros enunciados, encontrados na agência dessas jovens em traçar vidas possíveis e vivíveis. Então, o que buscamos fazer aqui “trata-se de um esforço de interrogar a linguagem - o que efetivamente foi dito - sem a intencionalidade de procurar referentes ou de fazer interpretações reveladoras de verdades e sentidos reprimidos (FISCHER, 2011, p. 205)”, o que tem nos acompanhado durante todo o processo de produção da pesquisa.

Assim, apoiadas nas perspectivas Butlerianas e Foucaultianas, entendemos que os relatos são geradores de uma estética de si, ou seja, o manejo específico numa cena de interpelação (BUTLER, 2017). Para Michel Foucault a cultura de si, ou cuidado de si opera como a arte/estética da existência. É a ocupação do ser consigo e pode ser compreendida como “uma atitude, de uma maneira de se comportar, que impregnou formas de viver; desenvolveu-se em procedimentos, em práticas e em receitas que eram refletidas, desenvolvidas, aperfeiçoadas e ensinadas” (FOUCAULT, 2018b, p. 58). O entendimento da cultura de si, que produz uma estética da existência se traduz em uma prática social que também produz conhecimento e saber. Assim, “a cultura de si não seria a “consequência” necessária dessas modificações sociais; ela não seria sua expressão na ordem da ideologia. Constituiria em relação a elas uma resposta original sob a forma de uma nova estilística da existência” (FOUCAULT, 2018b, p. 93). Esta estilística da existência traduz-se em uma ética, na qual

[...] indivíduo circunscreve parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que respeita, estabelece para si um certo modo de ser que valerá como realização moral dele mesmo; e para tal, age sobre si mesmo, procura conhecer-se, controla-se, põe-se a prova, aperfeiçoa-se, transforma-se (FOUCAULT, 2003, P. 28)

Enquanto técnicas de si o autor define que estas ocorrem “graças a relações de domínio de si, sobre si ou de conhecimento de si por si” (FOUCAULT, 1997, p. 109). E para tecnologias de si elabora que elas dão-se como “reflexão sobre os modos de vida, sobre as escolhas de existência, sobre o modo de fixar sua conduta, de se fixar a si mesmo fins e meios” (FOUCAULT, 1997, p. 112) produzindo modos de subjetivação.

Judith Butler (2017) apoiada nas concepções foucaultianas, considera que,

Esse trabalho sobre si mesmo, esse ato de circunscrição, acontece no contexto de um conjunto de normas que precede e excede o sujeito. Investidas de poder e obstinação, essas normas estabelecem os limites do que será considerado uma formação inteligível do sujeito dentro de determinado esquema histórico das coisas. Não há criação de si (*poesis*) fora de um modo de subjetivação (*assujettissement*) e,

portanto, não há criação de si fora das normas que orquestram as formas possíveis que o sujeito deve assumir (BUTLER, 2017, p. 29).

Assim, quando formulamos uma questão geradora que pudesse ser respondida pelas jovens participantes da pesquisa, que consideramos aqui como interpelação, pensamos em todo um enquadramento dado à priori para a formulação da narrativa pelas jovens que atendesse aos anseios das questões iniciais pensadas para essa pesquisa, que passassem pela experiência vivida, porém que acessasse seus protagonismos e possibilidades de existência e re-existência. O enquadramento fornecido para um dos momentos das vidas dessas jovens, e que aqui funciona como ponto inicial para as demais reflexões é o cenário do tráfico de drogas, com suas tensões, regras e dilemas, que serão aprofundados nos capítulos seguintes. No entanto, trazemos nesse ponto esta chamada para entender a condição de assujeitamento pela qual essas jovens passam e na qual a interpelação pelo relato de si é realizada. Cabe, no entanto, sublinhar que entendemos que essas jovens têm uma vida, repleta de outras experiências, e que seu assujeitamento não se define apenas por sua participação no tráfico de drogas, o que comparece em suas narrativas e no discurso que elas elaboram sobre si. Não desejamos que essa pesquisa reforce o estereótipo já construído socialmente para a juventude envolvida com a criminalidade, que é uma das práticas discursivas dentro desse enquadramento.

Segundo Judith Butler (2017), o relato de si acontece a partir de uma interpelação, na qual a/x/o sujeita/x/o já está enquadrada/x/o em uma norma prévia, assim jamais será completa e livre das perspectivas morais e sociais que aquele cenário produz. Então, um relato de si difere-se da contação de uma história, sendo que “uma narrativa que responde à uma alegação deve, desde o início, admitir a possibilidade de que o si-mesmo tenha agência causal (BUTLER, 2017, p. 23).” Ainda dentro dessa concepção, Judith Butler elabora que “se dou um relato de mim mesma numa relação com o outro diante de quem falo e para quem falo. Desse modo, passo a existir como sujeito reflexivo no contexto da geração de um relato narrativo de mim mesma quando alguém fala comigo e quando eu estou disposta a interpelar quem me interpela” (BUTLER, 2017, p. 26). Assim adotamos a ideia de que as narrativas elaboradas pelas jovens possuem um caráter reflexivo sobre suas próprias histórias, e elas como protagonistas da ação, mobilizam recursos previamente disponíveis dentro do enquadramento normativo no qual suas vidas acontecem, compreendendo que “não há criação de si fora de um modo de subjetivação, e portanto não há criação de si fora das normas que orquestram as formas possíveis que o sujeito deve assumir” (BUTLER, 2017, p.29). Isso comparece nas narrativas das jovens, quando elas reproduzem concepções a

respeito da participação das mulheres no tráfico de drogas legitimadas socialmente, no campo do julgamento moral.

Outro aspecto a ser considerado sobre o relato de si é que ela nos fornece uma compreensão parcial acerca dos sujeitos, tendo em vista a opacidade, que é uma característica comum a todas/xs/os. Então, nenhuma interpelação, dada aqui pela questão geradora para a narrativa, acessará a completude das experiências das jovens. Compreender isso nos leva a um conforto na elaboração de respostas às nossas questões, que jamais chegarão ao entendimento total sobre a experiência de vida dessas sujeitas, especialmente quando optamos por trabalhar com recortes de tempo de vida, como é o caso dessa pesquisa. A opacidade se apresenta dada a condição relacional das/xs/os sujeitas/xs/os, na qual o assujeitamento se dá nas relações de dependência. Assim, é na produção dessas relações que as/xs/os sujeitas/xs/os se descobrem incompletas/xs/os. Para Judith Butler é nesse cenário que se reconhece a responsabilidade ética das/xs/os sujeitas/xs/os e assim é possível que sejam sustentados alguns dos vínculos éticos mais importantes, não sou completa/x/o, logo necessito da/x/o outra/x/o (BUTLER, 2017). Cabe também ressaltar no âmbito da realização de si através da narrativa, que as resistências empreendidas pelas/xs/os sujeitas/xs/os acontecem dentro de um campo normativo pré-estabelecido, ou seja, mesmo quando as/xs/os sujeitas/xs/os subvertem um enquadramento esperado para sua existência, é criado um novo tipo de enquadramento, porque as resistências também operam dentro das relações de poder.

Concluindo, Judith Butler nos fornece um esquema que facilita o entendimento da realização da narrativa de si:

Há (1) uma *exposição* que não pode ser colocada em forma narrativa e estabelece minha singularidade, e há (2) *relações primárias*, irrecuperáveis, que formam impressões duradouras e recorrentes na minha história de vida, e por isso (3) uma história que estabelece minha *opacidade parcial* para comigo mesma. Por fim, há (4) *normas* que facilitam meu ato de contar sobre mim mesma, mas que não crio e fazem de mim substituível no momento exato em que busco estabelecer a história de minha singularidade. Essa despossessão na linguagem é intensificada pelo fato de que dou um relato de mim mesma para alguém, tanto que a estrutura narrativa desse ato de relatar é suplantada pela (5) *estrutura de interpelação* na qual ele acontece. (BUTLER, 2017, p. 54-55)

Nosso interesse aqui ao trazer essas breves considerações a respeito da narrativa e do relato de si corroboram com a intenção desse texto, em deslocar discursivamente de: o que se diz sobre elas, para: o que elas dizem sobre si e suas experiências, considerando nesse intento as relações de poder que moldam os relatos, o que é dito por elas no momento da narrativa, bem como seus silêncios e ausências. Para Michel Foucault (2018a) não devemos realizar

uma divisão binária entre o que é dito e o que é silenciado, mas é preciso compreender que existem inúmeras maneiras de falar e que alguns discursos são autorizados e outros não, portanto os silêncios são partes fundamentais das concepções discursivas (FOUCAULT, 2018a).

## **2.2 Um olhar interseccional e as contribuições das feministas negras**

Considerando a categoria raça como fundamental no nosso procedimento de análise, bem como a categoria gênero, buscamos amparo nas formulações elaboradas pelas feministas negras sobre a interseccionalidade, ferramenta analítica, que pretende, sobretudo, compreender que as opressões operam de maneiras distintas sobre as/xs/os sujeitas/xs/os, ou seja, ela nos fornece a noção de que quanto maior a combinação de marcadores sociais sobre esses corpos, maiores são as desigualdades vivenciadas por eles. Essas elaborações nos sugerem complexificar o entendimento que temos sobre as experiências das sujeitas participantes dessa pesquisa, em uma tentativa de fazer aparecer as opressões que circundam suas vivências, bem como as posições que assumem diante delas. Portanto Ipê, Perpétua, Sempre-Viva e Lobeira não são apenas jovens, apenas mulheres, apenas negras, apenas pobres, apenas atravessadas pela experiência do tráfico de drogas, apenas mães/filhas/irmãs/tias, mas sujeitas que estão atravessadas por diversas opressões estruturais e que à elas resistem.

Patrícia Hill Collins (2016) é enfática ao definir o significado do feminismo negro: “O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras” (COLLINS, 2016, p. 101). Ela admite que esse pensamento possa ser registrado por outras pessoas, mas deixa evidente seu ponto de partida e de chegada. Em suas concepções, ela desenha três pontos importantes para a construção do pensamento feminista negro, a saber: a autodeterminação e autoavaliação sobre si mesmas; a natureza interligada da opressão (a interseccionalidade) e a importância da definição da cultura, que engloba analiticamente as relações entre opressão, ativismo e consciência que estão implícitos nos estudos de feministas negras sobre cultura produzida por mulheres negras. A autora deixa explícito que sua produção é realizada tanto por intelectuais, mas, sobretudo por mulheres que são estão necessariamente dentro dos ambientes acadêmicos

institucionalizados (COLLINS, 2016), o que compreendemos dialogar diretamente com as narrativas que são produzidas pelas sujeitas de nossa pesquisa sobre elas mesmas.

No processo de realização das entrevistas, que foi abordado no capítulo metodológico, uma das participantes solicitou que nossa entrevista fosse realizada em um shopping de Belo Horizonte. À princípio, não fiz nenhuma ligação possível e estranhei o lugar para a entrevista, pois não se tratava de um ambiente tranquilo e com a nossa privacidade minimamente resguardada. Eu e Sempre-viva dialogamos no caminho, no entanto, a motivação para sua solicitação só foi revelada quando entramos no shopping: “Sabe por que eu escolhi fazer a entrevista aqui no shopping?”<sup>14</sup>. Certamente eu a perguntaria em algum momento, mas como pesquisadora iniciante, aquilo não me pareceu tão relevante quanto às questões da pesquisa que nos aguardavam. Sua resposta “Aqui foi o lugar em que eu pude provar pra minha mãe que o racismo existe”. Sempre-viva me explicou que sua mãe acreditava que o racismo era uma invenção, e que não atravessava a vida delas dentro da comunidade. Então a necessidade de fazer aparecer a opressão, fez com que ela levasse a mãe para compras no shopping onde ela pode mostrar para mãe a perseguição dos seguranças dentro das lojas, os olhares e as abordagens. Neste sentido Sempre-viva posiciona-se criticamente diante da opressão racial que ela e sua mãe vivem, e com os recursos que têm disponíveis convida à mãe a estar em um lugar onde essa opressão seja flagrante, para que a partir disso a mãe possa compreendê-la e compreender a si mesma, ambas posicionadas racialmente diante dessa opressão. Para mim enquanto pesquisadora Sempre-viva escolhe posicionar-se racialmente desde o início deliberando, por ela mesma, como ela deseja ser reconhecida frente à pesquisa.

A interseccionalidade é um conceito em constante processo de elaboração e reelaboração não se constituindo de maneira linear, e nos auxilia como ferramenta analítica que permite evidenciar opressões sofridas em forma de violências que são imbricadas e tem sido debatida nos mais diversos campos de conhecimento. A problemática da interseccionalidade pode ser encontrada nas elaborações intelectuais das mulheres negras, e pode ser identificada desde a época das lutas abolicionistas no contexto estadunidense, em que foram reivindicadas tanto a abolição da escravidão para homens e mulheres, como o fim das violências sexistas sofridas por elas. Para Patrícia Hill Collins essas lutas evidenciam que a maneira que as mulheres pautavam suas reivindicações já se dava de maneira interseccional

---

<sup>14</sup> Anotações do caderno de pesquisa

tendo em vista que posicionadas como mulheres, negras e pobres produziram uma visão mais ampla das estruturas de poder às quais pertenciam, ainda que naquele momento elas não se reivindicassem como feministas (COLLINS, 2016).

Nessa mesma esteira de pensamento Ângela Davis (2016) elucida que as lutas abolicionistas estadunidenses contribuíram para que as mulheres pudessem se organizar politicamente na luta contra as opressões raciais e sexistas, onde a luta pelo direito de falar agregava dois pontos cruciais que implicavam em lutar para poderem falar como mulheres, e como pessoas escravizadas. A autora afirma ainda que essas lutas foram determinantes para que mulheres brancas pudessem repensar suas relações domésticas e as opressões sexistas que vivenciavam, tendo aprendido dentro do movimento antiescravagista a desafiar a supremacia masculina. Para a autora, as mulheres tornaram-se pioneiras dentro do movimento, e mesmo sobre acusações de que a pauta das mulheres implicaria numa desmobilização da pauta abolicionista, elas compreenderam esse movimento como dialético, entendendo a importância de ambas as reivindicações (DAVIS, 2016).

Patrícia Collins referencia ainda o discurso proferido em 1983 por Anna Julia Cooper, educadora negra feminista, como exemplo fundamental para o entendimento visão humanizadora que busca evidenciar os elos entre as opressões, evidenciados dentro do pensamento feminista negro:

Nós tomamos nossa posição quanto à solidariedade da humanidade, a unidade da vida e a falta de naturalidade e injustiça presente em todas as formas de favoritismos particulares, quer sejam de sexo, raça, país ou condição... As mulheres de cor sentem que a causa das mulheres é única e universal; e que... somente quando raça, cor, sexo e condição forem vistos como acidentes, e não como a substância da vida; somente quando o direito universal da humanidade à vida, à liberdade e à busca da felicidade for considerado um direito inalienável a todos; somente quando isso acontecer terá sido a lição ensinada pelas mulheres aprendida e a causa das mulheres terá sido ganha – não a causa das mulheres brancas, negras ou vermelhas, mas a causa de todo homem ou mulher que se contorcia em silêncio sob o jugo de poderosas injustiças (Lowenberg & Bogin, 1976: 330-331 *apud* COLLINS, 2016. p.109-110).

Jurema Werneck (2008), ao retomar a luta das mulheres no contexto do período de escravidão no Brasil, aponta para a particularidade das mulheres quilombolas que com tradições herdadas de memórias ancestrais protagonizaram movimentos de lutas abolicionistas e de resistência do povo negro. As reflexões trazidas por ela também se encontram no pensamento de que a luta das mulheres negras é anterior ao que é compreendido na atualidade como feminismo, mesmo que isso ainda não seja um consenso

amplamente difundido, e portanto invisibilizado, o que é corroborado na fala de Lélia Gonzales “[...] o Movimento Feminista ou de Mulheres, que tem suas raízes nos setores mais avançados da classe média branca, geralmente “*se esquece*” da questão racial. [...] E esse tipo de ato falho, a nosso ver, tem raízes históricas e culturais profundas” (GONZALES, 2018, P. 274, grifos da autora). Para Jurema Werneck (2008) o movimento de mulheres negras no Brasil que foi empreendido por séculos na luta contra a escravidão, resiste até os tempos atuais com outras nuances e assumindo outras frentes, se convergindo na resistência contra o racismo e o patriarcado, e indo além dos contornos previamente estabelecidos por outros movimentos sociais.

As diferentes frentes de luta que empreendemos, seja no interior dos movimentos sociais, seja nas esferas nacionais e globais, longe de representar somente um aprisionamento às regras do racismo patriarcal transnacional e estatal, traduzem nossa recusa à desagregação do que somos, à sublimação das condições materiais imediatas de vida a das necessidades de transformação social profunda, ou ainda a nossa não adesão às demandas burguesas de manutenção do status quo econômico e político que nos aniquila (WERNECK, 2008, p.84).

A autora Kimberlé Crenshaw (2002), na produção teórica sobre as lutas empreendidas pelas mulheres negras, define que a interseccionalidade é “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p.177) e assim busca compreender como o racismo, o patriarcado, a classe e outros sistemas estruturais fomentam desigualdades pautadas na discriminação, e também como ações e políticas contribuem para o aprofundamento dessas desigualdades quando não observam a sobreposição dessas opressões. A interseccionalidade nos permite visibilizar as diferenças em termos de desigualdades e privilégios tanto a entre populações, como no interior de grupos específicos. Lélia Gonzales (2018) aponta a necessidade dessa convergência entre opressões estruturais dentro dos movimentos sociais fica evidenciada:

Enquanto isso, nossas experiências com o Movimento de Mulheres, caracterizavam-se como bastante contraditórias: em nossas participações em seus encontros ou congressos, muitas vezes éramos consideradas “*agressivas*” ou “*não-feministas*” porque sempre insistimos que o racismo e suas práticas devem ser levados em conta nas lutas feministas, exatamente porque, como o sexismo, constituem formas estruturais de opressão e exploração em sociedades como a nossa (GONZALES, 2018, p. 277, grifos da autora)

As teóricas feministas negras insistem na insuficiência do feminismo branco, tanto para compreender a experiência de mulheres negras e indígenas, quanto para reconhecer e reivindicar suas causas. Lélia Gonzales (2018) refletindo sobre os movimentos feministas no final da década de 1980, estabelece que essa insuficiência ancora-se no “racismo por omissão e cujas raízes, dizemos, são encontradas em uma cosmovisão eurocêntrica e neocolonialista da realidade” (GONZALES, 2018, p.309). Em sua crítica ao feminismo latino-americano ela aponta que essas inspirações eurocêntricas omitem um dado fundamental da nossa realidade, que é o caráter pluricultural e multirracial que opera sobre a vida das mulheres latino-americanas não-brancas, nomeadas pela autora como “amefricanas” e “ameríndias”, que sofrem com a combinação das opressões advindas de sua condição racial e sexual, devendo ser considerada ainda outras variáveis, tendo em vista que “a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano” (GONZALES, 2018, p. 314).

Para Sueli Carneiro (2011), é fecundo no Brasil um olhar feminista anti-racista, que interroga as verdades construídas tanto nos movimentos de classe, movimento feminista e movimento negro. Quando as mulheres negras reivindicam sua autodeterminação, apontam rumos para que as diferenças sejam vivenciadas de maneira que não provoquem desigualdades, ela afirma que:

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim representativas no conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2011, s.p).

Quando encontramos nas referências estatísticas e nas pesquisas que analisamos durante nosso trabalho, e que serão tratadas nos capítulos seguintes, que as evidências sobre o encarceramento, a violência policial e a violência de gênero recaem, sobretudo nas pessoas negras/mulheres negras, evidenciamos como as opressões se interseccionam na experiência dessas mulheres. Nessa direção, Jamile Carvalho (2017) aponta para a necessidade de se observar que a criminalidade feminina não pode ser explicada de maneira linear, mas a partir de fatores que se inter cruzam e se interseccionam. A autora afirma que “o racismo é uma das faces mais perversas e persistentes de nossa desigualdade, que contribui de forma decisiva para a perpetuação de hierarquias sociais que colocam pessoas negras em desvantagem

social” (CARVALHO, 2017, p. 33). Para Luciléia Vieira (2019) a invisibilidade da sobreposição dessas opressões colabora para que violações ocorram, tendo em vista que o sistema jurídico também se estrutura dentro dessas relações de poder. Nesse sentido a mulher negra torna-se “vítima do racismo por ser negra e do machismo por ser mulher, não deixando de ignorar outros atravessamentos de classe, sexualidade e território” (VIEIRA, 2019, p. 69), que também comparecem em suas experiências.

Na problematização sobre as juventudes no Brasil Larissa Borges (2013) argumenta que apesar da complexidade presente na analítica interseccional, não observar as juventudes sob essa lente “pode colaborar para uma compreensão equivocada e reducionista de temas sociais relevantes, além de dizer de uma intencionalidade política articulada com a manutenção de interesses hegemônicos com impactos em todas as áreas do conhecimento e da vida” (p. 41).

Assim, ainda que seja desafiador estabelecer a conexão analítica-teórica que propomos nesse trabalho e principalmente sustentá-la, assumimos esse compromisso, no sentido de não eleger opressões, mas na busca de compreender e visibilizar esses elos estabelecidos na produção das desigualdades que se inscrevem nas existências das jovens participantes de nossa pesquisa.

### **2.3 Agência e resistência na produção de vidas vivíveis**

Para compreender o que abordamos aqui como agência e resistência retomamos as elaborações de algumas/xns/uns autoras/xs/es. Agência em alguns casos confunde-se com resistência, no entanto entendemos que a maneira em que elas são feitas, ou nas palavras de Judith Butler, performadas, depende tanto do desejo, quanto dos suportes disponíveis em cada situação, compreendendo que tanto a agência, quanto a resistência ocorrem dentro de um campo normativo. No cenário brasileiro que está desenhado para a juventude pobre, negra, periférica e mulher, não há outra possibilidade de existência que não seja através da resistência. Como veremos nos capítulos analíticos, mais adiante, os suportes encontrados para que a agência aconteça são ínfimos, e por vezes construídos nesse desejo que se torna impulso de viver.

Para Michel Foucault (2017) o processo de agência está inscrito na linguagem e no ato de se movimentar nas normas previamente estabelecidas e é considerado como uma

subjetividade ética. Enquanto resistência, o autor elabora que ela situa-se em lutas que questionam o estatuto das/xs/os sujeitas/xs/os. A resistência apresenta-se numa teia vasta de relações de poder e tem possibilidades múltiplas de aparecer, onde há poder há resistência e assim esse ato confronta e recusa o assujeitamento imposto pelas normas previamente estabelecidas.

Judith Butler (2018a), que desenvolve parte de sua teoria também pensando na dimensão linguística da formação das/xs/os sujeitas/xs/os, define que a agência torna-se uma prática ressignificada dentro das relações de poder, e pode ser compreendida também como performance. Portanto, o ato de fazer circunscreve as/xs/os sujeitas/xs/os que, por meio da resistência às normas previamente impostas, elaboram outras maneiras de se existir. Para compreender essa formulação, é preciso conhecer o sentido que a autora dá a performatividade. Para Judith Butler (2018a, p.17), “os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem ou deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos”. Assim, é a repetição, ou iterabilidade, que caracteriza a performance, sendo a reiteração consciente ou não, e é na cena do reconhecimento que a performance se torna viável. O que impulsiona a agência é o desejo, que ao produzir o ato em si pode ser entendido como resistência, e assim desestabilizar o enquadramento normativo dado anteriormente e inaugurar novas possibilidades de existência. Judith Butler (2017) aponta que essa capacidade de ação, entendida como liberdade, funciona dentro de um campo limitado de restrições, assim “essa ação ética não é totalmente determinada nem radicalmente livre. Sua luta ou dilema primário devem ser produzidos por um mundo, mesmo que tenhamos que produzi-lo de alguma maneira” (BUTLER, 2017, p. 31).

Na leitura de Neiva Furlin (2013) “o poder da agência se configura, fundamentalmente, como resistência política. Surge quando se dá uma descontinuidade entre o poder que constitui o sujeito e o poder que o próprio sujeito assume” (FURLIN, 2013, p. 400). Compreendendo a agência localizada na/x/o sujeita/x/o, Furlin, a partir das concepções de Butler, afirma que “a agência ética sempre ocorre dentro do contexto das relações sociais, nas possibilidades que emergem da resistência política aos poderes, que limita a condição de sujeito” (FURLIN, 2013, p. 400). Assim, Judith Butler (2018a) compreende que a agência acontece dentro das normas disponíveis que precedem a formação das/xs/os sujeitas/xs/os, afirmando que “já estou me opondo a um mundo que nunca escolhi quando exerço minha agência (BUTLER, 2018a, p. 85)”.

Para bell hooks (2019a) “mesmo nas piores circunstâncias de dominação, a habilidade de manipular o olhar de alguém diante das estruturas de poder que o contêm abre a possibilidade de agência” (hooks, 2019a, p. 216). Nesse sentido a agência configura um posicionamento crítico da/x/o sujeita/x/o, tendo em vista que “em todas as relações de poder existe necessariamente a possibilidade de resistência, ele [o poder] convida o pensador crítico a procurar essas margens, brechas e lugares no e através do corpo em que a agência pode ser encontrada” (hooks, 2019a, p. 216). A autora elabora também que o lar torna-se um espaço de resistência, partindo do princípio que para resistir é necessário que as pessoas tenham um lugar onde elas possam voltar à consciência de si. Esse lar constituído na luta das mulheres negras é assumido também na luta contra o machismo e o racismo, onde o cuidado com homens, mulheres e crianças é indispensável na luta pela liberdade. Para ela o cuidado empregado pelas mulheres na construção de seus lares é radicalmente revolucionário (hooks, 2019b). Essa noção de lar enquanto espaço de afeto que gera resistência comparece de maneira significativa no relato das jovens participantes de nossa pesquisa. O desejo das jovens de uma vida viável para si não é individual, mas sim pautado na coletividade, em que estão inseridas suas comunidades, mas, sobretudo sua família.

A agência e a resistência, no entanto, não são em si mesmas elementos suficientes para alterar sozinhas esse enquadramento. Dentro dessa perspectiva Judith Butler (2018a, p. 41) elabora que:

[...] talvez seja mais importante é que teríamos de repensar “o direito à vida” onde não há nenhuma proteção definitiva contra a destruição e onde os laços sociais afirmativos e necessários nos impelem a assegurar as condições para vidas vivíveis, e a fazê-lo em bases igualitárias. Isso implicaria compromissos positivos no sentido de oferecer os suportes básicos que buscam minimizar a precariedade de maneira igualitária: alimentação, abrigo, trabalho, cuidados médicos, educação, direito de ir e vir e direito de expressão, proteção contra os maus-tratos e opressão.

Portanto a agência e resistência são operadas por suportes, por mais mínimos que sejam, e nos quais o poder público não comparece, ou o faz de maneira insuficiente, outras formas de existir desenham-se subsidiadas na capacidade dessas jovens de apostar numa vida que se quer viver.

## **2.4 Território como chão da pesquisa e da vida**

A escolha por realizar as entrevistas com as jovens nos territórios em que elas vivem, mobilizou inúmeras questões, dentre elas, a mais recorrente foi a segurança, tanto minha quanto a das jovens. No entanto, decidimos sustentar a posição de estar com elas onde suas vidas acontecem, compreendendo que, para além de ser uma novidade no campo das pesquisas com mulheres e tráfico de drogas, também ali se constituiria um cenário em que elas pudessem sentir-se mais confortáveis frente à interpelação pela narrativa, no qual os atravessamentos institucionais seriam minimizados. A partir do atravessamento das leituras, compreendendo existência de enquadramentos para a aparição da vida uma questão se apresentou: por quais quadros somos capazes de enxergar essas vidas? Nossas reflexões nos fizeram concluir que esses quadros são definidos pelas estruturas de poder que são possíveis para aparição das/xs/os sujeitas/xs/os, portanto “elas são em si mesmas operações de poder. Não decidem unilateralmente as condições de aparição, mas seu objetivo é, não obstante delimitar a esfera da aparição enquanto tal” (BUTLER, 2018a, p.14).

Então o cenário do território em que as jovens habitam apresentou-se para nós como um desses quadros, e estivemos presentes em três territórios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Compreendemos, no entanto que o conceito de território está em construção e constante disputa. Aqui apresentaremos brevemente algumas formulações desenhadas por Milton Santos, Félix Guattari, Gilles Deleuze, Marcelo Santos e outros autores que são de campos e perspectivas distintas, para que possam, junto à experiência do campo, servir como chave de leitura para compreensão das análises que realizamos, em que o território apresentasse como um dos enquadramentos para a vida das jovens.

Para o geógrafo Milton Santos, território “é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência” (2011, p. 13). Nos estudos de Milton Santos, o território usado é uma categoria central, o autor afasta-se da visão que assimila o território como um objeto estático, e o propõe como um objeto em constante movimento, que se reconfigura, portanto é vivo e tecido pelas relações sociais. O território abarca as características naturais de uma determinada localidade, mas também as modificações implementadas pelas pessoas que ali habitam. Desse modo, todos os objetos naturais passam a ser objetos sociais a partir do momento em que as pessoas os reconhecem e passam a atribuir-lhes significados que passam então a ser atributos do território.

As paisagens que se percebem, tanto no caminho percorrido para chegar aos territórios tanto quanto o lugar de encontro, compõem os enquadramentos vivenciados nessa pesquisa. A praça central movimentada, com gente, com vida. O campinho com crianças correndo, a gritaria. A espera pela conversa. O trânsito da rodovia que corta um desses territórios e o barulho intenso dos caminhões. O beco estreito. O comércio, açougue, padaria, mercado. A presença visível do tráfico de drogas. O território se apresenta como um conjunto de sensações experienciadas por mim enquanto pesquisadora, e pelas jovens como habitantes daqueles lugares. Para Milton Santos, a categoria de análise não é o território enquanto extensão da área geograficamente delimitada, mas sim o território utilizado, “dessa maneira defrontamo-nos com o território vivo, vivendo” (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p. 247).

Marcelo Souza (2013), também geógrafo que se dedica à produção teórica sobre território, nos elucida que é necessário compreender o conceito para além de um espaço político, e que recorrentemente as pesquisas e pesquisadoras/xs/es o simplificam e o utilizam de forma genérica. Para ele, território e espaço geográfico não são sinônimos, partindo do entendimento de que território constitui-se “fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2013 p. 78). Essa noção sobre território dialoga diretamente com os conceitos de espaço e poder, que também são elaborados por Michel Foucault, para quem “território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por certo tipo de poder (FOUCAULT, 2017, p. 250)”. Nas concepções de Marcelo Souza, o poder não se exerce sem referência a um território e sem o território como meio, sendo que “não há influência que seja exercida ou poder explícito que se concretize sem que seus limites espaciais, ainda que às vezes vagos, igualmente sejam mais ou menos perceptíveis (SOUZA, 2013 p. 87)”. Considerando então, que o território é um instrumento de exercício do poder, a questão sobre quem o governa é suscitada e podemos ter a dimensão das influências e confluências que operam dando sentido ao que é vivido nesses ambientes. Assim para Michel Foucault o território é o espaço em que se materializa o controle sobre os corpos, portanto território e poder estão imbricados, não configurando apenas como um lugar delimitado pelo poder, mas o espaço onde o poder se exerce (FOUCAULT, 2017). E para Marcelo Souza o território representa a base do exercício do poder (SOUZA, 2013).

Ao conceituar desterritorialização e reterritorialização, Marcelo Souza alude que esses processos envolvem o exercício das relações de poder, assim como a “projeção dessas relações no espaço (espaço que, vou repetir, também é simultaneamente, enquanto substrato

material e lugar, uma referência e um condicionador das próprias práticas de poder)” (SOUZA, p. 102). A exemplo dessas práticas de exercício de poder, podemos elencar as que são exercidas por meio das violências, como a desapropriação de pessoas moradoras de áreas consideradas de risco, a expulsão de uma/x/um jovem do território por ameaça de morte, “higienização social” de pessoas em situação de rua em nome da “revitalização” de espaços públicos, dentre outras. Para compreender o que estamos chamando nesse texto de território, buscamos suporte neste autor através de sua concepção de microterritórios, os quais podem ser recortes espaciais de território, em que suas fronteiras são redimensionadas e as/xs/os sujeitas/xs/os inscrevem suas resistências cotidianamente no espaço ou as expressam espacialmente. Isso nos elucidada a noção de que o território não é algo coisificado, e está em constante movimento de desterritorialização e reterritorialização. Podemos compreender esse movimento em um dos territórios em que essas jovens vivem, onde, devido a pouca oferta de espaços de convivência e equipamentos estatais acessíveis às/xs/aos moradoras/xs/es, um campo de futebol é espaço de práticas esportivas e de realização de encontros e festividades para a comunidade e também ponto de comércio do tráfico de drogas. Este campo, como recorte espacial dentro do bairro torna-se território de várias práticas sociais e comunitárias, cada um delas com seus fluxos, regras e duração.

Na intenção de compreendermos melhor a noção de desterritorialização e reterritorialização encontramos suporte nos escritos de Félix Guattari e Suely Ronilk (2010), que ampliam o entendimento de território. Assim,

[...] o território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações os quais vai (sic) desembocar, pragmaticamente, toda série, comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (GUATTARI; RONILK, 2010, p. 388)

As sujeitas dessa pesquisa, que vivem em territórios favelizados da Região Metropolitana de Belo Horizonte, estão constantemente envolvidas em situações objetivas, subjetivas, de necessidade e de desejo, partindo de relações contraditórias, complexas, múltiplas e em constante movimentação com seus pares e consigo mesmas. Assim podemos caminhar rumo à noção de que território abarca mais possibilidades que apenas um espaço demarcado geograficamente. A concepção com a qual nos alinhamos aqui diz também das relações produzidas entre pessoas que compartilham a vida em um mesmo local.

Toda essa construção teórica nos subsidia a compreender que o tráfico de drogas está imbricado nas relações de poder presentes no território e tem efeito na vida das pessoas a todo tempo. Não há como viver em um território onde há presença do tráfico e não se relacionar com ele, seja através do envolvimento direto, indireto, ou simplesmente pelo acompanhamento das notícias que se referem à movimentação da dinâmica social e criminal. O tráfico de drogas influencia na organização e desorganização das comunidades em que está presente, pode produzir efeitos de segurança, mas também violências. Em minha experiência de trabalho e vivência nas comunidades periféricas, na leitura das dinâmicas territoriais sempre esteve presente o mapeamento das áreas de abrangência que cada grupo ou gangue cobria, pois saber disso nos informava sobre as dinâmicas sociais impostas ou negociadas com os demais moradores dessas áreas, e nos ajudava a perceber como as violências operavam na vida das juventudes, inclusive sobre a vida e a morte. Por isso tem sentido a afirmativa ao chegar nos territórios onde as participantes dessa pesquisa vivem, e que nos acompanha desde as primeiras reflexões sobre a importância de se refletir sobre o território como relação de poder. Ao perguntar às lideranças comunitárias, moradoras/xs/es das comunidades, trabalhadoras/xs/es de políticas públicas presentes ali sobre “como está o território?” a intenção é de ser informada sobre se a juventude está vivendo ou morrendo, como a dinâmica social do tráfico de drogas e da criminalidade tem operado, como o poder estatal tem se comportado frente a isso, quais estratégias estão sendo mobilizadas em favor da vida e da segurança pública. Essa pergunta compreende a inscrição do território enquanto poder que controla o corpo dessa juventude, que é alvo das políticas de extermínio implementadas pelas estruturas de poder estatais e assimiladas pelo tráfico de drogas, questões que aprofundaremos nos capítulos seguintes. A intenção desta pergunta é querer saber sobre a morte que ronda e criar comunitariamente estratégias de resistência para a vida que se deseja.

### **3 A PAISAGEM EM QUE SE FAZ CRESCER - O tráfico de drogas no Brasil: enquadramentos e perspectivas**

A intenção desse capítulo é apresentar o enquadramento engendrado pelas estruturas de poder do tráfico de drogas no Brasil e as implicações na vida de suas/xs/eus participantes, especialmente da juventude negra, em que localizamos as sujeitas dessa pesquisa. Também compõe esse capítulo a nossa revisão bibliográfica que organiza as pesquisas realizadas sobre mulheres e tráfico de drogas no país até o ano de 2018 que traz um panorama a respeito do tema, e contribui para as reflexões dessa pesquisa. Seu fechamento anuncia a luta dos movimentos sociais antiprisionais. Pretendemos, para além de situar histórica e politicamente a condução da política de drogas no país, refletir acerca das possibilidades de enfrentamento e saídas, privilegiando os apontamentos realizados pelas/xs/os estudiosas/xs/os da criminologia crítica, pesquisadoras/xs/es das mais diversas áreas do conhecimento e também pelos movimentos sociais.

Apresentamos esse enquadramento evidenciando as práticas discursivas vigentes a respeito do comércio de drogas considerado no Brasil como ilegal, o que configura o tráfico de drogas como uma prática criminosa. Ressaltamos que a problematização do tráfico de drogas enquanto atividade ilegal pode suscitar diversas compreensões analíticas. A escolhida por nós como norteadora desta pesquisa se alinha às perspectivas compreendidas por Marisa Feffermann (2006), Luciana Rodrigues (2006), Orlando Zaccone Filho (2007) e Maria Lúcia Karam (2015), autoras/xs/es que fundamentam-se na criminologia crítica.

Destacamos a contribuição dos movimentos sociais abolicionistas brasileiros na construção da Agenda Nacional pelo Desencarceramento de 2017. São esses movimentos que também nos ajudam compreender a viabilidade de brechas no enquadramento dado pelo discurso hegemônico sobre a criminalidade, apresentando saídas possíveis para a situação desumanizadora que o cárcere provoca em suas/xs/eus sujeitos, e propondo o fim das prisões. As 43 associações, pastorais, coletivos e assessorias que assinam o documento atuam em vários estados brasileiros no enfrentamento à violência ocasionada pelo sistema prisional na vida das pessoas presas e de suas/xs/eus familiares. Esses movimentos empenham suas lutas na denúncia da violência estatal, na formulação e análise de documentos estatísticos, no apoio jurídico, psicossocial e afetivo, e acabam em alguns momentos sendo o único suporte das pessoas que chegam ao sistema prisional e socioeducativo. A importância do

comparecimento dessas práticas em nossa dissertação não está apenas na justificativa dessa pesquisa desenvolver-se em uma linha de educação, cultura, movimentos sociais e ações coletivas, o que por si só configura motivação suficiente, mas encontramos em suas demandas contribuições para o processo analítico que convergem tanto com as teorias utilizadas por nós, quanto nos relatos das jovens participantes da pesquisa. Também ressaltamos que a maioria das/xs/os autoras/xs/os com quem dialogamos neste capítulo, além de suas pesquisas e produções teóricas, são engajados em alguma forma de ativismo. Portanto, as práticas traduzidas aqui estão diretamente relacionadas à afirmação da viabilidade da vida.

### **3.1 O enfrentamento ao tráfico de drogas no Brasil: a guerra às drogas como guerra às pessoas e o encarceramento em massa**

O uso de drogas e conseqüentemente o tráfico, não são fenômenos recentes, o consumo de drogas está no cotidiano das pessoas para os mais variados fins, sejam eles religiosos, terapêuticos ou alimentícios (FEFFERMANN, 2006). As drogas são entendidas, a partir do discurso médico, como substâncias psicoativas que atuam no corpo humano interferindo em seu sistema nervoso. No Brasil são consideradas três tipos de drogas:

a) de uso permitido para crianças, jovens e adultos, como remédios; b) permitidas somente para adultos, como o álcool e o tabaco e, c) as drogas ilegais, que não podem ser consumidas por nenhum cidadão, como a maconha e a cocaína (SDH, 2010 p.148).

Toda sociedade permite e faz uso de algum tipo de droga psicoativa, porém a decisão de torná-las lícitas ou ilícitas e a limitação do seu uso acontece dentro de parâmetros políticos e em contextos históricos e culturais específicos. O estabelecimento desses limites é o que regula o que chamamos de tráfico de drogas, atribuindo às substâncias que são proibidas caráter criminalizado. O tráfico de drogas é uma das atividades mais rentáveis economicamente na atualidade e os conflitos relacionados a ela, considerando o cenário latino americano, tornam-se pano de fundo para que os governos possam estabelecer controle sobre a conduta da população, e “isso se soma ao projeto de saneamento da sociedade, que propõem disciplinar o uso dos espaços públicos e particulares” (FEFFERMANN, 2006, p. 24).

A condição de ilegalidade que sustenta o tráfico de drogas prevê em sua constituição dois valores primordiais nas suas relações interpessoais e comerciais. Um deles é a confiança entre os pares, que se dá através da cooperação, e outro, é a violência que aparece nas maneiras de confrontação. Assim, o tráfico de drogas torna-se um produto da sociedade de consumo e ao expressar a violência traduzida por essa sociedade, produz ainda mais violência, revelando nas suas relações características da sociedade contemporânea: “é abrangente, multifacetada, lúdica e cruel” (FEFFERMANN, 2006, p.35).

No Brasil a legislação sobre as drogas foi influenciada pelas Convenções das Nações Unidas, com a qual o país se compromete sendo signatário, a combater o tráfico de drogas e reduzir seu consumo e a demanda. As políticas de drogas aqui também receberam influências estadunidenses, adquirindo como caráter principal o proibicionismo, diferentemente das políticas europeias que tem caráter preventivo, levando a centralidade das políticas na penalização dos sujeitos envolvidos. O final da década de 1970 foi marcado como o período em que o direito penal se consolidou como estratégia oficial mais adequada para lidar com a questão das drogas, culminando com o endurecimento das legislações de repressão no período pós-ditatorial nas décadas de 80 e 90 (RODRIGUES, 2006). Ao problematizar a situação das drogas e do tráfico no Brasil a autora Luciana Rodrigues (2006) reflete que esse tipo de legislação penal, que foi a maneira escolhida pelo Brasil para tratar da questão, acaba por,

[...] criar uma realidade fictícia, ou reforçar o medo, para justificar a necessidade de adoção de medidas repressivas, eleger políticos e ampliar o mercado do produto “prisão” e “segurança”, ainda “vende” um “remédio falso”, pois atribui à força intimidadora da lei penal o efeito de redução da criminalidade, quando na verdade seu único poder é o de superlotar as prisões (RODRIGUES, 2006, p.156).

Autoras/xs/es pautadas/xs/os na criminologia crítica problematizam que a criminalização do comércio de algumas substâncias em meio a outras pelo Estado cria um regime de exceção. Neste regime há a necessidade do controle dos mais pobres, e a constante criação e reformulação de leis junto a dinâmica da engrenagem punitiva do sistema de justiça criminal encarrega-se de dar à população ares de segurança. É neste cenário que se produz a/x/o sujeita/x/o preferencial do sistema de repressão estatal: a/x/o sujeita/x/o criminosa/x/o que é “tradicionalmente visto como o ‘mau’, o ‘outro’, o ‘perigoso’ – e o seu papel de ‘bode expiatório’ o ainda mais excludente perfil do ‘inimigo’” (KARAM, 2015, p. 170).

A produção dessa/x/e sujeita/x/o retoma ao contexto de criminalização das drogas nos Estados Unidos e apoia-se nele. Na década de 1970 foi cunhado o termo “guerra às drogas”, o que levou ao país através das políticas de controle social de caráter punitivo, a aumentar o número de pessoas presas por tráfico de drogas em 2000%, tornando-se o país que mais encarcera no mundo. O Brasil segue este mesmo modelo, e possui atualmente a terceira maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China, onde a maioria dos crimes que levam ao aprisionamento também é o de tráfico de drogas (KARAM, 2015). A “guerra às drogas” cria também um ambiente favorável à eliminação deste inimigo, a/x/o sujeita/x/o criminosa/x/o. No Brasil as políticas de repressão militar “matam seis pessoas ao dia; as polícias do Rio de Janeiro e de São Paulo, em 2011, mataram 42% a mais que todos os países com pena de morte no mundo” (FILHO, 2015, p. 6). Neste sentido é possível perceber que existem “inimigas/xs/os” construídos discursivamente nessa “guerra às drogas”, no Brasil eles são historicamente jovens, negros, moradores de periferias, pobres e mais recentemente também compõem esse perfil as mulheres.

O tráfico de drogas emerge como resposta de uma sociedade marginalizada economicamente que é vítima do crescimento desigual, da desilusão social e da multiplicidade de tensões, conflitos e antagonismos. Nessa perspectiva nos cabe a reflexão sobre em que medida o uso das forças policiais no enfrentamento ao crime no Brasil - o contexto de ‘guerra às drogas’, que na verdade se traduz em ‘guerra às pessoas’- tem contribuído com a sensação de insegurança e também com o aumento nas estatísticas de mortes violentas, tanto de civis como de policiais. Os alvos preferenciais dessa guerra são, sobretudo, os produtores, comerciantes e consumidores inseridos nessa trama, o direcionamento de combate recai na sua maioria aos jovens, negros, marginalizados e desprovidos de poder (KARAM, 2015). Essa perspectiva proibicionista e de combate contribui também para o aumento das estatísticas de aprisionamento de pessoas por tráfico de drogas. O crescente aprisionamento de mulheres é observado por algumas/xs/ns autoras/xs/es em correlação com a promulgação da Nova Lei de Drogas, lei 11.232 em 2006, onde não existe a distinção clara entre usuário e traficante, deixando a cargo da autoridade judiciária a diferenciação entre ambos, situação que se associa ao aumento e endurecimento das prisões e penas relativas ao tráfico (SILVA, 2013). O que queremos destacar é que há um abismo entre o encarceramento de mulheres antes e depois dessa medida, mas ressaltamos que ela atinge a homens e mulheres.

Entender as teias que formam a rede de tráfico de drogas no Brasil e também no cenário internacional a partir dessas ideias nos convoca a situá-la como um fenômeno complexo, no qual a violência praticada e sofrida não pode ser compreendida apenas pelos discursos jurídicos, legais, políticos e midiáticos nos querem fazer ver. Há um discurso hegemônico a respeito do tráfico de drogas, no entanto também há maneiras outras de lidar com esse fenômeno e de caracterizá-lo. A Organização Internacional do Trabalho, através da Convenção 182, define o tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil e a Recomendação 190 determina sua completa eliminação. Ambas medidas foram acatadas pelo estado brasileiro no ano 2000, porém essa discussão ainda avança pouco no sentido de inserir nas agendas governamentais estratégias sobre como enfrentar essa situação na perspectiva da garantia de direitos e do entendimento da figura da/x/o traficante como sujeita/x/o de direitos, remetendo-lhes, até nos casos previstos em lei, à figura socialmente construída do “bandido”. Não se considera, por exemplo, que crianças e adolescentes trabalhadores do tráfico de drogas têm direito à proteção e ainda são incipientes as políticas públicas que provocam esse deslocamento.

Quando tratamos da juventude que se envolve com o tráfico de drogas, Ana Santos (2017) nos aponta que algumas/xs/ns autoras/xs/es correlacionam o envolvimento de jovens com o tráfico de drogas a situação de vulnerabilidade pelos quais muitos enfrentam em seu cotidiano. Essa vulnerabilidade pode ser compreendida como falta de acesso a direitos básicos como acesso à alimentação adequada, saúde, educação, moradia, saneamento básico dentre outros serviços subsidiados pelo Estado. Compreender vulnerabilidade social num arcabouço mais complexo de cerceamento de direitos nos leva ao entendimento que a pobreza não é fator exclusivo para a vinculação de jovens ao tráfico de drogas. No entanto,

[...] o tráfico de drogas tem sido uma possibilidade para obtenção de renda para diversos sujeitos devido à sua alta rentabilidade e ao rompimento com as condicionantes exigidas no mercado formal, tais como experiência profissional e escolaridade (SANTOS, 2017, p.37).

Tal fato que nos leva a compreensão de que para algumas/xs/uns jovens o tráfico pode suprir essas faltas estatais, assim como acesso ao consumo e superação de uma invisibilidade juvenil dada a essas/xs/es jovens negras/xs/os, pobres e periféricas/xs/os. Mariana Barcinski (2012) aponta que o ingresso da juventude no tráfico de drogas, as/os leva a ocupar um lugar de destaque, mesmo que incômodo, para aquelas/xs/es que antes as/xs/os ignoravam, assim elas/xs/es deixam de ser invisíveis, ainda que ocupem o lugar de resto social, e tornem-se

esse “inimigo” que deve ser exterminado. Marisa Feffermann (2006) acrescenta à construção social dessa/x/e sujeita/x/o jovem a internalização de estereótipos atribuídos a elas/xs/es, afirmando que eles “funcionam como um perfeito espelho dessa sociedade” (FEFFERMANN, 2006, p.175) e assim se impregnam de rótulos que acabam por se tornar identidades que desfiguram a realidade, encobrendo as desigualdades que forjaram essas/xs/es sujeitas/xs/os.

É importante a reflexão sobre a participação de mulheres para o tráfico de drogas, escopo dessa pesquisa, quando no imaginário social, não é possível que uma mulher esteja envolvida em uma atividade violenta, de risco e lida como masculina. A diferença de gênero produzida sobre os corpos também nos ajuda a complexificar essa questão quando observamos que mulheres que se inserem em atividades criminosas tendem ser mais julgadas pela sociedade do que os homens que realizam as mesmas atividades, sendo que “além de estar efetuando uma ação ilegal, quebra com a percepção imposta de padrão de docilidade da mulher na convivência social” (SANTOS, 2017, p. 41). No entanto, essa distribuição diferencia-se racialmente, pois as mulheres brancas são lidas a partir do estereótipo de fragilidade e docilidade, o qual não alcança as mulheres negras (DAVIS, 2016). Sobre essas mulheres, então, recaem inúmeras violências dadas por opressões estruturais. A performance de gênero esperada para as mulheres também nos ajuda a compreender a motivação e atividades que são desempenhadas por elas no tráfico; pensar gênero nos permite ampliar as possibilidades de existir das/xs/os sujeitas/xs/os retirando-as/xs/os das identidades normativas e roteirizadas reconhecendo-as/xs/os como sujeitas/xs/os múltiplas/xs/os (SANTOS, 2017).

O envolvimento das jovens mulheres com o tráfico de drogas pode ter consequências várias, dentre elas o encarceramento, expressões múltiplas da violência e a morte, que se diferencia se observado o envolvimento masculino, visto que numa sociedade generificada, ainda são esperadas performances distintas a sujeitas/xs/os lidas/xs/os socialmente como homens e mulheres. No que se refere ao encarceramento feminino, o primeiro levantamento nacional dedicado a traçar um perfil das mulheres que estão encarceradas foi lançado em 2014, o Infopem Mulheres. Este documento aponta estatisticamente que entre 2000 e 2014 o aumento da população carcerária feminina foi de 567,4% e que, do número total de mulheres encarceradas 68% foram presas por envolvimento com o tráfico de drogas, essas mulheres são “jovens, têm filhos e são responsáveis pela provisão do sustento familiar” (INFOPEN MULHERES, 2014, p. 5). Suas atividades no tráfico representam “uma posição coadjuvante no crime, realizando serviços de transporte de drogas e pequeno comércio; muitas são

usuárias, sendo poucas as que exercem atividades de gerência do tráfico” (INFOPEN MULHERES, 2014, p. 5). O documento aponta a prevalência do perfil de mulheres com baixa escolaridade e negras, sendo que 67% das mulheres são negras e 50% delas têm ensino fundamental completo (INFOPEN MULHERES, 2014).

O Infopen Mulheres de 2017 apresenta uma atualização de dados do período de 2015 e 2016. No ano de 2016, no Brasil, 42 mil mulheres estavam encarceradas, esse dado apresenta um aumento de 656% em relação ao dado de 2000, quando estavam aprisionadas menos de 6 mil mulheres. Sobre o perfil, o levantamento aponta que 50% do total de mulheres são jovens, a raça prevalece a de mulheres negras com 62%, e em relação à escolaridade, o documento aponta que 66% dessas mulheres ainda não acessou o ensino médio. Em relação ao tipo penal 62% foram julgadas ou aguardam julgamento pelo crime de tráfico de drogas (INFOPEN MULHERES, 2017). Mediante esses dados, reiteramos o cenário de aumento exponencial do aprisionamento de mulheres pelo crime de tráfico de drogas no Brasil, e quando fazemos a leitura do perfil dessas mulheres, os dados nos informam que em sua maioria essas mulheres são negras, pobres, jovens e com baixa escolaridade, desvelando um cenário de encarceramento em massa para determinadas sujeitas.

Segundo dados do Infopen Mulheres 2018, o Brasil ocupa o quarto lugar em aprisionamento feminino no mundo, ficando atrás apenas de Rússia, China e Estados Unidos respectivamente. A situação prisional brasileira, considerando homens e mulheres, observando os dados de 2016, data de compilação dos dados coletados pelo relatório, mesmo período de tempo do relatório anterior, divulgado em 2017, nos informa um número de 42 mil mulheres e 665 mil homens encarcerados. O mesmo documento aponta ainda o crescimento estatístico exponencial de mulheres em relação aos homens no período de 2000 a 2016, para as mulheres o aumento significa 656%, para os homens 293%. Em relação aos outros quatro países descritos acima como maiores encarceradores de mulheres no mundo, o Brasil tem aumentado sua população prisional feminina em 455%. (INFOPEN MULHERES, 2017)

Em diálogo com esses dados, e no sentido de evidenciar as violências que são cometidas contra as juventudes, o Atlas da Violência de 2018 produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) aponta que em 2016 o Brasil alcançou a marca de 62.517 homicídios e que no montante dos últimos dez anos, 533 mil pessoas morreram devido à violência intencional (IPEA, FBSP,

2018). Ao tratar das/xs/os sujeitas/xs/os alvos dessas mortes, o relatório evidencia o fenômeno do homicídio de jovens, sobretudo homens e negros. No que se refere aos homicídios contra mulheres, o relatório traz o caso da morte de Marielle Franco, em 2018, mulher negra, lésbica, mãe e moradora da favela da Maré, que ocupava o cargo de vereadora do município do Rio de Janeiro, como gatilho para uma comoção pública que sinaliza para a sociedade que a violência contra a mulher “está deixando de ser naturalizada” (IPEA, FBSP, 2018), e nós refletimos: a que preço? O Atlas ainda evidencia três categorias tipificadoras para o feminicídio, que são as de caráter reprodutivo, doméstico e sexual, e aponta que discrepância estatística na morte de mulheres negras e não negras representa a diferença de 71%, onde em relação aos dez anos de dados compilados pelo relatório os homicídios de mulheres negras aumentou 15,4% e o de mulheres não negras diminuiu em 8% (IPEA, FBSP, 2018). Os dados trazidos pelas estatísticas nos informam que homens e mulheres jovens, negras e negros, e pobres são alvos preferenciais tanto do aparato de repressão estatal, como de mortes violentas, tanto homicídios como feminicídios. Entre as quatro jovens entrevistadas nessa pesquisa, três tiveram passagem pelo sistema prisional, e uma ainda está em cumprimento de pena no regime aberto.

Ângela Davis (2009) nos convoca a refletir que, tanto socialmente quanto academicamente constrói-se um imaginário de castigo e punição para os conflitantes com a lei, e que isso acaba gerando uma “vigilância racial” (DAVIS, 2009, p.47). Tradicionalmente, quando o Estado não fornece condições mínimas de moradia e educação nos locais de maior vigilância policial, ele cria um ambiente potencialmente favorável a fornecer indivíduos para os sistemas de punição – as/xs/os inimigas/xs/os - assim as prisões constituem uma “maneira de dar sumiço nas pessoas com a falsa esperança de dar sumiço nos problemas sociais latentes que elas representam” (DAVIS, 2009, p. 48). Essa elucidação nos leva ao cenário de reconhecimento desenhado para que essas existências jovens, negras, pobres e periféricas apareçam, e trazem a necessidade da compreensão de como essas vidas podem tornar-se viáveis e resistir a esses processos de desumanização, violência e vigilância apontados nos dados dos documentos consultados e reclamados constantemente pelos movimentos sociais no Brasil.

A leitura e interpretação desses documentos nos embasou para a ida em campo e nos possibilitou compreender a similaridade entre esse cenário similar e outros contextos globais, como um contexto de guerra, a partir da reflexão de Judith Butler (2018a), que nos propõe

[...] considerar que a responsabilidade deve concentrar-se não apenas no valor desta ou daquela vida, ou na questão da capacidade de sobrevivência de modo abstrato, mas sim na manutenção das condições sociais de vida, especialmente quando elas falham. Essa tarefa torna-se particularmente grave no contexto da guerra (BUTLER, 2018, p. 59)

Essa reflexão nos convoca a indagar sobre como essas jovens criam possibilidades alternativas no curso de suas vidas, em que prevalecem a aposta na vida e na superação das situações de violência impostas pela participação no tráfico de drogas, dentro dessas relações de poder que articulam as instituições: o tráfico, o Estado, o território, a família. Essas reflexões serão apresentadas mais à frente, quando discutiremos analiticamente as entrevistas realizadas.

### **3.2 Alguns apontamentos sobre as pesquisas sobre mulheres e o tráfico de drogas no Brasil**

Nas elaborações feitas no decorrer da pesquisa, consultamos as pesquisas já realizadas em âmbito nacional que tratam sobre mulheres e envolvimento com o tráfico de drogas, as plataformas acessadas foram o Banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e a Plataforma Científica Eletrônica Library Online (SciELO). Optamos por organizá-las a partir de categorias que pudessem agrupar os textos, para então procedermos com a análise sobre as contribuições que elas nos trazem para compreender esse fenômeno e a participação das mulheres nele.

A revisão bibliográfica foi realizada com o objetivo de verificar o que já foi produzido acerca da participação de mulheres no tráfico de drogas, amadurecer as questões pensadas nesse projeto e identificar lacunas nas pesquisas já realizadas. Utilizei inicialmente o descritor “mulheres no tráfico de drogas”, entendendo que é necessário conhecer o que é produzido nos diversos campos da ciência a respeito dessa situação em específico, deixando o descritor mais amplo para que pudesse verificar os resultados da soma entre as categorias “mulheres” e “tráfico de drogas”. Foram encontrados na plataforma SciELO apenas oito trabalhos. Já em pesquisa no banco de teses e dissertações da CAPES foram encontrados onze trabalhos, dentre eles dez são dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. A partir disso flexionei o descritor para o singular, e com termo “mulher no tráfico de drogas” foram identificados cinco trabalhos, quatro dissertações de mestrado e uma tese de doutorado.

No total foram consultados vinte e quatro trabalhos. Como não foram encontrados trabalhos que tratam da saída, rompimento ou desvinculação de mulheres no tráfico de drogas, que se trata do escopo dessa pesquisa, tratarei de descrever e agrupar em categorias que se relacionam com a trajetória dessas mulheres no tráfico, com o objetivo de elucidar o conteúdo já pesquisado e fomentar as novas questões que trago nesse projeto. Cabe destacar como primeira observação que todas as pesquisas encontradas foram produzidas por mulheres, não sendo possível identificar a identidade racial das mesmas com vistas a produzir um dado, porque nem todas anunciaram seu pertencimento racial nos textos. Este dado pode ser apenas uma coincidência que não configura como ponto de análise dessa pesquisa, no entanto consideramos destaca-lo para dar visibilidade à produção acadêmica feminina que tem se debruçado sobre essa questão.

A organização dessa revisão consistiu num primeiro momento na categorização por agrupamento de temáticas pesquisadas. Assim foi possível apreender que treze trabalhos utilizaram *gênero* como categoria central para produção de dados e sua análise, levando à compreensão dessa categoria analítica como importante para o entendimento sobre como essas mulheres posicionam-se na rede do tráfico de drogas em relação aos seus companheiros; às atividades executadas por elas na hierarquia do tráfico; na problematização das posições de sujeito e subalternidade das mulheres; a violência de gênero ocorrida antes e durante o aprisionamento; os efeitos causados na organização da rede do tráfico pela participação de mulheres; assim como a seletividade penal na aplicação de sentenças por magistrados a mulheres que cometeram o crime de tráfico de drogas. Gênero aparece, mesmo que como subcategoria, na maioria das pesquisas consultadas.

As pesquisas que abordaram como central para a participação das mulheres no tráfico utilizando a categoria *trabalho* foram quatro, elas se atêm principalmente a discussão sobre a entrada das mulheres para essa atividade como uma alternativa para garantia de renda e subsistência de si, dos filhos e demais familiares, e como uma oportunidade de trabalho. Articulam essas análises a possibilidade da construção da autonomia de escolha das mulheres através de sua inserção no tráfico, rompendo com a visão de subalternidade atribuída às mulheres apontada em outros trabalhos. Ainda não é um consenso entre os estudiosos desse tema a definição de tráfico como trabalho, entretanto a maioria destas pesquisas aponta como motivação principal para a entrada dessas mulheres para o tráfico questões relacionadas à subsistência e superação de situações de pobreza, e evidencia que as mulheres nomeiam o tráfico de drogas como trabalho. Assim podemos refletir como o trabalho formal para as

juventudes, principalmente as retratadas nesse projeto, pode tornar-se importante alternativa ao envolvimento com o tráfico e também se o encontro de um emprego formal e protegido pode ser fator desencadeante para o rompimento com essa atividade.

Dois trabalhos buscaram compreender como se dava as relações de mulheres encarceradas pelo tráfico de drogas com suas *famílias e companheiros* durante o cumprimento de pena, e também como articuladores no processo de entrada dessas mulheres para o tráfico. Uma das pesquisas buscou levantar e compreender a *violência* sofrida pelas mulheres que tiveram como autor seus companheiros, antes e durante o cumprimento de pena por tráfico de drogas. E apenas uma das pesquisas utilizou-se da categoria *juventude* para abordar as especificidades dos processos que influenciaram a entrada desse público para o tráfico de drogas. As pesquisas consultadas nos levam a conhecer o perfil das mulheres que são encarceradas por tráfico de drogas no Brasil, bem como a correlação de seu envolvimento com a manifestação de violências, antes, durante e no decorrer de seu aprisionamento, suas relações familiares, as atividades desenvolvidas por elas na hierarquia do tráfico, a motivação para entrada e permanência nessa atividade e chegada ao sistema prisional.

Num segundo momento de reflexão sobre os trabalhos encontrados, optei por categorizar marcadores que dialogassem com os dados estatísticos já apresentados e que pudessem contribuir para um aprofundamento sobre o perfil das mulheres que estão aprisionadas por tráfico de drogas. Também realizei um apanhado de motivadores para entrada e permanência no tráfico, compreendendo que como se tratam de pesquisas que tiveram como campo empírico cadeias, penitenciárias e presídios, essas pesquisas tem um limite de compreensão acerca do ciclo de participação dessas mulheres no tráfico, apontando como lacunas a perspectiva de vida dessas mulheres após o encarceramento e a possibilidade de desvinculação com o tráfico de drogas, que é o aspecto central discutido nessa pesquisa.

Como principais motivadores para a entrada de mulheres no tráfico de drogas, foram apontados sua inserção como meio de subsistência de si e dos filhos; a possibilidade de ascender a uma condição econômica melhor; fatores sociais, econômicos e de gênero que levam a uma feminização da pobreza (BIELLA, 2007; BERNARDI, 2013; LIMA, 2016; SILVA, 2015; CURCIO, 2016).

No contexto das relações de gênero, são apontadas: a possibilidade de uma “igualdade de gênero e emancipação feminina” que possibilitaria a prática de crimes; a “desigualdade de gênero” que com promoção da desigualdade econômica levaria mulheres ao cometimento de crimes; a aceitação de mulheres em alguns grupos criminosos; a ocupação de cargos por

mulheres deixados por homens em consequência do seu aprisionamento; e a superação da condição de subalternidade. Podemos perceber aqui que não há um consenso se a entrada de mulheres para o tráfico representa igualdade ou desigualdade de gênero, porém podemos refletir que se tratando de uma atividade ilegal que incorre em inúmeras violências, a capacidade de negociação das mulheres nesse enquadramento normativo é limitada (BIELLA, 2007; BERNARDI, 2013; LIMA, 2016; SILVA, 2015; CURCIO, 2016).

Uma das pesquisas correlaciona alguns fatores como desencadeantes para o processo de envolvimento com a criminalidade e conseqüentemente com o tráfico de drogas, o “consumo de drogas na adolescência, vulnerabilidades, territórios marginalizados e abandono da escola” (CARVALHO, 2017, p. 74). Como demais fatores aparecem, a desorganização social de comunidades, que levaria a cometimento de crimes como estratégias para solução de conflitos cotidianos; o estímulo ao consumo; a dependência química; a busca por reconhecimento e visibilidade social pelo acesso ao poder via cometimento de atos criminosos; sustento para o consumo de drogas; fama, poder e dinheiro (SILVA, 2013; CARNEIRO, 2015; SANTOS, 2017; CURCIO, 2016; BARCINSKI, 2009).

Torna-se importante a compreensão das motivações de entrada de mulheres jovens para o tráfico quando falamos em trajetórias que culmina no rompimento com essa atividade, entendendo que os fatores que foram preponderantes para sua entrada podem estar correlacionados à saída, por exemplo: As mulheres que tem como motivação principal a entrada por questões econômicas saem por terem superado essa situação de pobreza extrema, como essa situação foi superada? Foram superadas as situações de violência? Conseguiram ocupar outros espaços de protagonismo através de inserção em atividades vinculadas a políticas públicas, como educação, assistência social, prevenção ou segurança pública? Problematizaremos de maneira mais aprofundada sobre essas questões no capítulo analítico, onde os relatos das jovens participantes dessa pesquisa nos trarão mais pistas para compreender essa situação.

O perfil apresentado nas pesquisas reitera o que já foi apresentado nos dados estatísticos, são em sua maioria mulheres jovens, pobres, com baixa escolaridade, que se declaram pardas e pretas, com filhos, são mulheres com histórico de sofrimento de violência física, psicológica e sexual em todas as fases da vida, tanto por familiares, como por parceiros, companheiros e maridos. (OLIVEIRA, 2014; SILVA, 2015).

Como principais atividades desenvolvidas pelas mulheres na rede do tráfico de drogas são descritos os trabalhos realizados por elas tais como: dona de boca; gerente/caixa

contabilidade; dona da droga; olheira/fogueteira; cúmplice; vapor; mula/avião; plantadora, pisadeira, cozinheira, gerente, chefe, soldada, armeira, caveira (SILVA, 2013; CARNEIRO, 2015; SANTOS, 2017; CARVALHO, 2017; SILVA, 2015), ‘mocó’ denominação das mulheres que guardam drogas em casa para outros traficantes (BIELLA, 2007; OLIVEIRA, 2014), transportadora (buscando e entregando em outros estados); distribuição em sistema de delivery<sup>15</sup>; trabalho em laboratório de refino (OLIVEIRA, 2014).

Trazemos também para compor essa revisão o livro *Falcão Mulheres e o Tráfico* (BILL, ATHAYDE 2007). Trata-se de uma obra que narra histórias reais de mulheres envolvidas direta e indiretamente com o tráfico de drogas em vários territórios, e é um subproduto do projeto *Falcão Meninos do Tráfico* desenvolvido pelos autores em parceria com a Central Única das Favelas (CUFA) em 2006. Na história contada por MV Bill e Celso Athayde os mesmos descrevem a inquietação encontrada na presença constante de mulheres em suas idas aos territórios para filmagem do documentário, o que os leva a entrevista-las com uma abordagem não científica, mas no intuito de registrar suas histórias. Desses encontros são produzidos quatorze relatos de entrevistas e neles são apresentadas algumas formas de envolvimento com o tráfico de drogas, desde as já apresentadas nas pesquisas acima, como dona de boca, fiel, vendedora e olheira, mas também outras, como a tia do lanche, que era a senhora que fornecia alimentação aos jovens durante as madrugadas e a ‘boqueteira’ que prestava serviços sexuais apenas para os ‘falcões’, termo utilizado pelos autores para descrever os meninos que estavam envolvidos com o tráfico. Apresentam também a história de uma mãe que se muda para um território para acompanhar a filha que se envolveu com o chefe de uma ‘favela’, e o olhar da irmã de um dos ‘falcões’ sobre o tráfico, sobre o território e sobre o porquê as meninas se envolvem no crime (BILL, ATHAYDE, 2007).

A obra nos traz reflexões que contrastam com as encontradas nas pesquisas consultadas. A primeira questão trata-se da realização das entrevistas em território, com mulheres que não estão aprisionadas e não passaram por essa experiência. A segunda trata-se da realização da entrevista no local onde essas mulheres estão envolvidas, o que nos transporta para um cenário não encontrado nas pesquisas acadêmicas, o que de certa maneira dialoga com minha experiência de trabalho, e suscita as mesmas inquietações iniciais em

---

<sup>15</sup> Entrega em domicílio

compreender melhor a vida de jovens que passaram por essa experiência. Nos afirmamos o território onde a vida das jovens acontecem como central para entendimento de como os fluxos de poder do tráfico de drogas opera, e de como ainda é incipiente pensar em uma vida completamente desvinculada do tráfico nos territórios onde ele se faz presente. O livro ainda é de difícil acesso e não se popularizou como a outra obra dos autores que trata do envolvimento de homens: *Falcão Meninos do Tráfico*, o que pode sugerir como algumas autoras já afirmaram a subrepresentatividade das discussões sobre mulheres e criminalidade (SOUZA, 2009), apontando também para a importância em se pesquisar temas como esse no contexto acadêmico de forma a compreendê-los e visibilizá-los.

### **3.3 Os movimentos sociais abolicionistas e a produção de outro enquadramento: Cárcere não é lugar de gente**

Os movimentos sociais abolicionistas penais no Brasil nos informam a partir de suas lutas sobre estratégias a serem seguidas rumo a possibilidade da viabilização da vida e da superação das opressões ocasionadas pelo sistema de justiça penal brasileiro. Em suas agendas reafirmam o compromisso com o fim do genocídio da juventude brasileira, que se dá na forma do encarceramento, aprisionamento e epistemicídio. Este conceito foi problematizado por Sueli Carneiro (2005) e é operacionalizado dentro da lógica da racialidade/biopoder, por conjugar características do controle disciplinar imposto pela racialização e pelo extermínio do biopoder. Para a autora:

É através desse operador que este dispositivo realiza as estratégias de inferiorização intelectual do negro ou sua anulação enquanto sujeito de conhecimento, ou seja, formas de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão. Ao mesmo tempo, e por outro lado, o faz enquanto consolida a supremacia intelectual da racialidade branca (CARNEIRO, 2005, p. 11).

Na Agenda Nacional pelo Desencarceramento 2016/2017, produzida por um conjunto de movimentos sociais brasileiros, observatórios e grupos de pesquisa anti-prisionais<sup>16</sup> e

---

<sup>16</sup> A saber, assinam o documento: Ação Educativa, Assessoria Popular Maria Felipa, Associação de Amigos e Familiares de Presos/as – AMPARAR, Associação de Familiares do Distrito Federal e Entorno, Associação Nacional dos Travestis e Transexuais, Associação de Voluntários Integrados no Brasil – AVIB, Brigadas Populares, Cáritas Brasileira, Centro de Juventude Anchieta, Centro Santos Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, Coletivo Dar, Coletivo em Silêncio, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Conselho

publicada pela Pastoral Carcerária, é pautada a denúncia desse estado de barbárie traduzido no genocídio contra a juventude e também aponta estratégias para superação desse quadro.

Ao contextualizar o cenário da política prisional no Brasil e analisar os dados sobre o encarceramento, a Agenda Nacional descreve as condições precárias em que vivem as populações prisionais no país, afirmando que:

[...] apenas 10% têm acesso a alguma forma de atividade educacional; somente 20% exercem atividade remunerada; o serviço de saúde é manifestamente frágil, com quadro técnico exíguo e diversos casos de graves doenças e óbitos oriundos de negligência; as unidades são superlotadas: o Brasil tem a maior taxa de ocupação prisional (167%) entre os países considerados “emergentes”; torturas e maus-tratos são constantes e contam com a conivência dos órgãos responsáveis por fiscalizar as unidades prisionais (PASTORAL CARCERÁRIA, 2017, p. 5-6).

As medidas socioeducativas também compõem esse cenário, o número de jovens que cumprem medidas de internação saltou de 4 mil em 1993 para 29 mil na atualidade, representando um aumento superior a 600%. As violências sofridas pela juventude em cumprimento de medida de internação não se diferenciam significativamente das sofridas pela população carcerária maior de 18 anos. A Agenda denuncia a seletividade do sistema penal brasileiro, que encarcera em sua maioria pessoas negras, pobres, periféricas e jovens, dado que também é evidente nas pesquisas acadêmicas, estatísticas, amplamente debatido teoricamente e inúmeras vezes reiterado nessa dissertação. As violações dos direitos das populações prisionais também se estendem às suas famílias, desdobrando assim a penalidade que acarreta no aprofundamento das violências e desigualdades já sofridas por essas pessoas antes mesmo do encarceramento de seus familiares.

Quando se trata do aprisionamento feminino, a Agenda Nacional reitera que a violência contra as mulheres presas é atravessada pelo caráter patriarcal do sistema penal o que acrescenta para a trajetória dessas mulheres ainda mais crueldade, em que se pode ver

---

Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC, Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Fala Guerreira, Fórum Social de Manguinhos, Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP, Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade – MG, Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade, IDEAS – Assessoria Popular, Iniciativa Negra Por Uma Nova Política de Drogas – INEGRA, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM, Instituto de Estudos da Religião – ISER, Instituto Paulista de Juventude – IPJ, Instituto Práxis de Direitos Humanos, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC, Justiça Global, Associação dos Agentes da Lei Contra a Proibição – LEAP BRASIL, Mães de Maio, Margens Clínicas, Mecanismo Estadual de Combate e Prevenção à Tortura do Rio de Janeiro, Pastoral Carcerária Nacional – CNBB, Pastoral da Juventude – CNBB, Pastoral do Menor Nacional – CNBB, Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo, Pastoral Operária Nacional, Programa de Extensão CULTHIS/UFMG: Espaço de Atenção Psicossocial ao Preso, Egresso, Amigos e Familiares, Programa MAGIS Brasil – Jesuítas, Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude, Sociedade sem Prisões.

claramente operando o machismo, o racismo e a pobreza. Destaca também esse caráter de extensão das violências sofridas por elas e suas/xs/eus familiares alegando que:

[...] não são raros os casos de separação violenta e ilegal dessas mulheres de seus filhos. Também não são raros os casos de mulheres que, presas durante a gravidez, ou perdem a criança por falta de cuidados médicos, ou dão à luz algemadas, ou ainda, no chão ou sobre sacos de lixo! (PASTORAL CARCERÁRIA, 2017, p. 7)

Portanto, o encarceramento está diretamente atrelado à ocorrência de violências, é desumanizador e não produz na sociedade uma sensação de segurança. Essas violências são vistas e vivenciadas por quem convive diariamente com essa realidade, e assim os movimentos sociais afirmam: **“cárcere não é lugar de gente”** (PASTORAL CARCERÁRIA, 2017, p. 8, grifos do autor). Esses movimentos também compreendem que a luta por uma sociedade mais justa e igualitária passa necessariamente pela luta antiprisional, considerando que:

Em face do nítido caráter seletivo, classista e racista do sistema penal e, ademais, do caráter evidentemente criminógeno da prisão, cumpre a quem queira se engajar na luta pelo fim dos massacres sociais envidar todos os esforços para reverter o processo de encarceramento em massa e pôr freios ao punitivismo (PASTORAL CARCERÁRIA, 2017, p.9).

Longe de interpretar o abolicionismo penal de forma abstrata, a Agenda Nacional propõe uma série de estratégias pensadas para lidar com essa realidade na atualidade e considerando o contexto nacional. Elas compõem o Programa Popular de Desencarceramento e de Desmilitarização que contém dez demandas específicas que apresentaremos aqui de maneira sintetizada. A primeira demanda consiste na suspensão de verbas voltadas para a construção de novas unidades prisionais ou de internação, que propõe paralisar a construção de novas unidades prisionais. Isso se ancora no entendimento de que quanto mais vagas o sistema tem, mais pessoas ele encarcera, não diminuindo, no entanto a superlotação, que frequentemente é a justificativa utilizada pelo estado para abrir novas vagas e unidades.

A segunda demanda apresenta a exigência na redução massiva das pessoas presas e também das violências produzidas pela prisão, utilizando-se do indulto<sup>17</sup> para promover esse

---

<sup>17</sup> O indulto é uma prerrogativa constitucional que integra às responsabilidades do Presidente da República descritas no artigo 84 da Constituição Federal de 1988: “XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;”, e trata da liberação de pessoas em privação de liberdade mediante critérios específicos. A Constituição Federal pode ser acessada em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

esvaziamento das prisões. Nessa perspectiva repudiam todas as leis e medidas que visam aumentar a população prisional, como o exemplo da proposta parlamentar de diminuição da idade penal para 16 anos ou de aumento do tempo de internação para a juventude. Consideram que é necessário, enquanto houver população prisional, que essas pessoas sejam contempladas nas políticas de educação e saúde, com o aumento da oferta de vagas e disponibilização de médicos. Com a liberdade dessas pessoas, torna-se necessária a criação de programas de acolhimento social de egressos tanto do sistema penal quanto do socioeducativo, pautando essas políticas sempre em construção com essas/xs/es sujeitas/xs/os e seus familiares.

A terceira demanda propõe que sejam realizadas alterações legislativas para limitar prisões preventivas, visando garantir o direito constitucional da presunção de inocência. Atualmente aproximadamente 41% das pessoas presas no Brasil não passaram por julgamento (PASTORAL CARCERÁRIA, 2017). As alterações propostas são:

a) a exclusão das hipóteses de decretação de prisão preventiva “como garantia da ordem pública ou da ordem econômica”, “em face da extrema gravidade do fato” e “diante da prática reiterada de crimes pelo mesmo autor” (as duas últimas hipóteses são retrocessos inclusos no PLS 156/2009); b) a ampliação dos casos em que a decretação da prisão preventiva é vedada; c) a redução do prazo máximo da prisão preventiva prevista no anteprojeto de Código de Processo Penal que tramita no Congresso Nacional – PLS 156/2009 (de acordo com o qual a prisão preventiva poderá perdurar por até 720 dias) (PASTORAL CARCERÁRIA, 2017).

Como quarta proposta, consta a descriminalização do uso e comércio de drogas. Essa proposta visa à legalização e a regulamentação de todas as drogas, ancorada na perspectiva de que a guerra às drogas é a guerra às pessoas, e que esse modo de combate se traduz no encarceramento em massa e na produção de mais violências. Afirmam que se torna necessário romper com o modelo estadunidense de enfrentamento à situação que envolve o consumo e comércio de drogas, e tratar a situação no campo do enfrentamento aos efeitos ocasionados pelo consumo de entorpecentes, trazendo-os para o campo do cuidado com a saúde física e psíquica, bem como da reconstrução de laços sociais e de solidariedade.

Na quinta proposta consta a necessidade da diminuição ao máximo de todo o sistema penal, apostando na autonomia comunitária para resolução de conflitos de forma não violenta. Essa medida propõe eliminar a ocorrência de prisões em casos de crimes de “menor potencial ofensivo, nos crimes puníveis com detenção; nos crimes de ação penal de iniciativa privada; nos crimes de perigo abstrato; e nos crimes desprovidos de violência ou grave ameaça” (PASTORAL CARCERÁRIA, 2017, p. 15). Essa proposta estende-se também às

legislações aplicadas a infrações penais cometidas por menores de 18 anos. Dentro dessa proposta também é rechaçada a criminalização do terrorismo, lei sancionada em 2016<sup>18</sup>, que mesmo tendo sido realizada ampla mobilização social no sentido de pressionar pela sua não promulgação, ela foi aprovada pelo governo federal, que ignorou essa demanda (PASTORAL CARCERÁRIA, 2017).

A sexta proposição demanda a ampliação das garantias da Lei de Execução Penal (LEP), que também necessita de alterações. São essas as sugeridas:

[...] garantia do devido processo legal em todos os procedimentos relativos ao cumprimento de pena (contemplando também o previsto no Eixo I, item 11, do “Acordo de Cooperação para Melhoria do Sistema prisional”<sup>16</sup>); regulamentação da revista de visitas, com vedação expressa às chamadas “revistas vexatórias” e de qualquer prática violadora da dignidade de visitantes; ampliação das hipóteses de aplicação de prisão domiciliar, tornando-a instrumento de combate ao desrespeito aos direitos das pessoas presas; revogação do regime disciplinar diferenciado (“RDD”); redução dos tempos mínimos de cumprimento de pena e exclusão do requisito subjetivo (“bom comportamento carcerário”<sup>17</sup>) para a progressão de regime e para a concessão do livramento condicional; efetivação dos instrumentos judiciais de interdição de unidades prisionais; detalhamento da atribuição judicial (artigo 66, VII) para a apuração de tortura, maus-tratos e outras graves violações a direitos fundamentais da pessoa presa; expressa vedação aos “castigos coletivos” (PASTORAL CARCERÁRIA, 2007, p. 17).

O coletivo de organizações propõe, como sétima medida, ainda se referindo a LEP, que o cárcere seja aberto à mecanismos de controle popular, que prevê o acesso da comunidade às dependências prisionais e uma flexibilização de sua entrada, atualmente circunscrita à entidades religiosas, e em menor escala entidades acadêmicas e humanitárias. Assim torna-se imprescindível atender ao que está disposto na Constituição Federal que diz da cooperação da comunidade, compreendendo que essa abertura proporciona uma “equação dos traumas produzidos pelo conflito e pela pena privativa de liberdade, com a possibilidade de restabelecer os laços da pessoa presa com a sua comunidade no decorrer do cumprimento da pena de prisão” (PASTORAL CARCERÁRIA, 2017, p. 18).

Na oitava proposta as organizações demandam que seja proibida a privatização do sistema prisional, compreendendo que a punição não deveria ter se tornado uma atividade

---

<sup>18</sup> “Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016: Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.” Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113260.htm). Resgatado em 23/07/2020.

comercial, que gera lucro em cima do sistema penal e deturpa eticamente o que se prevê para a punição e ressocialização das pessoas que cometeram crimes, a competência pela gestão do sistema de justiça penal deve ser exclusiva do Estado.

A nona demanda indica o combate e a prevenção da tortura considerando que “o sistema carcerário reinventa, aperfeiçoa e multiplica os instrumentos e as práticas de tortura” (PASTORAL CARCERÁRIA, 2017, p.23). É visível e está documentando que as estratégias de prevenção e diminuição das situações de tortura no cárcere aumentam proporcionalmente ao crescimento exponencial das pessoas encarceradas, ou seja, para diminuir a tortura é necessário diminuir o sistema. Portanto a medida visa dirimir essas práticas e dialoga com todas as outras propostas elencadas na Agenda Nacional, sendo elas o desencarceramento, a desmilitarização das polícias, a descriminalização e legalização de todas as drogas.

O décimo e último item da proposta destaca a necessidade em desmilitarizar as polícias e também a sociedade, compreendendo que a produção de alvos a serem combatidos a partir de estratégias militarizadas, quase sempre tem o mesmo perfil, que também já problematizado nessa dissertação. Assim as organizações propõem:

(1) extinção da Polícia Militar e deve abranger também medidas mais amplas de contenção das forças policiais e de desmilitarização da gestão pública, priorizando; (2) a extinção do *modus operandi* militarizado da Polícia Civil e da Guarda Civil Metropolitana; (3) extinção da Força Nacional de Segurança Pública e vedação à constituição de “tropas de elite” estaduais, inclusive dentro do sistema carcerário e nas instituições para medidas socioeducativas de internação; (4) extinção da Justiça Militar e construção de mecanismos de controle popular das agências policiais, como ouvidorias e corregedorias externas, por exemplo; (5) obrigatoriedade de utilização de instrumentos de negociação antes da adoção de medidas coercitivas para a execução de ordens judiciais, em especial nos casos de cumprimento de ordem de reintegração de posse e de outras medidas que atinjam comunidades pobres, e utilização de meios de resolução de conflitos pacíficos e democráticos em escolas e demais instituições educacionais, jamais fazendo uso de forças repressivas e coercitivas; (6) congelamento e gradativa redução dos efetivos policiais, com transposição dos recursos a políticas sociais voltadas à redução de desigualdades; (7) vedação de porte de arma por agentes públicos (inclusos os agentes penitenciários) e agentes de segurança privada, desarmamento gradativo das agências policiais e regulamentação mais clara e restritiva, por meio de normativa federal, do porte e uso de arma de fogo e das denominadas “armas não letais” por agentes policiais; (8) rechaço às propostas de transformação da carreira de agentes prisionais em “polícia penitenciária”, em tentativa clara de distorção da função oficial de tutela (e não de repressão) dos quadros do sistema penitenciário; (9) abolição dos chamados “autos de resistência”; (10) independência dos serviços de perícias judiciais; (11) vedação do uso das Forças Armadas em conflitos no campo e na cidade; (12) proibição de testemunho de policias nas audiências de custódia. (PASTORAL CARCERÁRIA, 2017, p. 26-27)

As organizações concluem o documento assinalando que este Programa tem como escopo central a reversão do encarceramento em massa, sendo necessária para o alcance

dessa proposta a diminuição gradativa do encarceramento, com mudanças que abarcam a alteração de leis, participação dos movimentos sociais, Estado e sociedade. Reivindicam uma vida sem grades, e que enquanto isso não for viável, a diminuição da desumanidade causada pelo encarceramento.

Nesse capítulo buscamos evidenciar as práticas discursivas que prefiguram enquadramentos sobre as jovens envolvidas com o tráfico de drogas servindo-nos do discurso acadêmico científico, jurídico e dos movimentos sociais. Consideramos que os modos de subjetivação consistem na dependência ante um discurso que não elegemos, mas que, paradoxalmente, inicia e sustenta a nossa potência. Como nos lembra Butler (2019), *a/x/o* sujeita/x/o é um lugar de ambivalência, já que o poder que *a/x/o* precede é por ela/x/o exercido; é efeito de um poder anterior que é, ao mesmo tempo, a condição de possibilidade de sua emergência. Interessa-nos, nessa ambivalência, detectar a possibilidade de uma ética da existência, ou seja, as formas como as sujeitas se convertem em objeto para si mesmas, estabelecendo-se como reflexivas no duplo sentido da palavra – *reflective*, que reflexiona; e *reflexive*, que reflete. Se os mecanismos do poder produzem o campo de sujeitas/xs/os políticas/xs/os possíveis, isso não elimina a potência de imaginarmos e desenvolvermos o que poderíamos ser (Miranda, 2008, p. 131). No capítulo seguinte abordaremos essa potência.

#### **4 FLORESCER - Caminhos possíveis: a reflexão sobre si, políticas públicas e redes de afeto**

Ao emprendermos esta análise consideramos uma gama mais abrangente de situações, acontecimentos e enunciados que compõem o enquadramento que se apresenta como possível para as jovens que participaram do tráfico de drogas. Este enquadramento está representado no discurso da mídia, do sistema de justiça, nas pesquisas acadêmicas, nos movimentos sociais, no aparato educacional, religioso. Enfim, esse enquadramento emerge de práticas discursivas. Tentamos fornecer no decorrer desse trabalho alguns dos enunciados que envolvem as possibilidades de estar e passar pelo tráfico de drogas para as mulheres e as diversas intersecções que os atravessam. São as jovens participantes da nossa pesquisa que nos convocam para o rompimento com o enquadramento dado a elas, e nos fornecem novos enunciados, a partir do relato que elas fazem de si mesmas.

Para Rosa Fischer (2001), na análise do discurso foucaultiana “há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas que estão “vivas” nos discursos” (FISCHER, 2001, p.198). Assim o discurso é sempre uma prática que acontece dentro das relações de poder, podendo ser produtivo na construção de regimes de verdade. O que analisamos aqui então são os relatos e as condições que os tornaram possíveis no momento em que foram produzidos pelas jovens a partir da interpelação nas entrevistas narrativas. Tanto as nossas elaborações, quanto as das jovens, foram produzidas em todo o tempo considerando que estamos atravessadas por essas relações de poder. Sendo assim, os efeitos discursivos comparecem desde a abordagem para o convite de participação na entrevista, como na realização da entrevista em si, porque entendemos que a interpelação já é dada no momento de realização do convite e provoca reflexões tanto nas jovens, quanto em mim enquanto pesquisadora. Todos esses fluxos compõem nossa análise.

Destacamos que das quatro entrevistadas, apenas uma, a Lobeira, já havia tido contato anterior com pesquisadoras/xs/es na participação de pesquisas e na experiência de conceder entrevistas, por isso optamos por realizar com ela a entrevista piloto, na qual também nos foi fornecido um retorno sobre a questão geradora da narrativa que nos levou a reflexões sobre ela, que foi alterada. Entendemos que partir da pergunta: “Me conte sobre sua trajetória de saída do tráfico de drogas de onde você achar que deve” produzia uma resposta que partia de

um momento traumático, e que poderia inviabilizar que as jovens, no momento da narrativa, explicitassem questões importantes que não necessariamente se relacionavam diretamente com a situação de criminalidade, mas que foram fundamentais em seus processos. Portanto, alteramos a questão geradora da narrativa para: “Conte-me como você está agora, depois de ter passado pelo envolvimento com o tráfico de drogas”, pois compreendemos a partir da narrativa produzida por Lobeira, bem como o retorno que ela nos forneceu, que seria mais produtivo partir do agora, da vida presente.

A análise das entrevistas extrapola o que está registrado nas transcrições das narrativas realizadas com as jovens, pois consideramos também os silêncios, a cena onde se deu à narrativa, as dúvidas trazidas por elas, e o diálogo realizado fora do momento da narração. Quando buscamos suporte na análise do discurso em Foucault, ele também nos diz que:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, 2014, p. 46).

Pensar em perspectivas de saída do tráfico nos exige leituras aprofundadas sobre como a ilegalidade do tráfico opera nas relações de poder, já tratadas no capítulo anterior, quando exploramos as interconexões entre o tráfico de drogas, a ilegalidade, o sistema prisional e o genocídio da juventude negra brasileira. Aqui, trabalharemos com as narrativas das jovens que nos informam sobre o momento atual de suas vidas, que em busca de novas perspectivas encontram-se afastadas do envolvimento direto com o tráfico de drogas. Refletimos que a criação e o reforço de um estigma “jovens traficantes” se ancora numa inscrição dada pela linguagem, *à priori* definida normativamente para identificarmos uma determinada parcela da juventude, assim temos um enquadramento: são traficantes - porque o tráfico de drogas é ilegal no país. Caso essas jovens estivessem posicionadas em outros enquadramentos normativos, elas apareceriam de maneira distinta, seriam possíveis outras elaborações sobre essas jovens, poderiam ser elas: jovens trabalhadoras, jovens estudantes, jovens engajadas politicamente, etc. Talvez o que não nos permita vê-las nesses outros enquadramentos seja nossa elaboração moral sobre o que representa o tráfico de drogas no Brasil e quem são suas/xs/eus participantes, mas, sobretudo os relatos que elas

compartilharam conosco. Essa leitura está ancorada diretamente em perspectivas de raça, classe, gênero, geração e território.

Entendemos que acessar essas memórias de vida, que são recentes e atravessam o cotidiano delas, ainda provoca efeitos em suas experiências e não se trata de uma tarefa simples. Os registros das dores e das reflexões ficam marcados pelos silêncios, bastante frequentes em todas as entrevistas. Esses silêncios não são descritos aqui, como as passagens verbais que compõem a análise, no entanto nos alinhamos à Foucault quando ele elabora que:

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz, é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 2018, p. 31).

Tentamos, nos limites que o texto escrito nos proporciona, manter os momentos de silêncio. Quando elaboramos que esses momentos de entrevista compõem uma narrativa de si, o fazemos baseadas não apenas no princípio da interpelação, comum às mais diversas metodologias investigativas, mas também na reflexão que é produzida pela pergunta e pela relação desenvolvida no momento da entrevista, que modifica tanto as jovens participantes da pesquisa, quanto a mim pesquisadora, e também a quem acessa essas reflexões, pois a narrativa de si ocorre promovendo uma cena de reconhecimento, onde o eu se expõe diante do outro (BUTLER, 2017). Num sentido mais abrangente, considerando as práticas discursivas que atravessam a todas/xs/os como sujeitas/xs/os, entendemos que nós, assim como as jovens operamos com recursos distintos para negociar, questionar e até mesmo romper com os enquadramentos que estão dados, o que não impede que um posicionamento crítico seja estabelecido. É a partir dessas possibilidades de negociação crítica que concebemos a estética da sobrevivência estabelecida pelas jovens em suas práticas, e alinhadas às formulações de Shirley Miranda (2008) entendemos que “à medida que é uma prática ética de produção da subjetividade, é, ao mesmo tempo, assujeitada e resistente: é, portanto, um gesto eminentemente político” (MIRANDA, 2008, p. 182).

#### **4.1 Desafios e perspectivas: significados sobre sair**

Conviver com o tráfico de drogas está dado para todas as pessoas que vivem nos territórios em que o tráfico está presente. Mesmo que de maneiras distintas, direta ou indiretamente, os fluxos de poder que o tráfico sustenta nos territórios atingem a todas/xs/os que ali vivem. As elaborações da jovem Sempre-Viva nos revelam um pouco sobre esse cenário.

Eu sempre tive uma realidade difícil, eu sempre morei dentro do tráfico de drogas, sempre, minha vida toda, desde que eu me entendo por gente, eu tenho 15 anos e minha família toda mora no mesmo lugar há 30 anos. E aí eu comecei a enfrentar minha família, porque o tal do mundo me chamava, e eu queria experimentar. Em todas, na maioria das famílias, ninguém conversa sobre o que é proibido. Só fala que não pode, mas não fala porque, em todas as famílias, então na minha não ia ser diferente (SEMPRE-VIVA, junho, 2019).

Ao nos dizer que ela e sua família “moram dentro do tráfico” ela nos diz não apenas de si, mas de como essa instituição atravessa as relações familiares, atinge a todas/xs/os que estão presentes naquele território, e produz um enquadramento que define o que pode e o que não deve ser pronunciado.

De acordo com seus relatos, todas elas tiveram o início de suas atividades diretamente envolvidas no tráfico de drogas, na adolescência, entre 12 e 13 anos. Ipê relata que esteve envolvida dos 13 até os 18 anos. Perpétua diz que se envolveu bastante cedo, e que só começou a repensar seu posicionamento após ser presa. Lobeira também afirmou ter tido seu período de participação mais intensa no tráfico de drogas por volta dos 12 aos 16 anos. Sempre-viva esteve envolvida entre os 11 e 13 anos. Todas as jovens nos apresentam em seus relatos a afirmação do rompimento com as atividades do tráfico de drogas. Porém, compreendemos que suas vidas ainda são afetadas pela dinâmica social da criminalidade produzida nos territórios em que elas vivem e em suas relações pessoais. Portanto, suscitamos a questão sobre o significado de “sair” do tráfico de drogas, e entendemos que mesmo que as jovens estejam atualmente desvinculadas dessa atividade, os efeitos da presença dessa atividade criminal nos territórios sempre às atravessarão.

Os motivos que as levaram ao envolvimento não foram centrais na nossa pergunta de pesquisa, nem estiveram presentes durante a interpelação às jovens, no entanto, em seus relatos a perspectiva do afastamento do tráfico dialoga diretamente com as motivações para entrada, hipótese essa que nos acompanha desde a formulação do projeto de pesquisa. Perpétua relata que:

[...] no começo, era tipo uma adrenalina, velho, a gente achava até legal, mas depois, a gente vê que não é nada com nada, aí a gente vai parando aos poucos, vê que aquilo não vale a pena (PERPÉTUA, maio, 2019).

Ela relata que a adrenalina inicial do envolvimento, vai cedendo espaço a outras reflexões e que o aprisionamento causa um corte nessa sensação, o que no lugar da adrenalina a fez pensar nos riscos e consequências do envolvimento. Na experiência de Perpétua fica evidente que o aprisionamento configura um dos recursos para o afastamento das atividades do tráfico de drogas.

[...] a primeira vez eu saí, mas depois que eu fui presa. Aí depois eu entrei de novo, eu fiquei um tempão, aí eu fui presa de novo. Aí depois eu saí e não voltei mais não (PERPÉTUA, maio, 2019).

Ipê relata sua experiência condicionada aos olhares que as outras pessoas têm para o envolvimento de mulheres no tráfico. E esse posicionamento está contido dentro da possibilidade de narrar-se, tendo em vista que esse relato ocorre dentro de um modo de subjetivação em que as normas disponíveis é que fornecem as formas possíveis que as/xs/os sujeitas/xs/os devem assumir. Isso de certo modo reforça um discurso construído e debatido em outras pesquisas sobre mulheres e tráfico de drogas, que ainda atribui às mulheres papéis sociais elaborados em relação aos homens. Essas reflexões foram teorizadas pelas primeiras feministas que se debruçaram nos estudos de gênero. Na década de 1980, Joan Scott se preocupava em compreender e explicar as diferenças impostas pela sociedade patriarcal às mulheres e aos homens, partindo do entendimento que isso produz relações de poder sustentadas pelas diferenças socialmente construídas para ambos os sexos (SCOTT, 1989). Essa violência de gênero socialmente construída é um ponto para a reflexão moral das próprias jovens, que também conduzem às possibilidades de rompimento com o tráfico, assim Ipê nos diz:

Se você ficar, é, nesse negócio de tráfico, ali cê vai ter mais aparência, os pessoal vai te criticar, falando que cê tá ali. **É feio pra mulher, entendeu?** Ficar na boca de fumo, esses trem. Ai eu peguei, aí decidi tomar essa decisão na minha vida, ai falei não, o que eu quero a partir de hoje é seguir a minha vida do jeito que tem que ser seguida mesmo, trabalhar, estudar também, entendeu? (IPÊ, maio, 2019, grifo nosso).

Podemos perceber na fala de Ipê uma contradição inerente à participação da juventude no tráfico de drogas e que é atravessada pelo gênero. Ela nos diz “é feio para mulher” e a

partir disso ela se assujeita à esse discurso e começa a repensar sobre sua atividade no crime. Ao nos afirmar isso Ipê admite que existe o “lugar de mulher”, o qual resulta da produção de um regime de verdade. Frente ao cenário que é produzido para sua existência, ela poderia elaborar sobre a ilegalidade do tráfico, sobre o lugar que as mulheres ocupam nele, dentre outras conjecturas, porém relata que é feio, e que “é feio pra mulher”. Essa expressão também nos leva a refletir sobre o real desejo das jovens em se envolverem no tráfico de drogas: se é feio pra mulher e eu sou mulher, porque me envolveria? Nessa complexidade retomamos Judith Butler (2017) que nos informa que o relato de si sempre é feito dentro de um conjunto de normas disponíveis, assim se há um discurso dominante em que é afirmado reiteradas vezes que “estar no tráfico é feio pra mulher”, esse discurso produz um efeito de verdade que é aceito como destino final para essas jovens.

Uma questão recorrente em suas narrativas é sobre a relação do envolvimento com o tráfico de drogas e o sistema de justiça penal. Estar no crime é estar mais vulnerável ao aprisionamento, e esse risco se potencializa se a/x/o sujeita/x/o em questão for uma pessoa negra. A prisão sempre se configura como um destino, ou pelo menos como uma passagem que causa efeitos para si e para os seus<sup>19</sup>. Para Ângela Davis (2009) a democracia deveria ter sido refundada ao final do período de escravidão, no entanto isso não ocorreu, e novas formas de escravização foram criadas. Apoiada nas ideias de Du Bois, a autora elabora que a democracia da abolição não se trata apenas da demolição das bases institucionais erguidas e sustentadas dentro da estrutura racista, mas sim da construção de novas instituições, o que não ocorreu quando a escravidão foi legalmente abolida. Assim, as prisões tornaram-se lugar para abrigar todas/xs/os esses sujeitas/xs/os que se configuravam como desviantes do processo democrático; esse lugar tornou-se “um receptáculo para todos aqueles indivíduos que carregam a herança do fracasso em criar a democracia da abolição logo após do período da escravidão” (DAVIS, 2009, p. 87). As tecnologias de vigilância e punição dos corpos tem sido frequentemente reatualizadas (FOUCAULT, 2018) e a prática discursiva difundida pelo aparato midiático, religioso, pentecostal e jurídico, no qual se enquadra um tipo de sujeito – o

---

<sup>19</sup> Sobre as expressões “família” e “para os seus/meus” que aparecerão nessa análise, informamos que são duas expressões utilizadas pelas jovens em situações distintas que têm em comum relações de afeto. Família, no sentido elaborado por elas, são as pessoas que vivem juntas e compartilham afeto. Sempre-Viva, por exemplo, mora com o irmão e não o cita em nenhuma passagem de seu relato quando se refere à família. Quando elas utilizam a expressão “os seus”, o sentido se alarga e compreende as pessoas que vivem com elas em suas comunidades, que não são necessariamente seus familiares, no entanto estabelecem entre si relações de afeto. Sempre-viva, em um relato fora do momento da entrevista afirma “avançar sem deixar nenhum irmão pra trás”, referindo-se com essa expressão às pessoas que vivem no mesmo território que ela.

bandido - reforça que as prisões são maneiras de fornecer segurança pública e logo, diminuir os índices de criminalidade, mesmo que isso não compareça nas estatísticas produzidas nos últimos anos em nosso país. Juliana Borges (2018b) questiona a existência de uma democracia racial no Brasil, pois quando confrontamos os dados sobre as pessoas encarceradas, bem como as vulnerabilidades à que elas estão expostas antes e após o encarceramento, o racismo apresenta-se como fio que amarra essas instituições e conduz o genocídio da população negra no país (BORGES, 2018).

Em suas narrativas as jovens não fizeram distinção entre o sistema prisional e o sistema socioeducativo, o que nos parece ser recorrente na fala das/xs/os jovens sobre o encarceramento. Consideradas as devidas distinções entre as propostas para os dois sistemas, ambos operam na lógica da privação da liberdade e da vigilância dos corpos. Essa lógica de indiferenciação e manutenção de violências engendradas nos dois sistemas também comparece nas demandas postas pelos movimentos sociais antiprisionais. Sempre-viva, por exemplo, em seu relato afirma que aos dezessete anos você já pode ser presa/x/o, o que nos suscita a assimilação do sistema socioeducativo como uma prisão. As medidas socioeducativas são sete,<sup>20</sup> sendo que as medidas de internação e semiliberdade devem ser aplicadas excepcionalmente de acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (BRASIL, 2012). O que ocorre é que para muitas/xs/os jovens seus processos de privação de liberdade iniciam-se aos doze anos, idade estabelecida pelo ECA/90 para responsabilização, e os processos de aprisionamento vão se repetindo ao longo de suas vidas, tanto no sistema socioeducativo, quanto no sistema prisional. O relato de Sempre-viva revela esse ciclo, em que as alternativas – encarceramento ou morte – vão tomando o lugar das possibilidades do viver. As exigências para saída desse ciclo, como o ingresso no trabalho formal, são interdidas.

[...] você entra pro tráfico, tem 17 é preso, mas ainda é de menor, aí depois é de maior. E aí depois você tem uma estimativa de vida de 25 anos, quando você não vai preso e pede um emprego em algum lugar e ninguém te dá, aí você vai pra

---

<sup>20</sup> “Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.” (ECA/90) Resgatado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm).

aquele mesmo lugar. Isso acontece com muita gente (SEMPRE-VIVA, junho, 2019).

Sempre-Viva também relata a participação no crime pensando nos estereótipos e possibilidades para mulheres. Para ela, a saída do crime implica em ter melhores condições de vida, o que não é oferecido para todas/xs/os. O que ela aponta é que o encarceramento devolve para sociedade pessoas socialmente marcadas e em determinados momentos o tráfico de drogas mostra-se novamente como alternativa para sobrevivência.

(silêncio) Não tem como sair, não é fácil sair. Não vou falar que não tem como, porque tem. Não é fácil. A gente tem uma sociedade, e muitas das vezes há muitas pessoas pra definir: como eles te olham, como eles te vê... incomoda. É assim mesmo. Então, não tem como sair. Não adianta você falar pra um traficante que acabou de sair da cadeia pra ele parar de traficar, ele não vai, sabe por que? Porque se ele for na padaria ninguém vai dar emprego pra ele. Quem que dá emprego pra ex traficante? Ou pra ex 157? Não dá... ele vai voltar pro mesmo lugar, sabe por que? Porque lá é a única oportunidade que ele tem, de de novo: sobreviver. Ou ele sobrevive, ou não. Porque no mundo das notas, se você não tiver elas, eles nem te vê, entendeu? (SEMPRE-VIVA, junho, 2019)

Ela associa a passagem pelo crime a outras formas de trabalho, que no seu entendimento são igualmente violentas e precárias, como é o caso da prostituição, em que novamente o corpo da mulher fica em evidência e tem seu valor medido a partir de um discurso moralizador.

E não tem como sair, eu já conheci muitas, muitas garotas de programa, e eu admiro bastante elas, não pelo emprego, mas pelas pessoas que elas se tornam ao ver, ao ser aquilo. Eu já fui muito e eu já conheci muitas mulheres, e nenhuma querem ser aquilo, nenhuma querem. O corpo dela não vale o que eles pagam. E não tem como colocar isso no currículo. Vai ser puta pra sociedade? Garota de programa? Não tem como sair, não é fácil pra sair (SEMPRE-VIVA, junho, 2019).

Lobeira nos relata que sua situação de aprisionamento, a perda sem precedentes de amigos em uma chacina em seu bairro no dia do seu aniversário de 15 anos, e o encontro com o desejo da maternidade foram pontos para sua reflexão sobre seu percurso no tráfico de drogas. Ela relatou uma situação de sua vida também disparadora na condução dessas reflexões:

Um dia debaixo do viaduto Santa Tereza vi uma mãe moradora de rua com seu filho bebê no colo, eu pensei, eu quero ser mãe e eu não quero essa vida pra mim (LOBEIRA, abril, 2019).

Ela narra também sobre uma raiva que era impulsionadora na condução dos seus atos, e afirma que essa violência também a causava medo.

Eu matava com minhas mãos, eu era muito violenta e por isso tinha moral dentro do grupo que eu tava, tinha uma coisa dentro de mim que eu não controlava (LOBEIRA, abril, 2019).

Lobeira assinala ainda que hoje, mesmo tendo se desvinculado do tráfico de drogas, ainda convive com seus efeitos.

Eu ainda vejo muito menino morrendo, isso é triste, mas a gente faz o que pode (LOBEIRA, abril, 2019).

Sobre a presença das mulheres no tráfico de drogas Lobeira reflete que:

Antigamente era diferente, que as meninas entravam meio sem saber do que se tratava, e quando viam já estavam envolvidas, mas hoje não, as mulheres entram com consciência, tomam os lugares dos maridos quando vão presos, e são cruéis (LOBEIRA, abril, 2019).

Reflete ainda que não há muito que fazer, pois considera uma vida fácil e um dinheiro que vem fácil, que as mulheres gostam do crime. Nessa passagem de sua narrativa Lobeira anuncia uma mudança na motivação para a participação das mulheres no tráfico de drogas, e faz essa elaboração a partir de sua experiência vivida, no entanto quando ela nos diz que se trata de uma vida e um dinheiro fácil. Portanto ela reproduz um discurso que fora assimilado em sua vivência mais recente, como liderança comunitária que trabalha com a juventude envolvida com a criminalidade e olha a experiência das outras mulheres de um lugar moralizador, relativizando a possibilidade de que as mulheres que optam por acessar o “dinheiro fácil” que vem do tráfico, também sofram consequências violentas para suas vidas.

Compreendemos o posicionamento relatado pelas jovens como uma adesão à prática discursiva predominante. E não podemos negar, porque não temos elementos, que essa adesão pode ser um recurso para desvinculação com o tráfico, sendo que aderir a essa prática discursiva pode servir para se justificar e assim responder a interpelação com o que se espera delas. Logo, se quero ser reconhecida/x/o me assujeito às normas disponíveis. Ocorre que esse enquadramento não deixa espaço para se colocar em causa de modo a confrontar a normatividade.

Lobeira, apesar de ter permanecido aprisionada por um tempo, não trouxe relatos sobre esse período. No momento da entrevista, ela disse que enfrenta uma depressão há anos, e que sua memória tem sido prejudicada pelo uso contínuo de remédios. Durante a entrevista, ela se desculpou em vários momentos, por sentir não corresponder ao que atribuía como nossas expectativas. Consideramos que essas justificativas podem ter diversos motivos, um deles pode ser a vergonha de se expor para mim enquanto pesquisadora, de ter esses fatos de sua trajetória registrados, e até mesmo a interpelação dada pela questão de pesquisa e que produz o relato de si. No entanto, não é possível analisar com efetividade do que se trata essa lacuna, assim como as justificativas que Lobeira nos apresentou.

Perpétua e Ipê refletem sobre sua posição no tráfico de drogas a partir da colocação de tornozeleira eletrônica<sup>21</sup>, um dispositivo de vigilância amplamente implementado pelo governo de Minas Gerais nos últimos anos. Na experiência de Perpétua ela nos diz que:

Ah, eu fiquei assinando também, e com a tornozeleira. Eu fiquei seis meses com ela no pé, depois disso eu fiquei só em casa também. Depois que eu fiquei com a tornozeleira e tirei eu também nem quis saber mais de ficar na rua (PERPÉTUA, maio, 2019).

Na experiência de Ipê o uso da tornozeleira se deu após sua primeira apreensão, ela nos relata a situação de vigília constante que o uso dessa nova tecnologia de controle dos corpos acarreta e também dos estereótipos.

[...] aconteceu que foi no caso de ser presa, fiquei uns 5 dias mais ou menos, aí usei a tornozeleira, fiquei em casa, é muito ruim, aí eu não podia ter essa liberdade de sair pra trabalhar, caçar um serviço. Aí o que que acontece, eu usava a tornozeleira e tinha que ficar em casa de 6 às 9, passado de 9 horas não podia, aí tinha que sair de casa segunda, terça, final de semana não podia sair, eu tinha que sair só pra assinar, e voltar pra casa. E ficar nesse tempo final de semana, ficava muito ruim de eu sair, jogar bola, esses trem. Aí eu peguei e comecei é, é como é que fala?... Assinar, aí que eles foram lá e tirou a tornozeleira de mim (IPÊ, maio, 2019).

---

<sup>21</sup> A monitoração só começa a partir do momento em que a tornozeleira é colocada na pessoa a ser monitorada. Ao ser ligado, o equipamento passa a captar um sinal via satélite que é transmitido 24 horas por dia pela rede de telefonia celular que retransmitirá as informações para o centro de dados interligado à Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica. A monitoração é realizada por uma equipe técnica responsável pela operação dos equipamentos e por uma equipe multidisciplinar composta por Psicólogos, Assistentes Sociais, Assistentes Técnicos Jurídicos e Gerentes de Produção responsáveis pelo acompanhamento e apoio à pessoa monitorada. Cartilha de Monitoração Eletrônica, Secretaria de Estado de Defesa Social, 2013, disponível em <http://www.seguranca.mg.gov.br/images/documentos/Cartilha%20Monitoracao%20Eletronica.pdf> acesso em 22/12/2019

[...] quando eu tava de tornozeleira, quando eu cheguei de tornozeleira já, aí meu filho falava: o que que é isso mãe. E aí pra mim ali era uma vergonha que eu tava passando pra ele, pra abrir minha boca pra ele pra falar o que tinha acontecido, o que que tinha acontecido comigo. Eu peguei e falei com ele, eu falei: Não meu filho, isso aqui mamãe fez isso, e isso, e isso, mamãe tá pagando o preço porque mamãe fez isso (IPÊ, maio, 2019).

Para Ipê e Perpétua o uso da tornozeleira eletrônica foi determinante na reflexão sobre suas participações na criminalidade, seu uso deu-se em consequência do aprisionamento. Ipê relata que ainda tem um processo judicial em aberto, porque ela mesma retirou a tornozeleira eletrônica. No dia da nossa entrevista ela ainda estava aguardando a audiência de julgamento e esperava receber uma pena alternativa, ou prisão domiciliar, mas não queria de maneira nenhuma recolocar a tornozeleira, pois o aparelho atravessava sua vida com o significado de vergonha. Não é incomum ver que pessoas com tornozeleira eletrônica tentam disfarçar o seu uso, pois além da vigilância pela central de monitoramento, as/xs/os sujeitas/xs/os ficam marcados com um sinal que os determina como criminosas/xs/os. Ipê nos relata que conta com o apoio do atual patrão para que, com o atestado de trabalhadora, sua pena seja mais amena.

[...] ele vai fazer a carta pra mim, e ele vai incluir o horário que eu estudo e meu horário do serviço entendeu? Porque eu não posso ficar de madrugada na rua não, entendeu? Porque eu tenho recolhimento domiciliar. Ai juntando com essa carta eu vou poder passar do horário entendeu? (silêncio) (IPÊ, maio, 2019).

Observamos que o ciclo que enreda essas jovens ao enquadramento mulher traficante é dificilmente rompido, seja pelos obstáculos das exigências institucionais, seja por outras formas de controle, incluindo a incidência sobre o corpo. Pensar-se fora do enquadramento da normatividade discursiva é um desafio.

#### **4.2 Contrariando as estatísticas: os pontos de apoio que fortalecem o caminho**

Buscamos abordar nesse tópico as estratégias às quais as jovens recorreram como suportes durante seus processos de desvinculação com o tráfico de drogas. Observamos, mesmo que os relatos sejam individuais, pontos em comum, alguns já esperados por nós, e outros que evidenciam a importância em estar com elas e ouvi-las, pois mesmo com a bagagem teórica que construímos durante a pesquisa e a minha experiência de trabalho com

jovens em situação de envolvimento com o tráfico de drogas, nosso lugar torna-se insuficiente para dar conta da expressão do outro. Apesar disso, vislumbramos alguns caminhos.

As jovens participantes da nossa pesquisa fazem, como elas mesmas dizem, “a correria”, que dentre os vários sentidos que podem ser dados, aqui nessa pesquisa podemos traduzir por tornar suas vidas vivíveis. É nesse “correr” que as políticas sociais comparecem e acessá-las significa encontrar apoio, ter um direito garantido. No entanto esses direitos não são distribuídos de forma equânime para todas/xs/os.

Tornar suas vidas vivíveis é fazer aparecer sua agência e ela está na contestação, nem sempre direta ou imediata, das normas que produzem um regime de verdade que as enquadra. Acessar os direitos sociais básicos oferecidos por essas políticas sociais é resistir e enfrentar as opressões que as atravessam.

#### **4.2.1 Os atravessamentos do trabalho**

Assim como pudemos observar na prática discursiva hegemônica, nos relatos das jovens também comparecem a reiteração a respeito do tráfico de drogas como um trabalho indigno para as mulheres. A situação de ilegalidade e a vivência das violências que ocorrem no cenário do crime estabelecidas em suas falas, revelaram também a busca por saírem dessa situação e construir outros projetos de vida. Elas refletem sobre suas situações frente ao trabalho, denunciam a ausência de oportunidades para elas, e para os seus. O mercado de trabalho também é atravessado por práticas racistas que, junto à baixa escolaridade, configuram fatores de exclusão que recaem sobre elas. Em determinados momentos o envolvimento com a criminalidade é caminho da subsistência. Em seu relato, Sempre-Viva diz sobre as dificuldades em que pessoas que já tiveram alguma passagem pelo crime têm de se inserirem no mercado de trabalho, e de como as relações se estabelecem dentro da favela.

[...] mas o problema fernanda é que acontece com muitos (silêncio). O ruim da minha realidade é que eu vi muita coisa que não deveria ser vista. Eu moro no Jequitinhonha, dentro, dentro mesmo, não é ao lado, não é perto, nem quase. É dentro mesmo do tráfico de drogas. Eu já vi muita gente morrer (silêncio). Muita gente que tá nessa vida, não é porque tá querendo não. É porque... ah as vezes é falta de vergonha na cara... não é. Mas é... do mesmo jeito que a mãe da gente faria tudo pela gente, os filhos também faria pela mãe. E é nessa hora que a gente pensa viu... Porque não tem nada vei, quem nasce na favela. O bom de morar lá, é que é um ajudando o outro. Mas e quando você não tem nada pra ajudar o outro? E o

outro não pode te ajudar... Você vai pelo mais fácil, ou pelo que você tem acesso, pela sua oportunidade, você caça a única coisa que tem. E aí? Ai você vai lá, você entra pro tráfico, tem 17 é preso, mas ainda é de menor, ai depois é de maior. E ai depois você tem uma estimativa de vida de 25 anos, quando você não vai preso e pede um emprego em algum lugar e ninguém te dá, ai você vai pra aquele mesmo lugar. Isso acontece com muita gente (SEMPRE VIVA, junho, 2019).

Em seu relato, ela nos evidencia a maneira como as relações sociais acontecem ao entorno do trabalho, da sobrevivência na sociedade capitalista, e também como a criminalização sustenta um estereótipo sobre a vida das/xs/os jovens que é carregado ao longo da vida. Há sempre a tentativa de sair para algum lugar, e quase sempre esse lugar é uma vaga de emprego formal, que possa oferecer condições de sobrevivência para si e sua família. Cabe dizer que Sempre-Viva não trabalhou ainda no mercado formal, tendo em vista sua idade, 15 anos, então nos parece que as elaborações que ela faz sobre o trabalho vêm tanto de sua experiência na criminalidade, como de sua observação do mundo; ela vincula emprego/trabalho à sobrevivência.

Ipê, em seu relato, nos traz também o fato de que nem sempre estar em um emprego formal faz com que a juventude não se envolva com o tráfico de drogas, portanto não é prudente afirmar categoricamente que o envolvimento estabelece-se apenas para que as/xs/os jovens mantenham sua subsistência. Quando ela foi presa pela primeira vez estava trabalhando, e ficava na “boca” em horários alternativos ao seu emprego formal.

Eu já tava trabalhando com a minha irmã, trabalhando em loja de roupa, tava trabalhando com ela. Ai eu peguei, deu na sexta-feira e eu fiquei ali. Ai deu nisso tudo que aconteceu que os “omi” me levou e eu fui presa, mas eu já tava trabalhando com ela, mas aí quando eu saí, aí eu peguei e saí com a tornozeleira, não fiquei nem uma semana, um mês com a tornozeleira não, eles foi lá e tirou a tornozeleira de mim. Ai eu peguei e conversei com a menina pra arrumar um serviço pra mim, porque minha irmã não quis me aceitar lá mais, aí ela arrumou e eu tô lá até hoje, nesse serviço que ela arrumou pra mim (IPÊ, maio, 2019).

No seu percurso de desvinculação com o crime, ela aponta sempre a busca do trabalho formal, como se houvesse uma necessidade moral explícita para que ela estivesse o tempo todo em busca de emprego. Parece-nos que a relação do tráfico de drogas enquanto “crime” se confunde com o ideal que ela tem de trabalho, tendo em vista que ela mesma afirma que trabalhar “é dar um jeito na vida” (IPÊ, maio, 2019). No entanto, mesmo que ela se vincule a um trabalho que não é criminalizado, as relações de poder engendradas pelo tráfico causam efeitos em sua vida, que tornam é necessário valer-se de outras estratégias para se distanciar do envolvimento. Ela repete isso em várias passagens da narrativa:

[...] Aí eu comecei a trabalhar, já tinha trabalhado e comecei a trabalhar de novo, aí que eu fui dando um jeito na minha vida, aí eu falei: ah não essa vida aí não serve pra mim não! Fui, comecei a trabalhar, estudar, aí fazia parte do Fica Vivo! com a Urucum. Aí eu peguei e decidi esse trem aí.

[...] Aí até hoje eu tô estudando, e trabalhando também.

[...] E tem os momentos bons, mais ao mesmo tempo, cê tá trabalhando ali, ali mesmo cê vai conquistar suas coisas. Se você ficar, é, nesse negócio de tráfico, ali cê vai ter mais aparência, os pessoal vai te criticar, falando que cê tá ali.

[...] Aí eu peguei, aí decidi tomar essa decisão na minha vida, aí falei não, o que eu quero a partir de hoje é seguir a minha vida do jeito que tem que ser seguida mesmo, trabalhar, estudar também, entendeu.

[...] O que que é que eu penso, é muito bom essa questão do Fica Vivo!, até uma questão que eu tava comentando com a Urucum, é que pra mim não dava, eu trabalho todo dia, eu tenho só quinta-feira, e o Fica Vivo! é dia de sexta-feira entendeu? Aí eu peguei e conversei com a Urucum pra ver se tinha como colocar pra quinta-feira, é porque nessa quinta-feira que eu ia ficar parada eu podia ficar na boca de fumo, aí não, aí eu ia jogar bola, aí ela pegou e mudou, aí quinta-feira agora eu vou começar a jogar bola, esses trem entendeu? (silêncio)

[...] Eu estudava lá no São Francisco, envolvida assim que eu ficava, que eu trabalhava e do serviço eu ficava lá junto com os caras, aí eu pegava já ficava e estudava do mesmo jeito que é hoje, mas era muito diferente de antes pra hoje. Aí eu trabalhava, estudava e ficava a tarde toda na rua entendeu? (IPÊ, maio, 2019).

Mesmo que Ipê se refira ao trabalho como alternativa para o envolvimento com o tráfico de drogas, é possível perceber que ela acessa o recurso do discurso da jovem que trabalha e estuda para validar seu distanciamento com a criminalidade, no entanto essa trajetória não é linear e binária em seu percurso de vida, e isso parece se repetir na vida de outras/xs/os jovens. Como ela nos relata, em vários momentos ela esteve presente concomitantemente nesses três espaços: escola, tráfico de drogas e trabalho. No ano de 2017, ela estava evadida da escola, conseguindo acessar novamente a escola em 2018. No momento da entrevista, ela cursava o primeiro ano do ensino médio, também estava trabalhando em um trailer de lanches em um bairro vizinho. Ipê trabalhava sem carteira assinada, e nos relatou que seu único dia de folga na semana era na quinta-feira, quando buscava conciliar com a oficina de futebol oferecida pelo Fica Vivo!. Sua rotina envolvia acordar às 6 horas da manhã, se arrumar, arrumar seu filho para levá-lo na creche, sair da escola às 11h30min, voltar para casa, almoçar e ir para o trabalho de 17 horas a 1 hora da manhã, de onde ela retornava sozinha e a pé, por uma via de grande circulação de carros e sem iluminação pública. Segundo ela, descia a via correndo, pelo medo da escuridão. No território onde Ipê vive, não há transporte público, escola, centro de saúde e nenhum outro equipamento público.

Para acessar o ponto de ônibus as/xs/os moradoras/xs/es precisam atravessar a via, que não conta com passarela, nem semáforo, nem redutor de velocidade.

Podemos perceber como a precariedade opera na vida de Ipê, considerando a intersecção dos marcadores de desigualdade: raça, classe, gênero, território e geração. Mesmo que Ipê consiga se desvincular do tráfico de drogas, ela não encontra na cena do trabalho reconhecido como formal proteção, direitos trabalhistas e segurança; seu corpo continua sendo exposto à sobreposição de opressões, que são estruturais. Não nos parece que há diferenças significativas, além do caráter ilegal do tráfico de drogas, de um trabalho para o outro. Se considerarmos um modo padrão de organização hierárquica do tráfico de drogas, talvez, Ipê tivesse possibilidade de acessar outros recursos para sua sobrevivência e de sua família, e com melhores condições de atuação no tráfico, do que como chapeira no trailer em que trabalhava exposta a todas as situações descritas acima.

No relato de Perpétua, a primeira resposta dada para a pergunta disparadora da entrevista é relacionada a encontrar um trabalho. Ela nos disse que se mudou com a mãe para o Rio de Janeiro, e que lá possivelmente encontrará emprego, mas que naquele momento estava passando férias no Araguari. No entanto, mesmo que a fala sobre o trabalho seja a primeira coisa que Perpétua nos relatou, ela também diz no decorrer de toda entrevista sobre o sonho de ser jogadora de futebol, sonho que ela sempre carregou consigo e que, no entanto, entende que agora aos 21 anos está “velha demais” (PERPÉTUA, maio, 2019) para seguir essa carreira. Ela associa o encontro de um emprego à possibilidade de pagar um curso de bombeiro civil, que naquele momento é o que ela considerava promissor e gerava nela um interesse. Quando questionada sobre esse emprego que ela estava arrumando, se era uma coisa que ela gostaria de fazer, ela se apega a possibilidade de custear os estudos como mobilizador para trabalhar, e nos diz que:

Ah, nem sempre a gente gosta né, (risos), mas, dando pra mim pagar meu curso tá bom (PERPÉTUA, maio, 2019).

Lobeira nos relatou que se tornou educadora a partir dos processos de saída da criminalidade. Para ela, o movimento Hip-Hop teve grande influência para que pudesse se restabelecer através da cultura, e foi através do breaking<sup>22</sup> que ela constituiu uma profissão.

---

<sup>22</sup> Conhecido no Brasil também como Dança de Rua, o Breaking é um estilo de dança que teve origem nos Estados Unidos, desenvolvido pela população negra e regido por ritmos como o jazz, soul e funk. O Breaking está dentro do movimento HipHop que engloba outras manifestações artísticas como o RAP, o graffiti, DJ e MC

No momento da entrevista, ela atuava como educadora social em um Centro Socioeducativo de Internação<sup>23</sup>. Lobeira também atuou por muito tempo em uma política pública local com a juventude. Ela nos afirmou que sua principal motivação de trabalho,

É dar aos jovens a oportunidade que ela teve (LOBEIRA, abril, 2019).

Ela entende que seu trabalho, não é apenas uma forma de sustento, mas também uma missão e ambas as coisas estão associadas. A violência sofrida e praticada por Lobeira conduziu toda sua narrativa durante a entrevista. Parece que há certo arrependimento do que ela já fez e quando disse de sua prática no crime e de seu trabalho atual, pudemos perceber possuem uma conexão. Lobeira tornou-se educadora e trabalha diretamente com a juventude que está envolvida com a criminalidade, ao mesmo tempo em que há um sofrimento pelas violências vividas que reverbera em suas relações com o mundo. Mesmo já tendo se desvinculado da criminalidade há bastante tempo, Lobeira vivencia na atualidade as consequências de seu envolvimento, e luta em sua comunidade para que a juventude tenha possibilidade de outras experiências de vida, mediando a violência do cotidiano.

#### **4.2.2 Escola: impasses e manutenção da vida**

A relação das jovens com a escola torna-se semelhante à relação com o trabalho: a escola é lugar de sobrevivência. Mas outro tipo de sobrevivência, que não é o da subsistência, e sim o lugar de garantia da vida e aposta num futuro melhor. Apesar compreendermos que esse é um sentido comum apresentado para a relação com a escola, todas as jovens participantes da pesquisa passaram por situações conflituosas no ambiente escolar, ou até mesmo por evasão durante o período em que estiveram envolvidas com o tráfico de drogas. Isso demonstra que nem sempre (ou quase nunca) a escola tenha sido no passado, ou seja no presente, um ambiente tranquilo e acolhedor para elas. Neste sentido, Nilma Gomes (2002) nos ajuda a refletir que a escola “é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos

---

(Rose Colombero, 2011). Disponível em [http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda\\_2011\\_09.pdf](http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_09.pdf). Resgatado 08/07/2020

<sup>23</sup> Centro Socioeducativo de Internação

e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade” (GOMES, 2002, p. 21), e algumas dessas vivências comparecem nos relatos feitos pelas jovens.

Durante a realização das entrevistas, nos parecia que havia a necessidade por parte delas de situar a frequência à escola como atestado de desvinculação com o tráfico de drogas e como perspectiva da construção de um caminho alternativo ao da criminalidade. Era como se dissessem: estou na escola, logo, estou no caminho certo e em breve terei a oportunidade de um emprego melhor. Essa afirmação não está distante da vida da maioria das pessoas do nosso país, que concentram na instituição escolar uma possibilidade de mudança de vida, o que é amplamente debatido nos estudos da sociologia da educação, os quais não nos aprofundaremos nesta dissertação. Com efeito, a função social da escola, desde sua emergência é promover a integração adequada à dinâmica social, mesmo que essa integração seja efetuada por meio do descrédito simbólico e da disciplinarização dos corpos. Ao mesmo tempo, a prática discursiva que acompanha essa operação colabora com a função (re)produtora da escola.

O que podemos perceber sobre a relação com a escola, tanto no que as jovens nos relatam, quanto recorrendo à minha experiência de trabalho na interlocução com a política de educação, é que por mais que a escola seja um ambiente excludente, é nela também que se depositam os anseios por uma possibilidade de se inserir na sociedade e dentro das relações de poder engendradas institucionalmente pela instituição escolar. É a escola quem define qual corpo é educável e quem deve ser inserida/x/o, partindo de um conjunto de normas que classifica quem está mais ou menos próxima/x/o da possibilidade de adquirir status de cidadã/x/ao (LOURO, 2019). Mesmo a escola sendo objeto de críticas, e sabemos em nossa experiência das dificuldades encontradas no ambiente escolar, para a juventude criminalizada, a escola é negada, “nunca é demais reforçar o dilema que vários destes jovens vivem entre a negação da escola no presente e a consciência de sua centralidade para o futuro. Diante dessa encruzilhada, boa parte deles desiste e sai da escola” (DAYRELL, JESUS, 2012, p.59). A/x/o jovem considerado “infrator” não tem seu direito ao ambiente escolar garantido, conforme prevê a legislação e especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>24</sup>. Recorrentemente, pude ouvir de trabalhadoras/xs/es das escolas que determinadas/xs/os jovens não pertenciam àquela comunidade escolar, que eram perigosos, e

---

<sup>24</sup> Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Resgatado em 08/07/2020.

que suas presenças na escola implicariam em risco para as/xs/os demais alunas/xs/os e funcionárias/xs/os da escola. Nem sempre pautar a legislação e o direito dessas/xs/es jovens era suficiente, em muitos momentos foi necessário acessar o sistema de justiça para que determinada/x/o jovem tivesse sua vaga garantida o que denota uma contradição dessas relações, pois a mesma justiça que condena essa juventude, também é a que precisamos acessar quando seus direitos são negados. Laila Oliveira (2018) nos assinala que:

Ao pensar a Educação a partir da ideia de que ela não é um direito já consolidado, e que, mesmo estando inscrita em Declarações, tratados e promulgada em diversos documentos legais do Brasil, ocorre que não somente a lógica legal difunde a efetivação de um direito, mas também a capacidade política de gestores em determinados momentos históricos, a capacidade de organização dos trabalhadores envolvidos e a clareza da sociedade de que esse direito é mesmo legítimo e precisa ser efetivado (OLIVEIRA, 2018, p. 28).

Apontamos essas reflexões tendo em vista que em inúmeras favelas, comunidades, bairros periféricos, a escola é um dos únicos equipamentos públicos estatais presentes. Ocasionalmente existem centros de saúde, os quais muitas/xs/os jovens não acessam com a mesma recorrência em que acessam a escola. E também a Polícia Militar, que tem sua atuação comunitária por vezes violenta e distanciada da formulação de uma política de segurança pública cidadã nesses territórios, tornando-se assim distante da comunidade. Assim, a escola pode representar para a família a garantia da permanência no Programa Bolsa Família<sup>25</sup>, um local de abrigo onde os filhos fiquem protegidos para as mães trabalharem, espaço de acesso à cultura, lazer, sociabilidade e alimentação. A escola pode ter inúmeros significados dentro de um território e um deles é a representação do Estado enquanto garantidor de um direito. Juarez Dayrell e Rodrigo de Jesus (2013) apontam que a juventude atribui à escola o significado de preparação para o futuro, mas, principalmente lugar de sociabilidade e de fazer amigos, e que por mais que as/xs/os jovens pautem os problemas encontrados na escola, seu valor e importância não são negados (DAYRELL, JESUS, 2013). Muitas das parcerias estabelecidas com as escolas, em minha trajetória de trabalho, caminhavam no sentido de compreender que a escola dentro de um território atravessado

---

<sup>25</sup> O Bolsa Família “É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família.” Disponível em <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Resgatado em 08/07/2020.

pelas relações de poder do tráfico de drogas, e todas as implicações nas violências que isso acarreta, sempre foi lugar de proteção para a juventude. Nossa tentativa sempre foi sensibilizar a comunidade escolar de que aquelas/xs/es jovens, lidas/xs/os como “bandidas/xs/os” também eram jovens da escola. Júlio Waiselfisz (2016) reflete que o ato de escolarizar cria uma blindagem para a ocorrência da violência letal nas juventudes. O autor aponta dados sobre a ocorrência de mortes violentas e flagrantemente quem mais morre no Brasil são jovens, negras/xs/os que estão em faixa etária escolar, conforme já apresentamos no decorrer da pesquisa. Podemos então realizar uma pergunta retórica: onde estão essas/xs/es jovens que não na escola?

Quando lidamos com jovens que estão em conflito com a lei, garantir o acesso à educação formal torna-se ainda mais complexo, sobre elas/xs/es recaem todos os estereótipos que já foram superados em estudos da sociologia das juventudes, mas ainda estão presentes enquanto um discurso na sociedade. São lidas/xs/os como jovens que não desejam nada, que já tem uma trajetória prevista para o aprisionamento ou a morte, que estariam ocupando uma vaga de alguma/x/m outra/x/o sujeita/x/o que realmente merecia estar naquele lugar. No entanto quando tratamos de direitos sociais básicos, e a escola é apenas um desses, podemos perceber o quanto essas vidas tornam-se, indesejáveis, extermináveis e como a negação de acesso a esses direitos opera empurrando, especialmente as/xs/os sujeitas/xs/os pobres, negras/xs/os, periféricas/xs/os para a inviabilidade de existir. Neste sentido Juarez Dayrell e Rodrigo de Jesus (2013) nos informam que:

Segundo a UNICEF (2012), a discriminação racial é uma das principais barreiras que os jovens adolescentes brasileiros enfrentam para ter garantido seu direito à educação. Do total de excluídos da escola, a maioria é negra e parda. E a discriminação não se manifesta apenas na dificuldade de acesso, mas também na continuidade da vida escolar. A média de anos de estudo da população negra é de 6,7 anos, ante 8,4 da branca. Essa diferença indica que as taxas de repetência e abandono escolar entre adolescentes negros são maiores que entre os brancos. É uma evidência de que a discriminação racial interfere de forma significativa no rendimento escolar dos alunos do Ensino Fundamental e Médio (DAYRELL, JESUS, 2013, p. 26)

Considerando que o trabalho e a escola são fatores importantes para a desvinculação com o tráfico de drogas, apontados tanto em trabalhos acadêmicos, como na narrativa das jovens participantes dessa pesquisa, refletimos o quanto as políticas de primeiro emprego para as juventudes ainda não se adequam a realidade das/xs/os sujeitas/xs/os envolvidos com a criminalidade. O fato de a maioria delas exigir que a/x/o jovem esteja matriculada/x/o em

uma escola e a frequente, nos parece uma engrenagem planejada para não funcionar. Romper com a criminalidade exige da juventude uma mudança radical em suas vidas e a relação com a escola pode se apresentar como determinante em suas trajetórias.

Em seu relato, Ipê cita a escola como espaço de vinculação formal que a coloca distante do envolvimento com a criminalidade. Afirma como se fosse para comprovar que agora está agindo certo:

Eu fico mais dentro de casa, do serviço pra casa, de casa pra escola, entendeu? (IPÊ, maio, 2019).

Parece-nos que para Ipê os efeitos jurídicos do envolvimento no crime operam de maneira que ela sempre tenha que oferecer como relato vinculações com espaços que a distanciem do estereótipo de jovem envolvida com a criminalidade: escola, casa, trabalho. A presença de Urucum, que é uma liderança comunitária no território em que ambas vivem, também fica evidente na trajetória de Ipê, ela sempre a referencia como uma pessoa que “fica no meu pé” (IPÊ, maio, 2019). Neste sentido consideramos que o trabalho dela como oficina do Fica Vivo! extrapola o caráter de transmissão de um ofício e se configura como uma aposta educativa na vida das jovens com as quais ela desempenha seu trabalho, e também abarca um sentido de cuidado, ainda que seja pelo recurso da vigilância.

Em seu relato Ipê associa sempre escola e trabalho, como se ela quisesse dizer o tempo todo que saiu e agora está seguindo o caminho que ela deveria estar seguindo, que a juventude deveria estar seguindo, que seria um caminho certo.

A escola foi assim, eu fui pegar minha declaração, aí eles falou que eu tinha passado, aí nisso eu fui lá e corri atrás pra arrumar uma vaga pra mim, e aí foi nisso que aconteceu, eu fui lá e arrumei a escola pra mim, eu estudo até hoje. Eu estudo de manhã, chega de manhã, eu vou de manhã pra escola, chego em casa e quando dá 4 horas eu vou pro meu serviço, chego do serviço por volta de 1 hora da madrugada, durmo, acordo 5 e 50 arrumo meu menino e vou pra escola, entendeu?

Aí eu comecei a trabalhar, já tinha trabalhado e comecei a trabalhar de novo, aí que eu fui dando um jeito na minha vida, aí eu falei: ah não essa vida aí não serve pra mim não! Fui, comecei a trabalhar, estudar, aí fazia parte do Fica Vivo! com a Urucum.

[...] eu tinha parado de estudar e voltei de novo. Depois disso tudo aí, eu voltei e aí eu passei, fui pro primeiro ano, eu cacei a escola e fui pro primeiro ano. Aí até hoje eu tô estudando, e trabalhando também.

Aí eu peguei, aí decidi tomar essa decisão na minha vida, aí falei não, o que eu quero a partir de hoje é seguir a minha vida do jeito que tem que ser seguida mesmo, trabalhar, estudar também, entendeu. (IPÊ, maio, 2019)

Ipê aposta que pra ser alguém na vida e para seguir um caminho que ela considera correto é preciso estudar, porém diante de sua realidade ela acredita que estudar ainda é sonhar alto demais, afirmação que pode nos remeter às opressões exercidas pelo racismo na nossa sociedade. Para Nilma Gomes (2002) o discurso pedagógico sobre o negro, que se traduz em práticas no ambiente escolar pode influenciar tanto na construção de experiências de racismo quanto na superação dessa violência. Assim para determinadas/xs/os jovens, acessar a escola que é um direito social básico, inclusive obrigatório, ainda configura como um sonho, mas que quando é possível ainda está atravessado por essas opressões.

Ah é muita coisa né? Nós sonha muito alto. Mas.. é estudar, fazer uma faculdade, formar né. Ser alguém na vida. Ser alguém na vida eu já sou né. Ser alguém na vida. Ah (silêncio) é muita coisa viu. Eu fico olhando assim... (silêncio) Aí eu acabar meus estudos, é, fazer um direito, que tem que ser feito aí (IPÊ, maio, 2019).

Numa primeira leitura, tivemos a impressão de que seu desejo seria cursar uma faculdade de direito, isso pode ser associado ao contexto escolar, porém me parece que Ipê diz direito como contrário de errado, e que talvez ser alguém na vida, sonhar alto seja simplesmente deixar de fazer o que ela considera como errado nesse momento, dar um atestado de ser uma pessoa correta perante ela mesma, sua família e a sociedade.

Para Perpétua a escola é lugar de treinamento para o trabalho, como ela já concluiu o ensino médio, aposta na possibilidade de se formar em um curso técnico pra ser bombeira que é mais viável frente ao seu sonho de ser jogadora de futebol. Ela nos contou que já havia começado a fazer o curso em Belo Horizonte gratuitamente através da escola que estudava, mas que não concluiu. Reflete que o estudo trará a ela uma boa possibilidade de emprego e de ajudar sua família.

Ah, se eu conseguir passar do curso, assim, vai ser bom pra mim e pra minha família né, porque eu vou poder dar uma boa estrutura pra eles, e automaticamente pra mim também. E vai ser a maior alegria pra minha mãe também, então é isso. Minha mãe ama, ama ouvir meus sonhos. Então se eu conseguir passar vai ser bom. (silêncio) O futebol não deu certo, agora eu já tô com 21 e tenho que correr atrás de outros sonhos.

É isso, tá mais próximo. Rapidinho você passa... fora isso (silêncio) (PERPÉTUA, maio, 2019).

Lobeira concilia o trabalho, o cuidado com o filho mais novo e sua atuação comunitária, assim afirma não ter muito tempo para estudar, mas que tem o sonho de ser

assistente social, pois acredita que esse trabalho se somará ao percurso que ela já tem como educadora e agente socioeducativa. Mesmo já tendo concluído o ensino médio há alguns anos, Lobeira vislumbra acessar a educação superior, mas diz ser impossível conciliar com suas atividades e com os cuidados com seu filho mais novo, que tem quatro anos.

Para Sempre-viva foi a escola quem primeiro se importou com sua situação. Pudemos perceber em seus relatos como foi fundamental que as/xs/os trabalhadoras/xs/os da escola que ela estudava conseguissem articular a rede de serviços locais como proposta de enfrentamento ao que ela estava passando, enxergando-a como detentora de direitos e não apenas como um problema.

[...] a escola pediu pra mim um psicólogo depois de eu ter agredido a professora, dado nela uma cadeirada, depois de eu ter passado 7, 8 anos na mesma escola, eles perceberam que eu precisava de um psicólogo, eles acharam. Pra mim era coisa de doido, mas foi bem melhor do que eu imaginava (SEMPRE-VIVA, junho, 2019).

Neste sentido Guacira Louro (2019) nos convoca a refletir que o que permanece em nós da escola não está diretamente relacionado aos conteúdos programáticos, mas sim as experiências do dia a dia que podem ser comuns ou extraordinárias e figuram lugar em nossa memória (LOURO, 2019). Após Sempre-Viva ser atendida no programa Fica Vivo! em parceria com a escola e com o Centro Social Conjunto Paulo VI<sup>26</sup>, ela acessou outro espaço escolar, de ensino profissionalizante, e para ela foi ali que se iniciou o processo construção de sua identidade política.

Com 12 eu passei por isso, eu enfrentei meu irmão. Aos 13 anos eu já tinha relação sexual, e já fumei maconha, já usei droga. Só que, eu entrei num lugar que, me mostrou que eu podia tudo aquilo, mas tinha consequências que eu tinha que lidar e aprender a viver com elas. O Valores de Minas<sup>27</sup> foi muito importante pra mim, em

---

<sup>26</sup> O Centro Social Conjunto Paulo VI foi fundado no ano de 1991, a partir da organização de líderes comunitários que precisavam de um espaço seguro para receber crianças durante o horário de trabalho das mães. Isso, pois, na maioria dos casos, as mulheres eram as únicas mantenedoras do lar. [...]A Instituição tem a missão promover espaço para a formação e o desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos de maneira a contribuir para o convívio humanizado a partir de uma relação de respeito e diálogo. Disponível em <http://centrosocialconjupaulovi.org.br/>. Resgatado em 07/07/2020.

<sup>27</sup> O Centro Interescolar de Cultura, Artes, Linguagens e Tecnologia (Cicalt) é uma escola de arte que leva à frente os princípios norteadores do Programa Valores de Minas. São oferecidos cursos técnicos gratuitos em cinco áreas artísticas: Artes Visuais, Artes Circenses, Dança, Música e Teatro. Centenas de novas vagas são abertas a cada nova convocação semestral! Para além da formação técnica e profissional, o objetivo principal da escola é também possibilitar a formação cidadã e o crescimento pessoal dos jovens, aliado ao desenvolvimento cultural e artístico. Disponível em <http://www.plugminas.mg.gov.br/index.php/nucleos/centro-interescolar-de-cultura-arte-linguagens-e-tecnologias-cicalt-nucleo-valores-de-minas>. Resgatado em 07/07/2020.

muitos aspectos, abriu minha cabeça bastante, e também não me prendeu e não me privou de ser quem eu sou. Quando eu dei 14 anos, eles me ajudaram muito a passar de ano e formar o ensino fundamental, e foi graças aos meus psicólogos que ajudaram, porque eu brigava era muito com o meu irmão fernanda, muito, muito mesmo. (SEMPRE-VIVA, junho, 2019)

Sempre-Viva relatou sobre como sua inserção no Valores de Minas mudou sua relação consigo e com o mundo:

Meu jeito de pensar, meu jeito de agir, meu jeito de distinguir as coisas, meu jeito de engolir, meu jeito de falar, me expressar. Melhorou muito, mas... te mostra coisa que você não via, que acaba que você vê agora e é tão estrutural, a gente é construído assim, que às vezes a gente acha até chato. Mas não é chato, é muito, muito mais sério do que qualquer um acha. É muito mais sério que uma frase clichê. É vidas envolvidas entendeu? E o Valores me ensinou muita, muita coisa que eu quero pra mim e pra minha vida inteirinha. Meu jeito de olhar pras coisas, meu jeito de olhar pra um ser humano, pro outro, meu jeito de aceitar o outro, diferenciar as coisas, criticar sem aceitar de qualquer jeito. Essa é a parte mais importante, a crítica. Porque na escola que eu tô de 1º ano, o pessoal é diferente, eu sou crítica, os professores me temem, porque eu ser quem eu sou assim. A Sempre-Viva é crítica, a Sempre-Viva fala coisas que os outros não falam, entendeu? Eu pergunto coisas que os outros não perguntariam, eu observo coisas que os outros não observariam. Mas isso pra mim tem uma pitada de Valores, com uma dosagem de realidade minha, entendeu? Pra mim é isso. O Valores foi muito, muito importante, me ensinou muito. Eu amo lá. Se eu pudesse voltar... Mas a vida segue pra frente né?

Sobre sua experiência no Valores de Minas ela ainda nos relatou que:

Eu fiz artes visuais no Valores, te garanto que eu não sei fazer nem um boneco de pano. Minha experiência com as pessoas, é totalmente diferente. Eu Sempre-Viva, gostei muito do Valores, porque lá é um lugar totalmente diferente de qualquer lugar que eu possa estar, padrão, é a igreja, a família. Lá é como se fosse em casa, mas como você desejasse sua família, não como ela seria, como ela é. É como você queria ser, que ela fosse, entendeu? Lá é como eu queria, eu queria que a minha família fosse assim, porque lá no Valores você encontra com pessoas exatamente do jeito que você queria. As pessoas estão ali pra te compreender, sem te perguntar por que? As pessoas lá são diferentes. É uma experiência pra minha vida toda. É muito importante. Eu queria que muitos dos meus teria acesso aquilo. É um lugar que não é igual a Igreja Cristã, que cê chega e todo mundo te olha. É um lugar que todo mundo te chama pra entrar. Que a galera super massa. É um lugar que você vai estar se sentindo em casa, com a família, mas ninguém vai te criticar pela sua escolha... A não ser que você seja racista. É um lugar que você não se sente excluído, se sente incluído. Incluído em tudo, numa brincadeira idiota, numas frases, em um desenho. É muito, muito, muito bom. Lá eu me sinto assim. Eu queria voltar, mas o governo tirou de mim. E não foi só o meu sonho, foi o sonho de milhares e milhares e milhares de jovens.

Eu me alimentei agora, e dou graças a deus. Mas eu tenho certeza que em algum lugar desse mundo tem alguém passando fome, e isso me entristece, me entristece mesmo, eu Sempre-Viva. É que a gente ao mesmo tempo que não vale nada, vale tudo entendeu? E assim, o vale tudo, o vale tudo vale muito mais pro lado, tá muito longe de ser o dinheiro entendeu? Tá muito longe do dinheiro chegar perto, é muita coisa. O Valores é incrível! Um lugar maravilhoso. Realmente a minha cara. (SEMPRE-VIVA, junho, 2019)

Na experiência de Sempre-viva podemos ver como a educação se sobrepõe a simples transmissão de conhecimento e conteúdo, inclusive em espaços formais. Naquele espaço, Sempre-Viva foi compreendida como sujeita, ativa de seus processos educacionais e a partir da vivência na coletividade, pode refletir sobre sua trajetória de vida, sobre o que ela chama de sistema, que compreende questões estruturais como o racismo e o machismo, sobre como isso opera em sua vida e na sociedade. Nisso ela compreendeu as violências que atravessavam sua existência, e também pode forjar sua identidade enquanto uma jovem mulher negra e favelada, o que pode ser observado em seu discurso durante nossa entrevista e também em outros espaços que ela ocupa atualmente como ativista. Essas elaborações têm ressonância no pensamento de Nilma Gomes (2002), para ela “na escola, não só aprendemos a reproduzir as representações negativas sobre o cabelo crespo e o corpo negro; podemos também aprender a superá-las” (GOMES, 2020, p. 50).

Sempre-viva também evidencia que seu processo educacional não se deu apenas na relação com os professores e nem com o aprendizado de um ofício, mas na troca com seus pares, no acolhimento, e na valorização da experiência e dos saberes que ela já carregava consigo. Sempre-Viva anuncia em seu discurso, que a trajetória educacional modifica vidas a partir do momento em que a escola tem um comprometimento emancipatório, e que seu desejo é que outros como ela possam acessar esse espaço.

Miguel Arroyo (2018) inspirado em Paulo Freire destaca essa aposta na escola como uma aposta na vida “uma aprendizagem feita em situações radicais onde está em jogo até a vida, e nada educa mais o ser humano do que a luta pela sobrevivência, pela vida. Os setores populares que frequentam a escola pública lutam pela vida” (ARROYO, 2018, p. 11-12).

Podemos perceber, no que as jovens nos trazem referente a escola e ao estudo, que ainda que a educação oferecida as/xs/os mais pobres tenha críticas contundentes, a aposta na educação como meio de transformação social persiste. No território onde Ipê e Perpétua moram não há escola de nível médio, e é muito comum que as/xs/os jovens abandonem o percurso escolar ao concluir o ensino fundamental (9º ano), tanto por não encontrar vagas nas escolas dos bairros vizinhos, como por suas famílias não conseguirem arcar com a passagem de ônibus para que elas/xs/es estudem. Assim manter-se na escola implicam em muitos desafios, renúncias, resistências, e elas apostam na trajetória escolar como transformadora de suas vidas.

### 4.2.3 As redes de afeto: mulher filha, irmã, mãe e tia

Dizer sobre os afetos na trajetória de mulheres que estiveram envolvidas em uma atividade criminosa e em situações cotidianas de violência torna-se um exercício complexo e delicado. Podemos fazer essa reflexão a partir da denúncia do movimento negro, especialmente do movimento de mulheres negras sobre como o afeto é muitas vezes negado a elas, associando-as a mulheres fortes, que suportam todas as dores, e que não possuem o direito de serem frágeis e cuidadas em suas dores (DAVIS, 2016). Quando olhamos para as mulheres em privação de liberdade, a situação de abandono afetivo fica ainda mais evidente, me parece que não fomos ensinadas/xs/os a perdoar mulheres criminosas, e acabamos por julgá-las com um senso moral ainda mais cruel do que julgamos os homens. São inúmeros os estereótipos que recaem sobre elas, e que comparecem também nos relatos das jovens participantes da nossa pesquisa.

O relato sobre relações familiares das jovens nas entrevistas, os quais consideramos durante nossa análise como relações de afeto, foi surpreendente para nós num primeiro momento. Também impregnadas pelo discurso da ausência de afetos, não consideramos como hipótese, que a construção de saídas para o envolvimento com o tráfico de drogas passasse pela relação com a mãe, pela relação com a irmã, pela relação com o filho. Pelo menos, não com tanta força como a que as jovens nos relataram. A comoção das jovens ao dizerem de como a relação com suas mães as afetaram indicou como essa relação produziu nelas possibilidades para a vida. bell hooks (2019b) nos aponta sobre a construção de lares por mulheres negras como espaços de resistência ao racismo, para ela a afetividade que é produzida nesses espaços é ferramenta de sobrevivência.

Ipê nos relatou como se sentia em relação a sua mãe:

Eu pegava e ficava ali, e minha mãe acabava que não sabia né, mas ao mesmo tempo ela sabia. Ai eu ficava meio assim, eu via a minha mãe, eu chegava em casa e via a minha mãe daquele jeito e era ruim pra mim entendeu? O mau exemplo que eu tava dando como filha... e era... Até hoje eu sou a caçula dela entendeu? Ai tem que dar mau exemplo... bom exemplo pra família entendeu. Mau exemplo nem tem como dar não, porque minha mãe já sofreu demais comigo. Ai desse trem aí que eu já rodei também no tráfico, ela, ela ficou sabendo, ela ficou sem comer. Mas aí quando eu cheguei em casa e eu vi aquilo ali, aí eu peguei e falei assim: Não essa vida aí não é pra mim não, nem pra minha mãe, minha mãe não merece isso tudo não. Ai eu peguei e aí agora eu tô trabalhando, e tô de boa mesmo (IPÊ, maio, 2019)

Perpétua nos disse sobre sua mãe que:

[...] minha mãe também chorava muito, minha mãe também chorava demais. Ai toda vez que eu via ela chorando, tipo, era ruim. Ai tinha a vez que eu chegava em casa de madrugada e ela tava acordada me esperando, aí eu tava acabando com a saúde dela (PERPÉTUA, maio, 2019).

Ela nos disse em outra parte do relato, porém fora da gravação da entrevista, que atualmente sua mãe é a pessoa com quem mais conversa sobre sua situação de envolvimento com a criminalidade, e é quem lhe dá suportes para seguir em busca de seus sonhos. E após um longo momento de silêncio, Perpétua disse que a situação de sua mãe foi determinante para que rompesse com o tráfico de drogas,

Ah foi, cê tá doido? Ver ela triste, acabando... Agora ver ela alegre é bom né. Ai dá uma satisfação maior (PERPÉTUA, maio, 2019).

Quando falamos de sonhos e futuro, novamente Perpétua acessa a mãe para elaborar sua relação com o mundo, em relação a ser jogadora de futebol, ou a seguir qualquer outra carreira,

Minha mãe também me dá o maior apoio até hoje (PERPÉTUA, maio, 2019).

Também nos relatou que:

Ah, se eu conseguir passar do curso, assim, vai ser bom pra mim e pra minha família né, porque eu vou poder dar uma boa estrutura pra eles, e automaticamente pra mim também. E vai ser a maior alegria pra minha mãe também, então é isso. Minha mãe ama, ama ouvir meus sonhos. Então se eu conseguir passar vai ser bom. (silêncio) (PERPÉTUA, maio, 2019).

Sempre-Viva recorre à relação com a mãe e irmã pra dizer de si, e de suas possibilidades de futuro.

Eu quero dar ela o que ela nunca teve (pausa) Eu quero dar ela o que ela nunca teve. Eu quero mostrar pra ela que... Minha mãe, ela tem uma coisa de família. Ela não deixa ir onde é que ela não foi, por medo do que vai me esperar, ela não sabe... mas onde é que eu vou, onde é que eu quero ir é muito mais longe do que ela pode imaginar. E eu quero colocar ela no topo pra ela ver onde eu pude chegar, onde eu consegui chegar. Eu quero mostrar pra minha família que eu sou maior do que eu pareço, maior do que o mundo pensa. Eu sou doida, e eles procuram a cura da minha loucura, eu sei disso, só que não vai encontrar. Eu vou fazer muita coisa além do que eles podem imaginar. Minha mãe no topo é tudo que eu preciso. Ela me fortalece. Minha família é meu tudo. Desse mundo maldito, eu vou levar só eles. O amor e a paz deles. Porque o resto eu sei que vai ficar, e eu quero poder aproveitar e

dar eles tudo que eles não teve, de tudo. Talvez eu não chegue lá... Mas o tanto que eu puder tentar eu vou tentar, eu vou lá... Porque ela me colocaria no topo, se ela tivesse no topo. Seria tudo pra ela. E eu sou tudo pra ela. Só que ela me fez ser quem eu sou também. Ela é uma pessoa que apesar de tudo ela é uma pessoa que independente de tudo, dos altos e baixos ela vai estar comigo, sem reclamar. Questionando quem eu sou, mas querendo ver, quem eu vou virar, o que que eu vou ser. Eu sei que ela tem medo de mim, do que eu posso fazer, só que ela confia em mim também. E eu quero ajudar muito. Meu sonho é dar uma televisão bem grande pra minha mãe, porque é isso que ela gosta, e o que ela gosta eu quero dar, o que a mãe dela não pode dar, o que ela não pode me dar, que eu não posso exigir, porque eu tenho consciência que ela não pode me dar. E que não é culpa dela, que é assim. E a culpa vai ser minha, eu vou me encarregar totalmente (SEMPRE-VIVA, junho, 2019).

Nessa passagem de sua narrativa Sempre-viva nos aponta que seu desejo é colocar sua mãe no topo, mesmo que nesse momento isso signifique dar a ela uma televisão. E mesmo que haja conflitos em suas relações familiares, ela aponta seu lar como um lugar de amor e paz. Ela nos disse também do vínculo com sua irmã, e conseqüentemente com sua sobrinha:

Eu tenho uma sobrinha em casa também, e eu quero pra dar ela também, eu quero dar ela não por ela ser minha sobrinha, quero dar ela por ser filha da minha irmã. Minha irmã é tudo, tudo. Se eu sou tudo pra minha mãe, minha irmã é tudo pra mim. Ela é uma pessoa que vai estar comigo em todos os momentos, e não é por questão de presença, é por questão de sentimento. O amor que nós duas construíu, é muito além de que... Ele pode estar em qualquer lugar. Tentaram nos quebrar, eu e ela, mas não deu, nós é forte. Eu e ela, ah, se você pudesse sentir... Ninguém nunca vai entender, porque é difícil de explicar, complicado de entender, ela sim é meu tudo. É por ela que eu faço tudo isso, é por ela que eu sou eu, é por ela que vou gritar, é por ela que vai acontecer (silêncio) (SEMPRE-VIVA, junho, 2019).

Eu tenho uma filha que não é minha filha, mas eu tô numa fase da minha vida que eu já entendi que não precisa sair de mim pra ser minha filha. Eu simplesmente tenho sentimento de mãe, Jenipapo é uma criança que tem o total respeito por mim e amor. Que onde é que ela me vê ela fala meu nome, me ama de verdade, e o mais legal é que ela não conhece as coisas que fazem a outra pessoa desconfiar e não gostar da outra, que é o dinheiro. Infelizmente, faz coisas que o ser humano não faz. Ela também faz parte de tudo que eu preciso (SEMPRE-VIVA, junho, 2019).

Em sua relação com a irmã, nos parece que Sempre-viva assume um lugar de cuidado, quase que maternal, ela se posiciona de maneira a ter responsabilidades para que a irmã não passe pelo que ela passou, e conseqüentemente sua sobrinha. Para Sempre-Viva, quem ela é a soma do que sua família representa:

É um pouco, uma leve pitada de inocência, um pouco da arrogância da minha mãe, a desconfiança, com um pouquinho de amor sincero e infinito da minha irmã, uma pitada de simpatia e bastante confiança da minha tia, mais uma dose de inocência dos meus primos, de criança... Isso faz a força, isso faz com que você não queira entrar no tráfico, que você não queira fazer nada de errado, pra não machuque eles, para não prejudicar eles. Porque eu não acredito nessa história de eu sou de menor e não vai dar nada pra mim... vai sim... vai dar aos meus, vai dar sim aos meus. Que

se acontecer alguma coisa vai estar lá, não importa quem eu seja, eles vão estar lá. Ela vai estar. Posso matar, roubar, traficar, prostituir... **as coisas erradas que o povo fala que é errado. Que o sistema fala que é proibido.** Minha irmã vai estar lá comigo, não me pressionando. Eu tô aqui, onde eu sempre quis estar. Isso me faz com que eu não queira que elas passem por isso. Porque a minha necessidade e minha realidade, já fez muito com que eu queira virar isso, eu já tive muito o desejo de ser uma grande traficante. O dinheiro não é pouco não, faz muita diferença. E onde é que eu vivo... aiaiai é que ninguém sabe de nada, ninguém se preocupa (SEMPRE-VIVA, junho, 2019), (grifo nosso)

Neste trecho da narrativa de Sempre-viva, podemos identificar a potencia do afeto de sua família no desejo em ter outros projetos de vida. Ela posiciona-se de forma distinta das outras jovens, e podemos perceber que as políticas públicas que ela acessou, sua experiência vivida, suas redes de afeto a fizeram tecer uma crítica contundente ao “sistema” e ao discurso que recai sobre as pessoas que estão envolvidas com a criminalidade: **as coisas erradas que o povo fala que é errado. Que o sistema fala que é proibido.** Sempre-viva, com os recursos de que dispõe, elabora que algo não está certo na criminalização, e que o dinheiro que advém dessa atividade poderia contribuir muito com ela e com sua família, que mesmo se ela optasse por seguir esse caminho, sua família estaria ao seu lado, no entanto ela deseja e faz outras escolhas.

Para Lobeira sua luta hoje se ancora em dar aos seus filhos um futuro diferente do que ela tem, seu desejo é para que seus filhos e os filhos de outras mulheres não se envolvam com a criminalidade e não estejam expostos aos riscos e violências que ela produz. Ela se declarou mãe e pai de seu filho mais novo, e afirmou das dificuldades de lidar com esse cenário sendo que o pai de seu filho foi assassinado em um assalto enquanto trabalhava como motorista de aplicativo no ano de 2018, após isso seu quadro de depressão se agravou, e essa foi mais uma das violências que ela acumula em sua experiência de vida. Lobeira afirmou que foram os seus filhos que a fizeram ser uma “mulher melhor” (LOBEIRA, abril, 2019), em seu processo reflexivo, durante sua narrativa, Lobeira nos apresentou o sucesso na criação dos filhos como um dever cumprido, e que não anula seus outros desejos enquanto mulher que pensa em si, mas que deseja um futuro melhor para outras/xs/os jovens de seu território.

Ipê afirmou que seu filho também a fez repensar sobre seu envolvimento. Ela foi mãe com 14 anos, e relatou que:

Ah ser mãe, essa história de ser mãe. Mesmo sendo mãe eu era meio descabeciadinha um pouco né, aí eu fui relevando, relevando. Ai foi quando eu tipo fui montando um quebra cabeça entendeu? Fui colocando as coisas no lugarzinho, ai foi e olhei, não meu filho, quando eu tava de tornozeleira, quando eu cheguei de tornozeleira já, ai meu filho falava: o que que é isso mãe. E aí pra mim ali era uma

vergonha que eu tava passando pra ele, pra abrir minha boca pra ele pra falar o que tinha acontecido, o que que tinha acontecido comigo. Eu peguei e falei com ele, eu falei: Não meu filho, isso aqui mamãe fez isso, e isso, e isso, mamãe tá pagando o preço porque mamãe fez isso. Ai ele olhava assim, ai ele pegava, ai ele chegava perto da minha mãe e falava, ai minha mãe ficava meio abatida assim com aquilo tudo. Ai eu peguei e falei assim: Não essa vida aí não é pra mim não. Ai eu pegava, tirei, ai quando eu tirei aquilo, ai deu pra mim uma amenizada um pouco. Ai meu filho falava: o que era aquele negócio que tava no seu pé mamãe? E eu falei: não, a mamãe tirou, agora a mamãe tá só assinando. Ai ele: tá bom. Ai eu pegava e conversava com ele e falava, agora eu tô só assinando mesmo (IPÊ, maio, 2019)

O posicionamento diante do questionamento de seu filho a envergonhou, ela manifestou seu desconforto com a tornozeleira em outros momentos da narrativa, no entanto, foi a interpelação do filho que a mobilizou em novas construções na vida. Por mais que ela reproduza o discurso moralizador sobre a participação das mulheres no tráfico de drogas, não foi esse discurso que a convocou a repensar a si mesma e fez com que ela rompesse com a atividade.

Os afetos familiares foram e são importantes para que essas jovens repensassem seus envolvimento com o tráfico de drogas, tanto a vivência do sofrimento de suas mães, como a necessidade de tornar-se um exemplo para os filhos. Também comparece o desejo que ter um futuro melhor que quando é para si, e também pra família. As jovens são mobilizadas a pensar eticamente sobre si, e a desejar novos projetos de vida a partir dos afetos de suas famílias, sem, no entanto desconsiderar o suporte ofertado pelas poucas políticas públicas existentes em seus territórios.

#### 4.3 No presente a construção de um futuro mais ameno: desejos e sonhos

*“Sonhadora, viva  
Veja o tempo passar sem dó  
Nessa vida dura busco fazer o feliz durar  
Vida que escorrega das mãos  
Se não nos dermos as mãos é dor, é dor, é dor  
Eles seguram minha mão  
Mas não me impedirão de voar.”<sup>28</sup>*

---

<sup>28</sup> Herança. Drik Barbosa. 2019

Quando encontramos nos estudos sobre juventudes a categoria projetos de futuro, nos perguntamos: para uma juventude que não tem direito ao presente, e que negocia cotidianamente sua possibilidade de sobrevivência, quais projetos de futuro são possíveis? Pensamos que ainda há um grande distanciamento da realidade quando não observamos interseccionalmente as juventudes e as possibilidades que elas podem acessar. Não nos filiamos à noção de que há uma linearidade na construção desses projetos, e o futuro pra determinadas/xs/os jovens é o dia de amanhã. Quando ouvimos o slogan fortemente empreendido pelo movimento negro na atualidade “basta ao genocídio da juventude negra”,<sup>29</sup> entendemos que pra determinadas/xs/os jovens no Brasil a luta ainda é pelo direito humano mais básico: sobreviver. No entanto a juventude se faz presente e afirma em alto e bom tom que deseja mais do que apenas sobreviver. Entrevistamos em nossa pesquisa, quatro mulheres jovens que tiveram destinos diferentes aos preparados para a juventude envolvida com o crime, e ela sonham.

Ipê considera que estudar e fazer uma faculdade são sonhos muito altos, mas enquanto estiver seguindo o caminho que ela considera certo, ela já é alguém na vida. Perpétua também deposita nos estudos e conseqüentemente o encontro de um bom emprego, um futuro melhor para ela e para sua mãe. Lobeira deseja continuar lutando por uma vida melhor para juventude de sua comunidade, por uma trajetória diferente para os seus filhos, se formar em serviço social, se curar da depressão. Sempre-Viva deseja realizar algo muito inteligente, como uma faculdade de medicina, para poder ajudar outras pessoas, ouvir as pessoas, e colocar sua mãe no topo de tudo.

Para Judith Butler (2017) “quando não buscamos a satisfação e deixamos que a pergunta permaneça aberta e perdure, deixamos o outro viver, pois a vida pode ser entendida exatamente como aquilo que excede qualquer relato que dela possamos dar” (BUTLER, 2017, p. 61). Assim entendemos que o direcionamento de nossa interpelação às jovens pelos seus sonhos e objetivos de vida podem adquirir um efeito de reverberação, tendo em vista que o relato de si mesma não se esgota no momento de nossas entrevistas.

---

<sup>29</sup>Slogan estampado no texto: O genocídio da juventude negra no Brasil, de Leonardo Queiróz, escrito em 2015 par ao portal Geledes. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-genocidio-da-juventude-negra-no-brasil/>. Resgatado em 07/07/2020

Reiteraremos algumas passagens das narrativas já anteriormente analisadas quando tratamos da escolha, trabalho e família, mas que aqui configuram como uma inscrição dos sonhos das jovens que participaram de nossa pesquisa. Essa é a assinatura delas no presente que se propõe a construir um futuro vivível.

Ipê diz nos diz que:

Ah é muita coisa né? Nós sonha muito alto. Mas.. é estudar, fazer uma faculdade, formar né. Ser alguém na vida. Ser alguém na vida eu já sou né. Ser alguém na vida. Ahh (silêncio) é muita coisa viu. Eu fico olhando assim... (silêncio) Ai eu acabar meus estudos, é, fazer um direito, que tem que ser feito ai (IPÊ, maio, 2019).

Perpétua deposita seus sonhos e projeto de futuro na formação profissional, que a levará a ter condições de vidas melhores para si e para sua mãe,

Ah, se eu conseguir passar do curso, assim, vai ser bom pra mim e pra minha família né, porque eu vou poder dar uma boa estrutura pra eles, e automaticamente pra mim também. E vai ser a maior alegria pra minha mãe também, então é isso. Minha mãe ama, ama ouvir meus sonhos. Então se eu conseguir passar vai ser bom. (silêncio) O futebol não deu certo, agora eu já tô com 21 e tenho que correr atrás de outros sonhos (PERPÉTUA, maio, 2019).

Lobeira afirma que quer se formar em Serviço Social, porém no momento sua dedicação ao trabalho e os cuidados com o filho mais novo não a permitem conciliar todas essas atividades. Lobeira sonha com um futuro melhor para os jovens da sua comunidade, e empenha seu trabalho e luta nisso. Deseja que eles, e seus filhos, tenham oportunidades diferentes das que ela acessou. No entanto, acredita que a cultura e a educação podem estabelecer esse caminho. Superar a depressão também está no seu horizonte de vida.

Sempre-viva nos relata que

Ah eu quero fazer uma coisa muito inteligente, muito mesmo. Eu não quero ser policial, apesar deles serem muito inteligentes. Porque apesar de inteligente são construídos hipocritamente, hipócritas nojentos, são o cão do governo. Eu pensei em fazer medicina, eu penso que vai ajudar, e é uma coisa muito, muito inteligente. Eu posso ajudar sem precisar cobrar, sem precisar saber da história do outro, eu posso ajudar só por ajudar. Eu posso ajudar por ajudar, sem julgar, e é muito inteligente, fazer medicina, você conhece coisa que você não conheceria, você olha de um jeito que você não olharia, apesar que aqui é o Brasil né? Meu sonho é fazer medicina, me formar em qualquer área, na menor até na maior. Só que eu quero ser inteligente (SEMPRE-VIVA, junho, 2019).

Nas conclusões de suas elaborações, Sempre-viva ainda refletiu sobre a possibilidade de fazer algo que seja inteligente, no entanto faz um adendo à profissão militar. O que ela

afirma reflete sua experiência com o policiamento militar em seu território, e também a experiência que é comum a outras/xs/os jovens, ela compara a inteligência da polícia militar à inteligência de uma/x/m profissional da medicina, e elabora que essa inteligência se difere na atitude de cuidar.

Ela relata ainda que sobre ser inteligente,

Sou, mas eu quero ser mais. Porque eu sei o que eu posso ser. Eu sei a capacidade que eu tenho e eu posso chegar lá. Só que pra mim: Sempre-viva, eu sei que não vai ser fácil, e sabe o que, que é o mais difícil? O difícil é esperar... Eu vou conseguir, mas eu vou ter que apanhar. E eu sei disso, eu sei onde é que eu estou. Eu consigo sentir tudo ao meu redor, entende? Tudo o que eu vou passar. Eu não tenho noção do que vai ser, mas eu quero entrar muito preparada, e eu quero encontrar uma pessoa que vai me preparar muito bem. (silêncio) (SEMPRE-VIVA, junho, 2019).

E conclui que

O que eu quero pro meu futuro é isso. Eu quero colocar a minha mãe no auge de tudo, no topo, e eu também quero chegar lá, no topo de tudo. Além de medicina eu sei que eu posso fazer muitas, muitas coisas. Mas pra mim o tempo é curto (SEMPRE-VIVA, junho, 2019).

A leitura de todas as jovens sobre seus futuros incluem suas famílias, especialmente mãe e filhos, figuras representativas tanto para o desvinculamento delas com a criminalidade, quanto para a realização de sonhos e projetos de vida. O que podemos perceber também é a maneira como as jovens desejam dar respostas para si, do que é ter um futuro bom. Para além da inclusão da família nesse futuro, também está a educação como meio de acesso para a realização de sonhos de trabalho, de qualificação e de construção da identidade. Elas já se compreendem como alguém na vida, no entanto, fazer algo direito, ser inteligente, contribuir para a juventude de seu território, que elas associam ao acesso à escolarização de ensino superior, ou técnico, não necessariamente depende dessa formação, porque já é o que elas tem feito.

Compreendemos que a viabilização dos sonhos e projetos das jovens participantes da nossa pesquisa, não se ancora exclusivamente em suas vontades e capacidades individuais, por isso a necessidade de afirma-las nesse momento como pessoas que já são alguém na vida, o que não é feito por nós, mas por elas quando nos forneceram o relato de si. Suas lutas individuais para tornar suas vidas e conseqüentemente a vida de suas famílias viáveis, seja através do trabalho, do distanciamento da criminalidade, da construção de outras alternativas de viver, engloba uma luta que é coletiva e que é persistente na experiência da juventude

negra, pobre e periférica do nosso país. Dentro das possibilidades do viver disponíveis para essa juventude Ipê, Sempre-Viva, Perpétua e Lobeira constroem para si e para os seus sonhos onde operam sua agência e resistência.

## 5 NO CICLO DAS FLORES NÃO HÁ FIM MAS, RECOMEÇOS - Algumas considerações finais

*“Talvez seja ainda mais importante reconhecer que a ética requer que nos arrisquemos precisamente nos momentos de desconhecimento, quando aquilo que nos forma diverge do que está diante de nós, quando nossa disposição para nos desfazer diante do outro constitui nossa chance de nos tornarmos humanos. Sermos desfeitos pelo outro é uma necessidade primária, uma angústia sem dúvida, mas também uma oportunidade de sermos interpelados, reivindicados, vinculados ao que não somos, mas também de sermos movidos, impelidos a agir, interpelarmos a nós mesmos em outro lugar e, assim, abandonarmos o “eu” autossuficiente como um tipo de posse. Se falamos e tentamos fazer um relato de nós mesmos a partir desse lugar, não seremos irresponsáveis, ou, se o formos, certamente seremos perdoados.”*

*(BUTLER, 2017, p. 171)*

Pensar em uma conclusão para uma dissertação que aborda uma questão tão complexa como a participação de mulheres jovens no tráfico de drogas parece-nos ser uma tarefa bastante ousada. Portanto, assim como nomeamos na introdução: algumas considerações iniciais. Aqui também faremos algumas considerações finais, reforçando a noção já tratada durante o trabalho sobre nossa insuficiência em produzir respostas frente a essa situação que é, sobretudo, ainda tão incipiente no campo da educação. Também assumimos as lacunas presentes no trabalho, que desejamos serem retomadas por outras possibilidades de pesquisas e pesquisadoras/xs/es desse campo. Retomaremos algumas noções desenvolvidas no texto, mas também enunciaremos os atravessamentos provocados pela produção dessa pesquisa durante a minha trajetória no mestrado.

Um primeiro ponto a ser enunciado, é que essa pesquisa não se propôs a ser uma produção neutra, destacamos o lugar em que nos posicionamos e nomeamos todas as vozes que falam nela. Partimos de um compromisso ético com as sujeitas participantes e frente ao cenário oferecido para a vida das juventudes negras, pobres e periféricas do Brasil, que se

desvela cada vez menos possível para que essas vidas aconteçam. Assumimos o compromisso de nos deixarmos interpelar, de alterar o percurso da pesquisa para seguir com as jovens. Não acreditamos na neutralidade acadêmica e certamente as análises que registramos aqui também oferecem um pouco de nós, de nossa trajetória enquanto trabalhadoras, acadêmicas e ativistas. Penso ainda que é dever nosso, enquanto linha de pesquisa nomeada como Educação, cultura, movimentos sociais e ações coletivas, apoiar e produzir cada vez mais trabalhos engajados, pois sabemos que as mudanças sociais que queremos ver acontecer partem desses posicionamentos.

Não é novidade que o processo de pesquisa trouxe vários deslocamentos para mim, e eles aconteceram nas minhas idas e vindas na FaE, nos territórios onde a pesquisa ocorreu, nos atos políticos da cidade, nas mudanças do cenário político e social no país. Mas certamente foi o encontro com as jovens que trouxe para a pesquisa os maiores deslocamentos e produziu resultados esperados e inesperados. Dialogar com a juventude atravessada pelo envolvimento com a criminalidade sempre foi cotidiano em meu percurso de vida. Assim, eu já tinha várias hipóteses pré-concebidas sobre como se daria esse encontro, porém não contava com o efeito da performance de pesquisadora agora assumida por mim, e o instrumento metodológico das entrevistas narrativas, que não eram um atendimento de uma profissional, nos trouxeram novidades inesperadas, devidamente registradas em nossas análises, que me colocaram diante do novo. Eu não produziria um relatório social, mas sim uma análise sobre como se deu a passagem dessas jovens pelo tráfico de drogas. Ao final da entrevista, não houve encaminhamentos, reagendamentos, continuidades. Os relatos de Ipê, Sempre-viva, Perpétua e Lobeira eram inteiramente delas, com o desejo do que elas gostariam que aparecessem frente à interpelação que eu as fiz e agora compartilhados nesta dissertação. Pode parecer ingenuidade, neste momento de entrega do texto, depois de ter passado por todo esse percurso, mas o que mais me deslocou após as entrevistas, foi perceber o quanto as redes de afeto, dadas pela relação mãe/filha/tia/irmã, foram definidoras para que as jovens se repensassem e buscassem a construção de outras possibilidades de viver. O viver para elas não está alocado somente em suas vidas, mas também em uma vida boa que se quer para os seus. A isso se refere o que estamos chamando de uma ética da sobrevivência.

Para subsidiar a formulação de uma moldura que queríamos fazer aparecer, articulamos conceitos de diversos campos do saber. Nossa produção está no campo dos estudos pós-estruturalistas, mas não por isso deixamos de trazer autoras/es que fundamentalmente contribuiriam com esse desenho. Por ter uma formação acadêmica um

tanto quanto precarizada, foi no percurso de mestrado que pude dedicar-me a alguns adensamentos teóricos, que foram ousados para um período de dois anos e meio, e que ainda estão se assentando e sendo produzidos junto ao meu pensamento. Compreendemos que as práticas discursivas hegemônicas sobre o tráfico de drogas e a participação das mulheres nele nos exigiram essa composição, para que fosse possível evidenciar outras narrativas, inclusive as de enfrentamento a esse cenário pela perspectiva da vida. Assim entendemos que o quadro da nossa pesquisa é composto por jovens que fazem um relato de si e produzem uma ética, sendo ela atravessada pelos territórios onde elas vivem, pelas opressões interseccionadas inscritas em seus corpos e subjetividades e que essa ética produz-se na evidência da agência e resistência que compõem seus relatos.

Outra questão que nos acompanhou nesse processo e que impacta na produção de nossos resultados foi a problematização sobre “sair do tráfico de drogas” e os sentidos que esse ato carrega. Consideramos que o entendimento sobre sair do tráfico é bastante complexo, tendo em vista que os fluxos de poder engendrados por essa atividade nos territórios atravessam a todas/xs/os que ali vivem, portanto a expressão mais adequada que pudemos elaborar diz de um processo de desvinculação com o tráfico de drogas, em que as jovens que participaram da nossa pesquisa apontaram em seus relatos não estarem mais envolvidas diretamente com o trabalho no tráfico de drogas. Problematicamos ainda nesse contexto, que quem “deve sair” é o tráfico e não as pessoas, e uma maneira para que isso ocorra está pautada pelos pensadores da criminologia crítica e pelos movimentos sociais que é a legalização e descriminalização de todas as drogas, o que também implicaria diretamente nos efeitos que a “guerra às drogas” provoca, sobretudo, à juventude negra em todo nosso país como o encarceramento em massa e o genocídio. A legalização de todas as drogas contribuirá substancialmente para frear essa engrenagem de extermínio, longe ainda de ser o que idealizamos enquanto sociedade.

Muitas das reflexões que foram possíveis em nosso percurso partem de uma leitura inicial das pesquisas já realizadas sobre mulheres e o tráfico de drogas no Brasil, foram essas pesquisadoras que provocaram a reformulação da nossa questão de pesquisa respondendo algumas questões que eu trazia da minha experiência, e provocando novas questões. Consideramos que esse campo de pesquisa ainda é incipiente, e nos parece não ser atrativo para um *status* acadêmico. Mesmo que esse fenômeno nos aponte para estatísticas tenebrosas de violências, podemos perceber que há um investimento bastante pessoal das pesquisadoras nesse objeto, e ainda que haja consistência na produção de pesquisas quantitativas, as

subjetividades das sujeitas envolvidas com o tráfico de drogas ainda não é devidamente explorada. Penso que isso pode contribuir para uma sensação de que a criminalidade está sempre em crescente - quando lemos os INFOPENs por exemplo - mas quando tensionamos esses dados e trazemos as narrativas das mulheres podemos perceber que há uma luta pela sobrevivência. Acredito que isso se faz presente em nossa pesquisa, mas também em todas as outras já realizadas que discutimos de forma breve nessa dissertação. Eu, e acredito também que outras pesquisadoras, que nos debruçamos sobre esse objeto, formulamos nossas análises em uma perspectiva indignada, porque me parece grave demais ter que lutar por uma pauta tão urgente na vida, e também no espaço acadêmico. É nessa perspectiva que compareço na pesquisa e que também forneço um relato de mim na organização dessa narrativa.

As jovens participantes da nossa pesquisa nos oferecem pistas valiosas para a viabilidade de suas vidas através das políticas públicas. Elas não nos dizem como deve ser, porém podemos compreender no relato de suas experiências como não deveria ser, assim como apontam experiências que as atravessaram positivamente e contribuíram com seus processos de desvinculação com o tráfico de drogas e na construção de suas identidades e projetos de vida. A escola, que produz inúmeros traumas e apagamentos, também pode ser ponte de acesso para a construção de um futuro desejado, ou pelo menos para um presente possível. Fica evidente em seus relatos que estar vinculada à escola produz reconhecimento e proteção, e entendemos que este é um dos recursos acessados por elas para se manterem afastadas do envolvimento com o tráfico de drogas, e para que legitimem esse afastamento. Portanto, reforçamos nossa aposta na escola descrita por Sempre-viva - aquela em que você pode ser tudo.

O trabalho formal também configura uma das possibilidades de construção de projetos de vida fora do envolvimento com o tráfico de drogas. Nele também apoiam-se os sonhos de ter uma vida melhor do que a que se tem e a relação do trabalho com a escola ficou evidente nos relatos das jovens, nos processos de efetivação de seus sonhos. Recorrentemente, a juventude associa estar trabalhando como um atestado de “cidadão de bem”, não é incomum que jovens moradores de periferia sejam aconselhadas/xs/os a circularem com suas carteiras de trabalho. Consideramos que essa é uma prática discursiva hegemônica, que reitera a lógica da produção capitalista de que uma vida só é válida se ela estiver produzindo. E ainda que não sejam oferecidos postos de trabalho dignos para todas/xs/os, há uma urgência na imposição: esteja trabalhando, “porque no mundo das notas, se você não tiver elas, eles nem te vê, entendeu?” Também acrescenta-se à essa prática o funcionamento de uma engrenagem

racista sobre a juventude negra e periférica que fabrica um estereótipo para a/x/o bandida/x/o, portar uma carteira de trabalho não as/xs/os livra dos episódios do racismo cotidiano, no entanto as/xs/os oferece uma possibilidade ainda que ínfima na tentativa de negociação.

As políticas públicas e redes de afeto configuram-se, portanto, como pontos de suporte importantes nessa construção dos projetos de vida das jovens e na manutenção do afastamento delas com o envolvimento com a criminalidade. Ainda que elas apresentem inúmeras limitações, pudemos perceber o quanto espaços que compreendem a juventude em sua subjetividade e as/xs/os reconhecem enquanto sujeitas/xs/os de direitos podem ir além de um roteiro pré-estabelecido para essas vivências. Entendemos que a construção de futuros mais amenos para essa juventude suscita a radicalização de algumas demandas, caras aos movimentos sociais, mas também a todas/xs/os aquelas/xs/es que estão engajadas/xs/os na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de todas as opressões. Ângela Davis nos reforça o pensamento que uma sociedade que não oferece soluções para seus problemas acaba produzindo indivíduos que tornam-se alvos do sistema de justiça carcerária, e que falar de abolição das prisões não é determinadamente abrir as portas das instituições e libertar todas/xs/os as/xs/os presas/xs/os, mas sim empenhar-se na compreensão de que as prisões são estruturadas por questões sociais, políticas e econômicas e essas dimensões devem ser debatidas no sentido de evidenciar os problemas da democracia que temos para elaborarmos a democracia que queremos ter (DAVIS, 2009). Nesta mesma linha de pensamento Judith Butler nos informa que “onde uma vida não tem chance de florescer é onde devemos nos esforçar para melhorar as condições de vida” (BUTLER, 2018, p. 43).

O que as experiências de Sempre-viva, Ipê, Perpétua e Lobeira nos revelam é que há em seus processos de resistência o desejo pela vida. Em seus processos de agência elas desafiam à prescrição de um destino pouco promissor dado ao enquadramento em que suas vidas acontecem. Elas delimitam outro enquadramento, suas subjetividades encontram lugar para aparecer, e é nesse enquadramento outro que podemos visualizar o que denominamos nessa dissertação como ética da sobrevivência. Essa categoria não nos parece algo original ou realmente inventivo, tendo em vista que as tecnologias dos projetos de extermínio da juventude negra no Brasil se sofisticam e reinventam cotidianamente, portanto estar viva/x/o e manifestar desejo pela vida já é a sinalização de rompimento com esse projeto e oposição a ele. Seus desejos, para si e para os seus, que podem parecer simplistas e até corriqueiros para muitas/xs/os, denotam o que elas elaboram como viver bem, desde os materiais, como conseguir um emprego melhor, ou dar à mãe uma televisão, até os simbólicos como fazer

algo inteligente, ver a mãe feliz, lutar pela vida da juventude de sua comunidade, e é esse conjunto de alternativas que elas mesmas criam para lidar com suas realidades que as mantém vivas e florescendo.

## 6 REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. **Currículo e a pedagogia de Paulo Freire**. Conferência no II Congresso Internacional Paulo Freire: O Legado Global. Documento não publicado.

BARBOSA, Drik. **Herança**. Álbum: Drik Barbosa. 2019

BARCINSKI, Mariana. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. **Ciência e Saúde Coletiva**, 14(5): 1843-1853, 2009. Resgatado de [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000500026&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000500026&script=sci_abstract&tlng=pt) em 13/08/2020

BARCINSKI, Mariana. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, vol.5 no.1, 5(1):52-61, janeiro-junho 2012- doi: 10.4013/ctc.2012.51.06. p 53 a 61. Resgatado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-34822012000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822012000100007) em 23/08/2017.

BERNARDI, Maria Luiza Lorenzoni. **Gênero, cárcere e família: Estudo etnográfico sobre a experiência das mulheres no tráfico de drogas**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2013. 100p.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998.

BIELLA Janete Brígida. **Trajetórias e rotina de prisioneiras por tráfico de drogas: autoras e coadjuvantes**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. 2007. 169f

BILL, MV; ATHAYDE, Celso. **Falcão: mulheres e o tráfico**. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. 270 p.

BIOMA MEIO AMBIENTE. **Guia de plantas: flores do campo rupestre**. Coord: Lídia Maria dos Santos. Orgs: Ana Cristina Silva Amoroso Anastácio, Morena TOMich Santos. Ilustrações: Maria Clara Gobbel. Nova Lima: CVRD, 2018.

BORGES, Larissa Amorim. **Nas periferias do gênero: Uma mirada negra e feminista sobre a experiência de mulheres negras jovens participantes do Hip Hop e no Funk**. Dissertação de

mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Belo Horizonte. Belo Horizonte. 2013

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional – Ministério da justiça. **Levantamento Nacional de Informações penitenciárias INFOPEN MULHERES** – junho 2014. Resgatado de <<http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-femininano-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>> em 23/08/2017

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento Nacional de informações penitenciárias INFOPEN MULHERES – 2ª Edição**. Brasília 2017. 79p.

BRASIL. **LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Resgatado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm) em 18/07/2020.

BRASIL. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Resgatado de <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)> em 18/07/2020.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição**. 1ª ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu** (11) 1998: p 11-42. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457> em 17/07/2020 em 18/06/2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero; feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética.** Tradução: Rogério Bertoni. - 1º ed.; 3 reimpressão - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CARNEIRO, Ludmila Gaudad Sardinha. **Mulas, olheiras chefas & outros tipos: Heterogeneidade nas dinâmicas de inserção e permanência de mulheres no tráfico de drogas em Brasília-DF e na Cidade do México.** Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Pós-Graduação em Sociologia, Brasília/DF. 2015. 412 p.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo 2005. 399p.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** 2011. Resgatado de < Geledés:Instituto da Mulher Negra (<https://www.geledes.org.br/category/questoes-de-genero/mulher-negra/>)> em 25/05/2020.

CARVALHO, Jamile dos Santos. **Nós trafica, mas nós nunca tem nada: Trajetórias de vida de mulheres criminalizadas por tráfico de drogas.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. 2017, 132p.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In: **Revista Sociedade e Estado.** Volume 31 n.1. Janeiro/Abril 2016. P. 99-127. Resgatado de <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-69922016000100099&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-69922016000100099&script=sci_abstract&tlng=pt)> em 25/05/2020

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Estudos feministas.** 2002. Resgatado de <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100011&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100011&script=sci_abstract&tlng=pt)> em 30/04/2020.

CURCIO, Fernanda Santos. **Mulher, tráfico de drogas e memória: entre a submissão e a resistência?.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro. 2016. 140 p.

DAVIS, Ângela Y. **A democracia da abolição**: para além do império das prisões e da tortura. Tradução: Artur Neves Teixeira. – Rio de Janeiro: DIFEL, 2009. 160p.

DAVIS, Ângela Y. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo: 1ª ed. 2016.

DAYRELL, Juarez. JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Relatório de pesquisa**: A exclusão de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio no Brasil: desafios e perspectivas. Observatório da juventude. UFMG. 2013. Resgatado de <<http://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/pesquisa-unicef-a-exclusao-de-jovens-de-15-a-17-anos-no-ensino-medio-no-brasil/>> em 29/07/2020.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'Água**. 1º ed. Rio de Janeiro, Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas arriscadas**: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FILHO, Orlando Zaccone D'Elia. **Acionistas do nada**: quem são os traficantes de drogas. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, novembro/2001. P. 197-223

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do collège de France (1970-1982)**. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1**: Vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. 7º ed. - Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2018(a).

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 3**: o cuidado de si. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. 5º ed. - Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2018(b).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. - 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 16, n.2, p. 239-403, jul/dez. 2013.

GATTI, Bernadete; ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole (orgs.) **Metodologia da pesquisa qualitativa em educação**: Teoria e Prática. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**. Nº 21. 2002.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-Americano. In: **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino n.1** – Batalha de ideias. Brasil, 2011. Resgatado de <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod\\_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf)> em 13/08/2020

GUATTARI, Félix; RONILK, Suely; **Micropolítica**: cartografias do desejo. 10 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

hooks, bell. **Anseios**: raça, gênero e políticas culturais. Tradução Jamille Pinheiro. São Paulo. Elefante. 2019b.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2º ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell.. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo. Elefante, 2019a.

IPEA, FBPS. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2018 – Ipea e FBPS**. Coordenadores: Daniel Cerqueira [et al]. 2018. Resgatado de <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33410&Itemid=432](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432)> em 25/11/2018.

KARAM, Maria Lúcia. Proibição às drogas e violação dos direitos fundamentais. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais: RBEC**, Belo Horizonte, v. 7, n. 25, p. 169-189, jan.abr. 2013. Resgatado de <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/62985>> em 24/11/2018.

KARAM, Maria Lúcia. Violência, militarização e „guerra às drogas“. **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. Bernardo Kucicinski [et al]. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. 1º ed. Rio de Janeiro. Cobogó. 2019.

LIMA, Laisa Dannielle Feitosa de. **Presa em flagrante: uma análise da inserção das mulheres no tráfico de drogas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal de Campina Grande/PB. 2016. 116 p.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: **O corpo educado**. Org: Guacira Lopes Louro. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Articulações do feminino em narrativas de mulheres dirigentes sindicais: saber-poder e gênero**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2008. 230p.

OLIVEIRA, Laila Vieira de. **Escola de mentira ou escola de verdade? Sobre a garantia do direito à educação de adolescentes em cumprimento de medida de internação provisória em Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. 2018. 159 p.

OLIVEIRA, Marcilaine Martins da Silva. **Como vender balinha: a presença das mulheres no tráfico de drogas.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal de Goiás, Goiás. 2014. 156p.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Agenda Nacional pelo Desencarceramento.** 2017. Resgatado de < <https://carceraria.org.br/agenda-nacional-pelo-desencarceramento>> em 13/08/2020.

RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. **Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Direito: Área de concentração: Direito Penal, Medicina Legal e Criminologia – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2006. 273 p.

SANTOS, Ana Maria Augusta. **Quem são elas?** A juventude feminina no tráfico de drogas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2017. 136p.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. in: **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Milton Santos, Bertha K. Becker e outros. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 3ª. ed. (p. 13-21).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. **Gender and the politics of history.** New York, Columbia University Press. 1989. Traduzido por Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. P. 1 a 35. Resgatado de <<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/>> em 15/06/2018

SDH - Secretaria de Direitos Humanos. **Gangues, Gênero e Juventudes: Donas de Rocha e Sujeitos Cabulosos.** Coordenadora: Miriam Abramovay [et al]. Edição: 1 – Brasília – DF. 2010. 314 p.

SILVA, Joyce Keli do Nascimento. **Mulheres no tráfico de drogas: um estudo sobre a resposta do Sistema de Justiça Penal à criminalidade feminina.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz De Fora/Minas Gerais. Juiz de Fora. 2013. 238 p.

SILVA, Naiara Cristiane da. **O tráfico também é feminino!** Aproximações ao trabalho das mulheres no comércio varejista de drogas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. 2015. 179p.

SOUZA, Kátia Ovídia José de. A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 4, p. 649-657, out./dez. 2009. <Resgatado de <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722009000400005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722009000400005&script=sci_abstract&tlng=pt)> em 23/08/2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

VIEIRA, Luciléia da Silva. **Guerreiras aquelas que nasceram nas trincheiras:** representatividade e ressignificação nas vozes das Meninas da Terra. Dissertação de mestrado. Mestrado Profissional em Educação e Docência da Faculdade de Educação da UFMG. 2019. 178p.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. Educação: blindagem contra a violência homicida? **Caderno temático nº1 Mapa da Violência**. Flacso Brasil, Recife, 2016.

WERNECK, Jurema. **Mulheres Negras:** um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro, Criola, 2010.